UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE
POLÍTICAS PÚBLICAS

DIEGO VASCONCELLOS VARGAS

Memória e silenciamento nos Arcos do Bixiga

**São Paulo
2019**

DIEGO VASCONCELLOS VARGAS

Memória e silenciamento nos Arcos do Bixiga

Versão corrigida

Dissertação apresentada à Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciências pelo Programa de Pós-graduação em Gestão de Políticas Públicas.

Versão corrigida contendo as alterações solicitadas pela comissão julgadora em 22 de março de 2019. A versão original encontra-se em acervo reservado na Biblioteca da EACH/USP e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP (BDTD), de acordo com a Resolução COPGr 6018, de 13 de outubro de 2011.

Área de Concentração:
Análise de Políticas Públicas

Orientador:
Prof. Dr. Martin Jayo

**São Paulo
2019**

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO

(Universidade de São Paulo. Escola de Artes, Ciências e Humanidades. Biblioteca)

CRB 8 - 4936

Vargas, Diego Vasconcellos

Memória e silenciamento nos Arcos do Bixiga / Diego Vasconcellos
Vargas ; orientador, Martin Jayo. – 2019.

158 f. : il.

Dissertação (Mestrado em Ciências) - Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo.
Versão corrigida

1. Sociologia urbana - São Paulo (SP). 2. Políticas públicas - São Paulo (SP). 3. Política urbana - São Paulo (SP). 4. Paisagem urbana - Alteração - São Paulo (SP). 5. Memória coletiva - São Paulo (SP). 6. Percepção urbana - São Paulo (SP). 7. Bixiga - São Paulo (SP). 8. Arcos do Bixiga. I. Jayo, Martin, orient. II. Título

CDD 22.ed. – 307.76098161

Nome: VARGAS, Diego Vasconcellos

Título: **Memória e silenciamento nos Arcos do Bixiga**

Dissertação apresentada à Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em Ciências pelo Programa de Pós-graduação em Gestão de Políticas Públicas.

Área de Concentração:
Análise de Políticas Públicas

Aprovado em: 22/03/2019

Banca Examinadora

Prof. Dr. Renato Alencar Dotta
Centro Paula Souza (CEETEPS)

Prof. Dr. Alessandro Soares da Silva
Universidade de São Paulo. Instituto de Psicologia

Prof. Dr. José Carlos Vaz
Universidade de São Paulo. Escola de Artes, Ciências e Humanidades

“When the legend becomes fact, print the legend”

(BELLAH, J. W., GOLBECK, W.

The Man Who Shot Liberty Valance, 1956)

Agradecimentos

Agradeço ao meu orientador, Martin Jayo, pelo seu inestimável apoio e paciência. Seu entusiasmo e dedicação são minhas principais fontes de inspiração, tanto para minha vida acadêmica, quanto pessoal.

Em segundo lugar, agradeço aos meus colegas memorialistas, especialmente a Maria Paula Cosme, pelas fascinantes discussões e pesquisas sobre a memória de São Paulo, essenciais para despertar meu interesse neste tema.

Agradeço também aos meus colegas de mestrado por tornarem esta jornada a mais agradável e descontraída possível, em especial a Gabriela D'Amaral, Victor Bastos, Wagner Rocha e Karine Julião pelo apoio nos últimos dois anos.

Aos nossos professores e professoras da EACH, especialmente a José Carlos Vaz e Alessandro Soares da Silva, cujas contribuições foram fundamentais para a conclusão deste trabalho.

Por último, mas não menos importante, agradeço a minha família, amigas, amigos, e minha namorada, que jamais duvidaram da relevância deste trabalho e sempre me apoiaram incondicionalmente.

Resumo

VARGAS, Diego Vasconcellos. **Memória e silenciamento nos Arcos do Bixiga**. 2019. 158 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Versão corrigida.

Este trabalho investiga o processo que levou à transformação dos Arcos do Bixiga em monumento da cidade de São Paulo, no final da década de 1980. Busca identificar quais memórias foram silenciadas no processo de disputa pela área onde estão localizados os Arcos, e de que forma o poder público se articulou para que, por meio de políticas públicas, fosse possível o prevailecimento de seus interesses, em detrimento dos interesses dos moradores do local. Tenta-se mapear e interpretar os fatos ocorridos, assim como as ações de cada grupo de atores envolvido no processo, em um primeiro momento, através de uma revisão bibliográfica acerca dos principais conceitos relacionados à memória coletiva, aos lugares de memória e às políticas de memória. Posteriormente, por meio de pesquisa documental, utilizando notícias de jornais e entrevistas semiestruturadas como fontes primárias, será realizada uma contextualização histórica do caso, seguida de análise empírica relacionando os conceitos revisados nos capítulos anteriores aos dados obtidos neste último. Justifica-se essa pesquisa, a partir da identificação do uso de argumentos relacionados à memória coletiva como base para justificar políticas públicas voltadas para o atendimento dos interesses do setor imobiliário, em detrimento do interesse histórico e social.

Palavras-chave: Arcos do Bixiga. Intervenções Urbanas. Memória Coletiva. Lugares de Memória. Políticas de Memória.

Abstract

VARGAS, Diego Vasconcellos. **Memory and silencing at the *Arcos do Bixiga***. 2019. 158 p. Dissertation (Master of Science) – School of Arts, Sciences and Humanities, University of São Paulo, São Paulo, 2019. Corrected Version.

This research investigates the process that led to the transformation of the *Arcos do Bixiga* into a monument of the city of São Paulo in the late 1980s. It aims to identify which memories were silenced in the process of claiming the area where the *Arcos* are located, and how the public authority managed to serve its interests through public policies, to the detriment of the local residents' interests. An attempt is made to map and interpret the facts, as well as the actions of each group of actors involved in the process, at first, through a literature review concerning the main notions related to collective memory, the realms of memory and politics of memory. Therefrom through an extensive documentary research, employing news from newspapers and semi-structured interviews as main sources, a historical contextualization was attempted, followed by an empirical analysis, connecting the reviewed notions to the gathered data. This research is justified by the acknowledgement of the use of arguments related to collective memory as a base to justify public policies directed to the serving of the real state industry's interests, to the detriment of a historical and social interest.

Keywords: Arcos do Bixiga. Urban interventions. Collective Memory. Realms of memory. Politics of memory.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – “Triângulo” central da cidade de São Paulo em 1850.....	20
Figura 2 – Vale do Anhangabaú em dois momentos: 1897 e 1919.....	23
Figura 3 – Vale do Anhangabaú na “terceira São Paulo”.....	27
Figura 4 – Chácara do “Bexiga” e arredores.....	31
Figura 5 – Anúncio de terrenos à venda no “Bexiga”.....	33
Figura 6 – Anúncio de terrenos à venda no “Bexiga”.....	33
Figura 7 – Regiões do Caaguaçu, Saracura e Bexiga.....	36
Figura 8 – Reclamação a respeito de buracos na Travessa da Assembleia.....	42
Figura 9 – Solicitação de reparos na rua da Assembleia.....	43
Figura 10 – Projeto original do muro entre as ruas da Assembleia e Jandaia.....	44
Figura 11 – Cia. Paulista de Tijolos Calcários.....	46
Figura 12 – O muro por volta de 1913, época da construção.....	47
Figura 13 – Rua da Assembleia entre 1911 e 1913 / Rua da Assembleia por volta de 1937....	48
Figura 14 – Anúncio de casas de aluguel na Rua da Assembleia.....	49
Figura 15 – Rua da Assembleia em 1982.....	50
Figura 16 – Construções existentes entre as ruas da Assembleia e Jandaia.....	52
Figura 17 – Rua Jandaia: desocupação e demolição de imóveis junto aos arcos.....	53
Figura 18 – Rua Jandaia: demolição de imóveis junto aos arcos.....	54
Figura 19 – Rua da Assembleia antes e depois da demolição.....	55
Figura 20 – Arcos do Bixiga em 2017.....	61

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Linha do tempo dos eventos relacionados à urbanização de São Paulo, formação do Bixiga e Arcos do Bixiga.....	62
Quadro 2 – Memória versus história: distinções conceituais.....	67
Quadro 3 – Posicionamentos obtidos a partir de matérias jornalísticas entre 1981 e 1989.....	81
Quadro 4 – Exemplo referente à coluna “Argumentos”.....	81
Quadro 5 – Possível situação dos atores em 2018.....	82
Quadro 6 – Atores a favor da remoção dos moradores encortiçados.....	84
Quadro 7 – Atores contra a remoção dos moradores encortiçados.....	85
Quadro 8 – Atores a favor da demolição dos imóveis.....	89
Quadro 9 – Atores contra a demolição dos imóveis.....	91

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

COHAB	Companhias de Habitação Popular
CONDEPHAAT	Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico
CONPRESP	Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo
DPH	Departamento do Patrimônio Histórico do Município de São Paulo
Emurb	Empresa Municipal de Urbanismo
FABES	Secretaria Municipal da Família e Bem-Estar Social
FAU	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP
FUNAPS	Fundação “Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel”
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PUC	Pontifícia Universidade Católica
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
TBC	Teatro Brasileiro de Comédia
UNESP	Universidade Estadual Paulista
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	Introdução.....	14
1.1	<i>Pergunta/objetivo.....</i>	16
1.2	<i>Justificativa</i>	17
1.3	<i>Estrutura do trabalho.....</i>	17
2	Bixiga: uma contextualização histórica.....	19
2.1	<i>A formação e expansão da cidade de São Paulo</i>	19
2.2	<i>O bairro do Bixiga</i>	29
3	Uma história dos Arcos do Bixiga	41
3.1	<i>1908-1921: projeto e construção</i>	42
3.2	<i>1930-1987: seis décadas de ocultação.....</i>	48
3.3	<i>1987-2002: redescoberta e monumentalização</i>	54
4	Da história à memória dos Arcos: referencial teórico	63
4.1	<i>Memória e Memória coletiva</i>	63
4.2	<i>Os Lugares de Memória.....</i>	66
4.3	<i>As Políticas de Memória: Silenciamento e esquecimento.....</i>	69
4.4	<i>Os Arcos do Bixiga como um problema de memória.....</i>	73
5	Para além do mito italiano: visitando outras memórias.....	75
5.1	<i>Nota metodológica</i>	75
5.2	<i>O que dizem os jornais.....</i>	82
5.2.1	<i>Primeiro debate: destino dos moradores.....</i>	82
5.2.2	<i>Segundo debate: o destino dos imóveis.....</i>	86
5.2.3	<i>Terceiro debate: o destino dos Arcos</i>	93
5.3	<i>O que lembram os atores</i>	95
5.3.1	<i>Edilson Mineiro</i>	96
5.3.2	<i>Antônio Carlos Mazzeo</i>	101
6	Considerações finais.....	106
6.1	<i>Caminho percorrido e discussão dos resultados</i>	106
6.2	<i>Contribuição do estudo</i>	108

6.3	<i>Limitações da pesquisa</i>	109
6.4	<i>Sugestões para pesquisas futuras.....</i>	109
Referências		112
Anexo A – Tabela com atores mapeados e seus respectivos posicionamentos		123
Anexo B – Entrevista com Edilson Henrique Mineiro		139
Anexo C – Entrevista com Antônio Carlos Mazzeo		153

1 Introdução

Localizados nas proximidades do córrego Itororó, região central da cidade de São Paulo, estão os Arcos do Bixiga, ou Arcos do Jânio, ou Arcos da rua Jandaia. Hoje em dia, os Arcos encontram-se monumentalizados, diante da praça que homenageia os artesãos calabreses, em uma área da cidade que é historicamente conhecida por forte presença da comunidade italiana.

Contudo, originalmente os arcos não foram edificadas com a intenção monumental. Autorizada pela prefeitura de São Paulo em 1908, e realizada em grande parte entre os anos de 1911 e 1913 (com exceção do parapeito, concluído provavelmente entre 1921 e 1922)¹, a construção dos Arcos ocorreu por conta da necessidade de um muro de arrimo que impedisse o desmoronamento do morro da rua Jandaia. Com o passar dos anos, dada a pujante expansão da cidade na primeira metade do século XX, logo os arcos foram cobertos por uma série de sobrados que ocuparam toda a extensão da rua Jandaia e da rua da Assembleia, tornando impossível sua observação a partir da rua. Embora não seja possível estabelecer com precisão a data de construção desses sobrados, é possível afirmar que, por volta de 1930 a fileira estava erguida, pois, nesta data começam a surgir de forma sistemática, anúncios de aluguel nos jornais da cidade, tudo indicando que foram construídas como investimento e que eram casas de aluguel destinadas à moradia de famílias de classe média.

A partir dos anos 1950, o projeto viário de canalização do córrego Itororó e construção da Avenida 23 de Maio sobre ele – obra que seria finalizada na segunda metade da década de 1960 – trouxe uma série de modificações e desapropriações para a área, porém, mantendo intactos os sobrados em questão. Em meados dos anos 1960, José Vicente Faria Lima, então prefeito da cidade, envia projetos à Câmara Municipal, para a desapropriação e demolição dos sobrados, a fim de construir uma alça de acesso que ligaria a Avenida 23 de Maio ao futuro complexo viário que serviria de ligação entre as regiões leste, central e oeste (atualmente formado pelo Minhocão e pela Ligação Leste-Oeste).

¹ As datas aqui mencionadas estão registradas nos seguintes documentos: Ata da 31ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de São Paulo, 29 ago. 1908; Expediente da Diretoria Geral da Prefeitura de São Paulo, 25 jul. 1913; Ata da 38ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de São Paulo, 26 set. 1914; Edital da Diretoria Geral da Prefeitura de São Paulo, 4 jan. 1921.

Entre 1967 e 1971, finalmente os sobrados são desapropriados, porém, com a troca de administração na prefeitura, não foi dada continuidade ao projeto de construção da alça de acesso, e os casarões, agora propriedade municipal, ficaram desocupados.

Em 1972, novos moradores passaram a ocupar o local, o que periódicos da época chamaram de “invasão”, dando um novo uso ao local com a criação de cortiços ocupados por famílias de baixa renda.

Na década de 1980, com a valorização do território central da cidade, a ocupação dos sobrados chama a atenção da prefeitura, do capital imobiliário, moradores das proximidades (incomodados com as condições insalubres e com a criminalidade em ascensão, supostamente, por culpa dos moradores dos sobrados), de arquitetos e acadêmicos interessados no valor arquitetônico das edificações, de ativistas e políticos interessados em manter moradia popular no centro, e da mídia interessada em cobrir o processo de disputa pela região.

Em meio a esse contexto, em 1984, na gestão de Mário Covas à frente da Prefeitura, surgem os primeiros planos de intervenção no local. Em 27 de junho de 1984, o prefeito Covas decreta e promulga a lei nº 9.725/84, enquadrando aquele conjunto como zona de uso especial (Z8-200), vinculada à preservação do patrimônio cultural e ambiental da cidade, classificando-os como de interesse público e impedindo sua demolição sem autorização prévia da Prefeitura, tendo em vista a preservação das características urbanas e ambientais existentes.

A partir de 1986, na gestão Jânio Quadros, iniciou-se uma disputa política que envolveu posições conflitantes entre diversos órgãos dos governos municipal e estadual, e durou até 1987 quando, finalmente, a Prefeitura conseguiu na Justiça, a ordem de desocupação dos sobrados e sua demolição. Alguns moradores resistiram, mas no final todos foram retirados, e os sobrados todos demolidos.

A maior parte da população foi realocada em áreas como Guaianases e Campo Limpo, regiões que na década de 1980, inclusive de acordo com depoimentos das próprias pessoas desapropriadas do local, muitas vezes não possuíam infraestrutura e serviços básicos, como de água e luz.

Quando os prédios foram demolidos, os arcos, que haviam passado cerca de 60 anos cobertos por eles, ressurgiram. Há controvérsias quanto ao conhecimento da Prefeitura acerca da existência dos arcos. O discurso oficial encontrado em jornais da época é o de que não havia conhecimento da existência dos arcos, e ao serem “redescobertos” foi decidido mantê-los por suas características estéticas particulares. No entanto, existia documentação a respeito da construção dos Arcos tanto nos arquivos da própria Prefeitura, como em bibliotecas (a

exemplo da publicação "Melhoramentos da Capital 1911-1913", editada pela Prefeitura em 1913, e facilmente acessível), fato que enfraquecia a alegação de que o conhecimento dos arcos tinha se perdido.

Por fim, os arcos foram monumentalizados e o valor atribuído a eles se refere à comunidade italiana da região. A memória escolhida, institucionalizada e cristalizada neste local, não é a dos primeiros moradores dos sobrados, nem a dos pobres que os ocuparam por mais de 15 anos. As memórias coletivas desses grupos foram silenciadas durante o processo, excluídas da história oficial.

Essa disputa por um espaço e pela institucionalização de uma memória de um grupo dominante está presente em vários lugares de São Paulo, como o Edifício Martinelli², a Vila Itororó³, e muitos outros lugares, alguns que provavelmente já desapareceram, junto com as memórias daqueles que ali habitavam, cedendo espaço para uma nova cidade, cuja marca mais forte é o intenso e contínuo processo de transformação.

1.1 Pergunta/objetivo

O objetivo geral deste trabalho é investigar o processo que resultou, no final da década de 1980, na transformação dos Arcos do Bixiga em monumento. Por meio da análise do processo de disputa pela manutenção *versus* demolição dos sobrados da rua Jandaia e rua da Assembleia nos anos 1980, e a subsequente "descoberta" dos Arcos e sua transformação em monumento, pretendemos mostrar como uma política de memória pode ser instrumentalizada por diferentes interesses, como elemento estruturante de outras políticas públicas que incidem sobre um determinado território ou coletividade. A fim de explorar esse objetivo, estabelecemos como objetivos específicos: (1) reconstituir, a partir de fontes documentais, a história dos Arcos, desde seu projeto e construção até sua monumentalização, e (2) identificar os diferentes grupos sociais envolvidos no processo de disputa que antecedeu a monumentalização, e seus respectivos sentidos atribuídos ao lugar e posicionamentos no debate.

² Edifício localizado no centro de São Paulo, idealizado pelo italiano Giuseppe Martinelli e projetado pelo arquiteto húngaro Vilmos (William) Fillinger. Com 105 metros de altura, foi entre 1934 e 1947 o maior arranha-céu do país e, durante um tempo, o mais alto da América Latina. Disponível em: <<http://prediomartinelli.com.br/historia>>. Acesso em: 23 jan. 2019.

³ Conjunto arquitetônico localizado na encosta do Vale do Itororó, na divisa entre os bairros da Liberdade e da Bela Vista. Idealizado por Francisco de Castro, com mais de dez edificações construídas ao longo do século XX para fins residenciais e de lazer, ocupa uma área de cerca de 6.000 metros quadrados, no miolo de uma quadra. Disponível em: <<http://vilaitororo.org.br/quem-somos>>. Acesso em: 23 jan. 2019.

1.2 *Justificativa*

A monumentalização dos Arcos, se por um lado foi justificada pelo poder público municipal como uma política voltada à preservação de memória coletiva associada ao passado e à identidade da cidade de São Paulo, por outro ocorreu no contexto de uma política urbana de caráter higienista e excludente/gentrificador. Como toda política de memória, ela resulta de um processo de disputa pela institucionalização de memória coletiva envolvendo diferentes grupos. Isto justifica pesquisar quais eram os grupos em disputa, e quais memórias foram silenciadas. Justifica também discutir até que ponto tal política foi instrumentalizada com finalidades outras que não a preservação de memória urbana.

1.3 *Estrutura do trabalho*

Para tanto, o presente trabalho está estruturado em mais 5 capítulos, além da presente Introdução. O capítulo 2, dividido em duas seções, objetiva contextualizar historicamente os Arcos do Bixiga, abordando temas como o processo de urbanização da cidade de São Paulo e, posteriormente, a formação do bairro do Bixiga dentro desse contexto urbanístico.

Em seguida, o capítulo 3, com base em fontes documentais pesquisadas em arquivos públicos e arquivos digitalizados de jornais da cidade, reconstitui especificamente a história dos Arcos do Bixiga. Sua estrutura foi dividida em 3 seções, sendo a primeira referente ao projeto e construção dos Arcos, compreendendo o período de 1908 a 1921, a segunda abrangendo o período de 1930 a 1987, anos em que estiveram ocultos, e, por último, a terceira aborda os anos de 1987 a 2002, período em que os arcos foram redescobertos e transformados em monumento.

O capítulo 4 apresenta as referências teóricas que embasam a discussão empreendida neste trabalho. Suas três seções iniciais revisam os principais conceitos e problemas sobre memória, em especial sua dimensão coletiva, sua relação com a cidade e com o mundo físico, e as consequências do seu uso político, social e econômico. A seção que encerra este capítulo justifica a escolha desse referencial teórico a partir de uma breve problematização dos Arcos do Bixiga enquanto política de memória.

Já o capítulo 5, dividido em três seções, e inspirado no referencial teórico apresentado no capítulo anterior, objetiva identificar e discutir quais outras memórias, que não a oficial, estão associadas aos Arcos do Bixiga, tendo sido excluídas, ou silenciadas no processo de disputa política travado, em sua maior parte, na administração Jânio Quadros à frente da

Prefeitura Municipal. Sua primeira seção, de caráter metodológico, consiste na descrição dos procedimentos de coleta e análise do material que dá sustentação ao capítulo. Com base nesses procedimentos metodológicos, que incluem a pesquisa documental em jornais da época, e a realização de entrevistas complementares, as seções seguintes se dedicam a identificação e descrição de grupos com interesses no local estudado por este trabalho, trazendo à luz seus posicionamentos e memórias, rejeitadas no processo de disputa em questão.

Por fim, o capítulo 6, dividido em 4 seções, apresenta as considerações finais a respeito da presente pesquisa, propondo uma discussão dos resultados obtidos, suas contribuições e limitações e, também, sugestões para futuras pesquisas.

2 O Bixiga: uma contextualização histórica

O presente capítulo, elaborado por meio de uma revisão de literatura, objetiva contextualizar historicamente o objeto de análise do capítulo seguinte, isto é, os Arcos do Bixiga e seu processo de monumentalização ocorrido na década de 1980.

Para tanto, o capítulo se estrutura em duas seções. A primeira, com caráter introdutório, oferece uma breve contextualização histórica do processo de urbanização da cidade de São Paulo. A segunda seção continua essa contextualização, focando-se mais especificamente na região que recebeu a alcunha de Bixiga, discutindo sua relação com a cidade. Esta contextualização fornece o pano de fundo para, no capítulo seguinte, reconstituirmos especificamente a história dos Arcos do Bixiga, compreendendo as cerca de oito décadas que se passaram desde seu projeto e construção até a sua “redescoberta” e monumentalização durante a gestão Jânio Quadros.

2.1 *A formação e expansão da cidade de São Paulo*

São Paulo foi, até a segunda metade do século XIX, uma cidade pobre. Em seus primeiros anos, seu isolamento se explicava por conta da sua posição geográfica. Por um lado, a Serra do Mar tornava quase inacessível o acesso ao litoral; por outro, a Serra da Mantiqueira barrava sua passagem para leste (SYLOS, 1978, p.1-2). Dessa forma, a recém-fundada São Paulo de Piratininga passou seus anos quinhentistas, quase ilhada do resto do Brasil.

As dificuldades geográficas, somadas à ausência de artigos valiosos de exportação no planalto paulistano, não permitiam a acumulação de grandes capitais. Além da pobre economia, a abundância de terras e a pouca densidade demográfica da região tornavam o preço da propriedade imobiliária extremamente reduzido, em grande desproporção com os preços das utilidades. Suas construções eram rústicas, de taipa de mão e pisos de terra batida, e pouco valorizadas. Segundo Taunay (2004, p.95) no período no século XVII, “um vestido de seda ou veludo valia quase tanto quanto uma casa mediana”.

Até a metade do século XIX, a vida em São Paulo não sofrera qualquer alteração extrema em suas normas de viver coletivo. Nenhum grande acontecimento veio a perturbar o ritmo da cidade e, mesmo sua participação no chamado bandeirismo, como principal polo de irradiação para o interior do Brasil, não trouxe grandes benefícios. Pelo contrário, o escoamento de sua população para as províncias de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso,

contribuiu para o agravamento de uma depressão econômica progressiva, pela qual a cidade já passava (TAUNAY, 2004, p.249-253).

A cidade concentrava todas as principais funções e atividades em sua colina principal, na região formada por um triângulo “cujos vértices eram balizados pelos conventos de São Francisco, São Bento e Carmo” (TOLEDO, 2004, p.10).

Figura 1 – “Triângulo” central da cidade de São Paulo em 1850

Fonte: Elaboração própria sobre a Planta da cidade de São Paulo de 1850. Arquivo do Estado de São Paulo.

Ao longo das estradas rudimentares que ligavam a cidade ao litoral e ao interior, pequenos sítios e casas de campo se instalaram, porém, a falta de infraestrutura viária de qualidade impedia uma maior expansão da cidade e o surgimento de novos bairros. As obras públicas eram quase inexistentes e, quando prometidas pela Câmara ou pela própria Coroa, seus trabalhos arrastavam-se por anos, sofrendo com a falta de meios para sua efetivação e sujeitos a diversos adiamentos. Os melhoramentos, até então, se limitavam a manutenção de pontes, da Catedral, da Cadeia, pavimentação de ruas e construção de muros (TAUNAY, 2004, p.253). A falta de um sistema de fornecimento d'água e as constantes enchentes nas áreas de várzeas, que por consequência traziam moléstias aos moradores, eram um dos principais problemas existentes na cidade, e só viriam a ser parcialmente resolvidos ao final dos anos de 1800. Além disso, o lixo era despejado nos rios pelas pontes ou se espalhava pelos quintais, agravando ainda mais o problema da higiene pública, no século XIX.

Desprovida de recursos e de leis que promovessem uma melhora no ordenamento do espaço urbano, São Paulo guardava suas feições coloniais ainda na segunda metade do século XIX. Os empecilhos impostos ao progresso da cidade só foram superados em virtude do gigantesco impulso econômico gerado pela ampliação e sucesso das lavouras cafeeiras no interior do estado, e sua inserção no mercado exportador. Diante desse sucesso, os cafeeiros se viram na necessidade de obter uma nova forma de transporte que fosse capaz de transpor rapidamente as barreiras geográficas existentes entre o interior e porto de Santos. Entre 1862 e 1867, foi construída a primeira estrada de ferro em solo paulista, a São Paulo Railway (SYLOS, 1976, p.17).

Além do advento da ferrovia, os fazendeiros paulistas viram no imigrante europeu, a oportunidade de suprir a mão-de-obra reduzida com o fim do tráfico negreiro em 1850. Esses dois elementos foram os grandes propulsores das primeiras grandes transformações na cidade de São Paulo.

A chegada da ferrovia à cidade permitiu que as viagens das fazendas para a capital fossem mais rápidas e confortáveis, tornando possível que os detentores do capital cafeeiro morassem confortavelmente na capital. Inspirados nas sedes de fazendas europeias, surge o bairro dos Campos Elíseos, cuja localização era privilegiada por estar muito próxima à Estação da Luz, que por sua vez situava-se próxima ao triângulo (TOLEDO, 2004, p.78).

Surge, então, um grande número investimentos na infraestrutura da cidade para que ela fosse capaz de suportar a nova realidade criada pelo fluxo migratório trazido pela chegada da ferrovia. Durante a presidência (da província) de João Teodoro (1872-1875), a cidade recebe suas primeiras grandes transformações com o melhoramento e abertura de diversas ruas

importantes, embelezamento do Morro do Carmo (região da atual avenida Rangel Pestana), Ilha dos Amores (no rio Tamanduateí), Jardim da Luz (atual Parque da Luz), além de calçamento com paralelepípedos no triângulo. João Teodoro foi um dos raros governantes a se preocupar com questões de estética urbana.

Talvez uma das mais importantes novidades trazidas a São Paulo, após a chegada da ferrovia, tenha sido a inauguração de sua primeira linha de bondes, em 1872, com tração animal. Este tipo de transporte coletivo, que passaria a contar com bondes elétricos a partir de 1901, embora limitado à área central e áreas lindeiras, permitiu o acesso a novos bairros que se formavam com o loteamento das antigas chácaras da cidade, como é o caso do bairro Campos Elíseos.

Com o intenso surgimento de loteamentos, inicia-se em São Paulo o que Toledo (2004, p.79) chama de “epidemia de urbanização”, que geraria uma “segunda fundação de São Paulo”. Toledo compara esse movimento de urbanização a uma epidemia por conta de dois fatores: a rapidez de sua propagação e seus aspectos patológicos de crescimento desordenado. Enquanto, a região central recebia melhoramentos em sua infraestrutura viária, hoteleira, transporte coletivo, fornecimento de água e, posteriormente, luz elétrica, os novos loteamentos careciam da maioria desses serviços. Além disso, a configuração desses loteamentos se dava de forma desordenada, com seu perímetro exterior irregular, geralmente “formado por uma estrada, um rio, ribeirão, ou outro acidente natural, como terrenos baixos e alagadiços” (TOLEDO, 2004, p.79).

Na última década do século XIX, com a proclamação da República, houve a separação das atribuições de municípios e estados, garantindo maior autonomia aos primeiros. Isto permitiu que se consolidasse, em São Paulo, um setor de obras públicas na esfera municipal. Com vistas a garantir as condições gerais de produção do café e a reprodução social da força de trabalho, grandes investimentos foram feitos no setor de obras da cidade, principalmente voltados para o serviço sanitário, dando início a discursos higienistas e políticas sanitárias. (CUSTÓDIO, 2004, p.84).

Segundo Simões Jr. (1990, apud NOBRE, 2010, p.1) havia:

[...] duas correntes de pensamento urbanístico nessa época. A primeira seria a de negação ao surgimento da cidade industrial, baseada na valorização da cidade tradicional, e a segunda seria a da adaptação da cidade à sua nova realidade. Na administração municipal venceu a 2ª corrente, sendo que a questão da circulação viária ganhou destaque, junto com a questão da higiene; da estética e das

edificações; influenciados pelas ideias de urbanistas estrangeiros, principalmente Eugène Hénard⁴ e Joseph Stubben⁵.

Seguindo a lógica da segunda corrente, a era do tijolo substituiu a da taipa, e o governo não tinha o menor constrangimento em demolir edifícios históricos e arrasar a vegetação do entorno da cidade. Sob o poderio de agentes públicos e privados, diversos projetos, planos, obras, leis, órgãos e plantas foram criados na cidade de São Paulo, direcionando um grande montante de dinheiro para canalizações de rios e ribeirões, avenidas, aterros, construção de viadutos (do Chá e Santa Ifigênia, por exemplo), muros de concreto, vias de retorno, iluminação e outras melhorias. Contudo, durante essas transformações as vias de circulação prevaleceram sobre todos os valores urbanos, e as qualidades estéticas do meio ambiente, componentes fundamentais para se aferir a qualidade de vida de uma cidade, não entraram nas preocupações das autoridades. A ausência dessa preocupação levou a um progressivo desaparecimento da mata nativa e dos rios da cidade de São Paulo (TOLEDO, 2004, p.104).

Figura 2 – Vale do Anhangabaú em dois momentos: 1897 e 1919

Fonte: Álbum Comparativo da Cidade de São Paulo (1887-94-1919), W. Luiz.

SMC/Biblioteca da Mário de Andrade.

Como consequência da transformação do espaço físico na capital paulista, houve, também, um esforço para readequar suas práticas urbanas de acordo com parâmetros europeus

⁴ Eugène Hénard (1849-1923) – arquiteto e urbanista francês, influenciou decisivamente as práticas urbanísticas em São Paulo. Concebeu o perímetro de irradiação, composto por um circuito interceptador do fluxo pesado, que seria redistribuído por ruas secundárias antes da convergência de vias de penetração e irradiação para o centro.

⁵ Joseph Stubben (1845-1935) – importante urbanista alemão que pensava a expansão urbana em termos de circulação, higiene, estética e edificações. Preocupou-se com a análise das artérias radiais, as mais importantes para o movimento centro-periferia e vice-versa.

de urbanização e industrialização. Esses esforços foram orientados por um “zoneamento e especialização de usos e funções explícitos e implícitos na legislação com o objetivo de adequar a cidade ao novo papel” (SCHNECK, 2016, p.27).

Dentro deste contexto podemos observar três ações paralelas voltadas para este reordenamento das funções e usos da cidade. A colina histórica, ou triângulo, que até a metade do século XIX abrigava quase a totalidade da atividade urbana da cidade, é reformulada, passando a abrigar apenas determinadas categorias de atividades, restritas a pessoas condizentes com o novo espaço e envolvidas no seu exercício. Dentre elas estavam restaurantes, hotéis, comércios de artigos de luxo, confeitarias, cafés, charutarias, comércios de artigos de trabalho para profissionais especializados, comércios de máquinas importadas para lavoura e indústria, órgãos da administração pública, consultórios, escritórios e sedes de instituições financeiras.

Paralelamente, parte dos serviços prestados na colina histórica foi realocada em direção a bairros vizinhos à área central. Entre esses estavam serviços menos nobres como fábricas, oficinas, depósitos, comércio de gêneros alimentícios, assim como moradias que já não se encaixavam no novo padrão estabelecido para a região da colina histórica. Com essa segunda ação, a cidade de São Paulo demonstra os primeiros sinais de um fenômeno que a acompanharia até os dias atuais: a gentrificação (SCHNECK, 2016, p.27)

Para dar suporte a essa segunda ação, a terceira ação foi o já citado surgimento de empreendimentos imobiliários de loteamentos nas áreas do entorno da região central da cidade. Esses novos loteamentos surgiram em função da demanda para abrigar moradores e atividades produtivas essenciais à cidade, mas que não eram mais adequadas para permanecerem no centro. Um novo bairro que exemplifica bem esse conjunto de ações é o do Bixiga, que será abordado na seção a seguir.

Esse reordenamento das funções do espaço urbano e sua modernização, tiveram como consequência a perpetuação de preconceitos geradores de práticas sociais excludentes, relegando as camadas mais pobres às áreas lindeiras da colina histórica, e limitando seu acesso aos serviços oferecidos na capital.

O padrão de urbanismo adotado após a chegada da ferrovia perdura até meados dos anos 1920. O limitado sistema de bondes estabelecido na capital, embora importante no final do século XIX, já não atendia satisfatoriamente às necessidades da cidade. Devido a estas limitações do sistema público de transporte, até meados da década de 1930, bairros e loteamentos localizados em regiões periféricas eram escassos e permaneciam pouco densos,

enquanto a área central e seus bairros vizinhos apresentavam um alto nível de densidade demográfica (SCRIPILLITI, 2017, p.65).

O cenário começa a mudar com a inauguração dos serviços de ônibus a diesel, em 1925, e com o congelamento das tarifas de bonde, estabelecido em contrato, levando a concessionária do sistema, a *São Paulo Tramway, Light and Power Company* a gradualmente perder interesse pelos bondes e propor uma remodelação do sistema de transportes públicos. Em sua remodelação, a Light propunha, já na década de 1920, a implementação de novas linhas expressas e a posterior substituição dos bondes pelo metrô (NOBRE, 2010, p.3). Contudo, na mesma época, o Plano de Avenidas (como ficou conhecido), projeto de sistema viário estrutural, foi apresentado por Francisco Prestes Maia⁶ e João Florence d'Ulhoa Cintra⁷ como alternativa àquele proposto pela Light, e adotado como plano de reformulação do sistema viário pelo próprio Prestes Maia quando prefeito de São Paulo, no período do Estado Novo⁸.

Para Prestes Maia, a estrutura urbana existente em São Paulo em meados da década de 1920 não era suficiente para suportar o crescente número de habitantes que abrigava e, diante do progresso pelo qual passava, o trânsito se tornaria insustentável. Seu Plano de Avenidas prometia escoar o trânsito, além de transpor barreiras físicas importantes, como o Anhangabaú e a Várzea do Carmo. Para solucionar o problema da saturação e insuficiência de vias na região central da cidade, o plano propunha a descentralização, estimulando o desenvolvimento da cidade em direção à periferia (SCRIPILLITI, 2017, p.48).

Fortemente influenciado pelo urbanismo americano, marcado por uma crescente promoção do uso dos automóveis, e a correspondente preocupação com o fluxo do tráfego, vazão e velocidade, o Plano de Avenidas propunha uma estrutura de circulação baseada em um modelo radiocêntrico, composto por vias radiais que fariam a ligação do fluxo principal, da periferia ao centro e vice-versa, e vias perimetrais que fariam a ligação entre bairros e entre as radiais (NOBRE, 2010, p.2-3).

Entretanto, a falta de recursos para desapropriações, além de questões político-financeiras, dificultou a implantação do plano conforme planejado inicialmente. As avenidas

⁶ Francisco Prestes Maia (1896-1965), engenheiro civil e professor da Escola Politécnica. Duas vezes Prefeito de São Paulo (1938-1945, 1961-1965), elaborou diversos planos de urbanização, sendo seu mais famoso trabalho o “Estudo de um Plano de Avenidas para a Cidade de São Paulo”, em 1930.

⁷ João Florence d'Ulhoa Cintra (1887-1944), engenheiro e urbanista, trabalhou entre 1913 e 1944 na Prefeitura da cidade de São Paulo, e teve grande importância na concepção de dois projetos urbanísticos implantados na cidade: a canalização do rio Tietê e o Plano de Avenidas

⁸ Regime político brasileiro instaurado por Getúlio Vargas em 10 de novembro de 1937, que vigorou até 30 de outubro de 1945.

de fundo de vale foram apresentadas como solução para dar sequência à malha viária proposta por Prestes Maia. Graças às novas técnicas de drenagem descobertas no século XX, foi possível canalizar os rios existentes nos fundos de vale, permitindo a construção de pistas e viabilizando a implantação do sistema viário. A avenida 9 de Julho, construída na década de 1930, e a avenida 23 de Maio, construída no final da década de 1960, são exemplos de avenidas “arteriais” construídas por meio deste método (SCRIPILLITI, 2017, p.49-51).

A priorização do transporte rodoviário e expansão da malha viária de São Paulo possibilitaram que o cidadão vivesse longe do centro, finalmente iniciando um processo de ocupação das áreas mais distantes. Contudo, a escolha do carro e do ônibus como principais meios de transporte na capital levou à diminuição de investimentos em serviços de bondes e à sua desativação em 1968. Além disso, mais uma vez questões ambientais foram desconsideradas.

A canalização de rios, sua substituição por vias de trânsito e a consequente destruição das matas remanescentes em suas várzeas geraram um problema de insustentabilidade ambiental. A aridez das regiões afetadas por essas obras, e o aumento da emissão de poluentes na área central, estimularam a decadência dos espaços públicos e promoveram uma maior fuga para os bairros periféricos, efeitos que contribuíram para a degradação da região central nas décadas seguintes (SCRIPILLITI, 2017, p.65-66).

O estímulo à ocupação de áreas periféricas, causado pela expansão da malha viária da cidade não foi o bastante para diminuir a densidade demográfica da área central e bairros vizinhos. Pelo contrário, diante da crescente demanda por moradia na cidade, a estrutura administrativa limitada e a falta de orçamento impediram que a Prefeitura reagisse contra as manobras especulativas e contra o descaso por parte de atores que detinham o controle econômico e político da cidade. Por conta disso, as possibilidades de uso do solo urbano nas áreas mais próximas do centro foram exploradas exaustivamente, permitindo o surgimento de habitações que abrigavam um maior número de pessoas por meio da subdivisão de cômodos, como cortiços e pensões (SCHNECK, 2016, p. 86). Bairros vizinhos ao centro, como o Bixiga e a Liberdade, mantinham, já na década de 1930, uma das maiores densidades populacionais da cidade, graças à grande quantidade de cortiços ali presentes.

As transformações promovidas pelo Plano de Avenidas e pelas políticas rodoviaristas nas décadas seguintes novamente desfiguraram o espaço urbano paulistano. Aquela “segunda São Paulo”, que fora construída sobre a São Paulo colonial, a partir da década de 1930 começa a ser substituída por uma terceira cidade (TOLEDO, 2004). A terceira São Paulo arrasaria as construções antigas remanescentes como jamais visto até então. Rios e vegetações

remanescentes desapareceram, bairros foram divididos pela construção de grandes avenidas e viadutos, e quarteirões inteiros deram espaço a novos empreendimentos imobiliários, rompendo o tecido urbano de formas irreversíveis em nome do “progresso” trazido pelo automóvel.

Figura 3 – Vale do Anhangabaú na “terceira São Paulo”

Fonte: Waldemir Gomes de Lima, 1966. SMC/Biblioteca Mario de Andrade.

Nas décadas de 1940 e 1950, principalmente após o término da Segunda Guerra Mundial e de forma mais intensa com o início da Guerra Fria, a aproximação política entre o governo brasileiro e os Estados Unidos traz um novo impulso para o urbanismo rodoviário. Segundo Nobre (2010, p.5):

É importante notar que o rodoviário, enquanto política pública, foi peça fundamental para consolidar o capitalismo Norte-americano do período, visto que a indústria automotiva passou a ter peso considerável na produção industrial americana, a partir da aplicação das ideias praticadas por Henry Ford. Através de práticas monopolistas, as empresas do ramo automotivo garantiram a expansão do mercado, desmantelando mais de 100 sistemas de transporte público baseados no

bonde elétrico e a substituição pelos ônibus em 45 cidades norte-americanas, nas décadas anteriores.

A instalação da indústria automotiva na região metropolitana de São Paulo confirma a prevalência das políticas rodoviaristas influenciadas pelos Estados Unidos e promovidas pelo Brasil no período.

Durante as décadas de 1950 e 1960, as ideias apresentadas pelo Plano de Avenidas continuavam vivas e foram reforçadas e complementadas por outros projetos como o programa de Robert Moses⁹ (1950), que propunha um sistema de vias expressas radiais ligando o centro aos subúrbios e um anel viário acompanhando os vales do Tietê e Pinheiros dando acesso às principais estradas. A construção dessas estradas induziu a expansão urbana ao longo delas, consolidando o processo de metropolização de São Paulo ao uni-la aos municípios vizinhos (NOBRE, 2010, p.5).

Na década de 1970, observa-se uma quebra de paradigma nas políticas de mobilidade urbana em São Paulo com a inauguração do Metrô. Entretanto, o governo continua a buscar soluções para o trânsito da cidade por meio de obras viárias. O PMDI (Plano Metropolitano de Desenvolvimento Integrado da Grande São Paulo), nesta época:

[...] propõe a construção de um sistema de radiais e anéis perimetrais metropolitanos, sugerindo a descentralização do emprego terciário, face ao congestionamento do Centro Metropolitano, estimulando a concentração dessas atividades ao longo desses novos corredores estratégicos, dotados de alta acessibilidade pelo meio de transporte individual (NOBRE, 2010, p.6).

O Anel Viário Metropolitano fruto deste plano, construído entre 1976 e 1985, possuía, já na década de 1990, um alto nível de congestionamento, levando o governo a apresentar novas propostas, como o projeto do Rodoanel Metropolitano.

Passados mais de 80 anos desde sua introdução nas políticas de mobilidade da cidade de São Paulo, a visão rodoviarista ainda pode ser encontrada em propostas apresentadas por autarquias estaduais e municipais de planejamento e realização de transportes e obras viárias,

⁹ Robert Moses (1888-1981), cientista político norte-americano que de 1924 a 1968 trabalhou para os governos da cidade e do estado de Nova Iorque, sendo responsável pela construção de inúmeras vias expressas, parques, pontes, túneis, centros cívicos e salas de exibição. Considerado o Barão de Hausmann novaiorquino, Moses ficou conhecido pelas suas políticas de arrasa-quarteirão que mudaram por completo a região metropolitana de Nova Iorque (GOLDEBERGER, 1981, apud NOBRE, 2010, p.5).

indicando sua grande força como política pública e apoio no interior da administração pública até os dias atuais (NOBRE, 2010, p.8-10).

A adoção desse plano ao longo do século XX teve como consequência a expansão do transporte individual em detrimento do ferroviarismo e do transporte por bondes. Servindo de base para políticas urbanas por diversas décadas, o rodoviarismo trouxe intensas modificações irreversíveis para o tecido urbano paulistano, assim como para a vida social dos habitantes e para a história da cidade. Avenidas e viadutos, fruto das intervenções rodoviaristas, alteraram a dinâmica de diversos bairros da capital, sendo um deles o Bixiga.

A abertura da Avenida 23 de Maio, e implantação da Radial Leste-Oeste, do Viaduto Júlio de Mesquita e do Viaduto 13 de maio, seccionaram o bairro, deixando cicatrizes irrecuperáveis ao descaracterizar a área e isolar porções que acabaram nunca se recuperando. O bairro do Bixiga, que já abrigava uma alta densidade populacional e grande número de cortiços entre as décadas de 1920 e 1940, ao ser fracionado pelas grandes obras rodoviaristas, acabou sofrendo com a desvalorização e com a saída de muitos moradores antigos, abrindo espaço para a chegada de um novo grupo de moradores, mais pobres, atraídos pelos aluguéis baixos e proximidade com o centro da cidade, dessa forma proliferando ainda mais os cortiços na região (SCRIPILLITI, 2017, p.55).

É neste contexto que ocorrem os acontecimentos ocorridos entre as décadas de 1960 e 1980, de disputa política travada pela prefeitura da cidade de São Paulo e moradores das ruas Jandaia e Assembleia pelo controle do espaço físico e da memória do local, culminando na controversa remoção dos últimos e na demolição de diversas edificações situadas ao longo dessas ruas.

Para entender melhor o processo de consolidação da realidade vivida pelos atores envolvidos nesta disputa política, a próxima seção pretende apresentar um panorama histórico do bairro do Bixiga, de forma que seja possível observar sua evolução em relação ao desenvolvimento da cidade de São Paulo, conforme explorado acima.

2.2 *O bairro do Bixiga*

O Bixiga é um território localizado entre os bairros da Liberdade, Paraíso, Morro dos Ingleses¹⁰, Consolação e a Avenida Paulista. Embora não exista oficialmente na divisão

¹⁰ Bairro localizado na parte alta do distrito da Bela Vista compreendendo área entre a Avenida Brigadeiro Luís Antônio, a Rua dos Ingleses, a Rua Almirante de Leão, a Alameda Campinas e a Avenida Paulista.

administrativa da cidade, é considerado um dos bairros mais tradicionais da cidade de São Paulo, principalmente pela forte influência da imigração italiana em sua história. Trata-se, de uma região, hoje, predominantemente ligada, no imaginário urbano e na memória coletiva da cidade, à memória imigrante, especialmente italiana.

Sua origem como bairro remonta à segunda metade do século XIX, período em que o impulso econômico do café e o aumento do fluxo imigratório na cidade de São Paulo geram sua primeira expansão urbana. Antes desse período, sua importância para a cidade era pequena, visto que a maior parte das atividades urbanas ocorria na região do triângulo, localizado na colina histórica.

As terras do Bixiga pertenceram a diversos proprietários entre o período da fundação da cidade e seu loteamento nos anos de 1800. Em 1559, todas as terras, que formariam o bairro no futuro, faziam parte da sesmária do “Capão” e pertenciam a Antonio Pinto. Poucos registros do século seguinte fazem referência a essas terras, e somente ao longo do século XVIII é possível identificar a transferência das terras entre pelo menos 3 proprietários (SCHNECK, 2016, p.64-54).

Entre 1750 e 1773, a área recebia o nome de Chácara da Samambaia, e seu proprietário era o historiador Pedro Taques. Já no período de 1773 a 1789, seu nome passa a ser Chácara do Gusmão. Seu último registro de venda no século XVIII, em 1794 para Antônio Calheiros, cita “uma chácara nesta cidade na paragem Anhangabaú, denominada vulgarmente Bexiga”. A partir disso, é possível deduzir que, entre os anos de 1789 e 1794, algo ou alguém transmitiu esse nome para a chácara (GONÇALVES, 2016, p.65).

A historiografia a respeito da origem do nome do local é inconclusiva. A palavra “bexiga” é associada à varíola,

[...] doença que assolava boa parte das cidades brasileiras, inclusive São Paulo, remetendo ao lugar onde provavelmente foram registrados casos e quem sabe a esse indivíduo, cujo apelido aludia à presença de Antônio Calheiros, também conhecido como Antônio Bexiga (SCHNECK, 2016, p.64).

Em 1819, os escritos do viajante Auguste de Saint-Hilaire (1976, p.121), em sua viagem à província de São Paulo, fazem referência ao “[...] *albergue de um certo Bexiga, que possuía, em São Paulo mesmo, vastas pastagens*”.

Figura 4 – Chácara do Bexiga e arredores

Fonte: Eng. Gastão Cesar Bierrembach de Lima, 1954. SCHNECK (2010).

De acordo com Gonçalves (2016, p.65), durante a visita de Saint-Hilaire, a estalagem já não pertencia mais a Antônio Calheiros, e sim a Antônio Manuel. Como ambos os proprietários receberam a alcunha de Antônio Bexiga, é possível inferir que, talvez, os proprietários tenham pegado o nome do local, e não o contrário.

Outra hipótese que reforça a ideia de o nome Bixiga ter origem no local, e não nos proprietários de suas terras, é a de que a região servia de refúgio aos acometidos de varíola. Segundo Lucena (1984, p.21):

[...] é certo que na região dos Campos do Bexiga se localizavam doentes atacados de varíola, como ocorria em todos os arrabaldes de São Paulo. O que parece é que se pretendia isolar os doentes, sendo retirados do centro da cidade e permanecendo em casas separadas.

Uma reclamação¹¹ publicada no Estado de S. Paulo em 1875 confirma que, de fato, a região do Bixiga era considerada reduto não só de “variolosos”, mas também local de despejo de objetos supostamente contaminados pela doença:

Á municipalidade – Em matéria de hygiene e salubridade publica, estamos nós outros, mesmo nas capitaes, em tristíssimo atraso [...]. Pedimos providencias instantes. Os moradores do Bexiga queixam-se de que agora até colchões de variolosos são para alli atirados!

Uma terceira hipótese é a de que havia um matadouro nas proximidades do local, o qual realizava o comércio de miúdos, entre os quais bexigas de bois e porcos. Contudo, registros só indicam a presença de um matadouro na região a partir de 1830, tornando mais fraca esta terceira hipótese, visto que o nome Bixiga precede esta data (SCRIPILLITI, 2017, p.38).

Quanto à grafia do nome do bairro, o uso da palavra bexiga, com “e” era padrão em jornais do século XIX. Contudo, aos poucos, sua grafia passa a conter a letra “i” em vez do “e”. Segundo Gonçalves (2016, p.66) “uma das explicações para tal grafia se refere ao jeito coloquial de se falar. Outra se refere ao desejo dos moradores de afastar o sentido pejorativo da doença ou das bexigas de bois comercializadas no local”. Já no século XX, o extinto jornal “O Bixiga” popularizou ainda mais a grafia com “i”, e até hoje publicações recentes ainda usam esta grafia informal. Por conta disto, para fins de diferenciação entre a palavra original “bexiga” e o bairro, este trabalho optou pelo uso da grafia com “i”.

Apesar da proximidade em relação à região central, o relevo acidentado e os córregos do Saracura e Bexiga, sujeitos a constantes cheias e inundações nas épocas das chuvas, dificultavam a conexão entre a região do Bixiga e o resto da cidade, tornando-a pouco atraente para ocupação antes de sua urbanização. Seus últimos proprietários foram Tomás Luís Álvares (Tomás Cruz), que as vendeu à firma Antônio José Leite Braga & Cia por volta de 1850. Em meio à epidemia de urbanização promovida pela chegada da ferrovia a São Paulo, Antônio J. L. Braga é quem promove a demarcação, a abertura de ruas e inicia as vendas de terrenos da chácara do Bixiga (LUCENA, 1984, p.20).

Os Campos do Bixiga, até então, eram considerados um arrabalde da cidade de São Paulo, mas com o loteamento e arruamento de suas terras, passam a integrar o urbanismo da

¹¹ A Província de S. Paulo, Á municipalidade, Noticiario, 21 set. 1875, p.3.

cidade e, em meados de 1878, já era possível encontrar anúncios de venda dos terrenos do Bixiga em jornais da época, conforme pode ser conferido nas figuras 5 e 6:

Figura 5 – Anúncio de terrenos à venda no “Bexiga”

Terrenos do Bexiga

Os proprietários destes terrenos mandaram levantar um plano geral de arruamento e expor à venda em lotes e às braças, à vontade do comprador.

As pessoas que desejarem possuir algumas braças de terrenos próprios, com excelente vista, água nascente e livre de qualquer onus podem desde já examinar e dar as suas encomendas no escriptorio deste jornal a Emilio Rangel Pestana, ou nas officinas de Santo Antonio (no Bexiga) aos proprietários dos referidos terrenos que facultarão aos srs. compradores a entrada e exame dos mesmos.

Fonte: A Província de S. Paulo, 10 mai. 1878, p.3.

Figura 6 – Anúncio de terrenos à venda no “Bexiga”

Mattas do Bexiga

Vendem-se por propostas todas as mattas dos terrenos do Bexiga, pertencentes a A. J. L. Braga & Comp. Os pretendentes podem examinar desde já.

3-1 A. J. L. Braga & Comp.

Fonte: A Província de S. Paulo, 22 jun. 1878, p.3.

Em 1882, são edificadas as primeiras casas do Bixiga. Em seguida surgem os primeiros comércios, e no início do século XX, já é comum a presença de quitandas, açougues, armazéns, padarias e oficinas na região, indicando um amadurecimento do bairro, poucos anos após sua fundação. O sucesso do loteamento do bairro e seu consequente desenvolvimento levam algumas famílias paulistanas, incluindo algumas consideradas

tradicionais¹², a elaborarem um abaixo-assinado e encaminhá-lo à Câmara solicitando a mudança do nome da região, com vistas a mudar sua imagem e valorizá-la. O abaixo-assinado solicitava a troca do nome “Campo do Bexiga” para “Campo da Bella Vista”, afirmando que o nome Bexiga não remetia a qualquer tradição paulista. Essa demanda só seria atendida em 1910, com o seu desmembramento do distrito da Consolação e com a criação do “distrito de paz da Bella Vista”¹³ (SCHNECK, 2016, p.65).

Ao final do século XIX e início do século XX, o empreendimento imobiliário avança na região, voltando-se especialmente à exploração locatícia das casas construídas, atividade que posteriormente contribuiria para torná-lo um dos bairros mais populosos de São Paulo. Neste mesmo período, durante a virada do século, o Bixiga também foi alvo de diversos melhoramentos como os serviços de bondes, de águas e esgotos e outras obras sanitárias.

Diferentemente da São Paulo colonial, na qual as atividades se concentravam na colina histórica, a nova São Paulo possuía uma maior tendência à especialização dos espaços. Enquanto no perímetro central se concentravam serviços e comércios, os bairros adjacentes foram destinados às camadas médias e baixas, abrigando manufaturas e ofícios indesejados. Bairros como Bom Retiro, Barra Funda, Brás, Mooca, Lapa e Água Branca foram destinados à instalação de fábricas e vilas para seus trabalhadores. As camadas mais altas que deixaram o centro em um primeiro momento, inicialmente se instalaram nos Campos Elíseos, mas posteriormente migraram para áreas mais altas e de uso exclusivamente residencial como o Morro dos Ingleses, a Avenida Paulista e Higienópolis. Já o Cambuci e o Bixiga abrigaram o comércio simples, voltado ao abastecimento alimentar e à prestação de serviços menos especializados, como oficinas de marceneiros e carpinteiros, vidraceiros, entre outros. A localização do Bixiga entre bairros exclusivamente residenciais, como o Morro dos Ingleses e a região da Avenida Paulista, e o centro da cidade, garantiu condições favoráveis para que comércios alimentícios se instalassem no bairro (SCHNECK, 2016, p.46).

Muitos dos comércios instalados no Bixiga pertenciam a imigrantes, principalmente italianos, espanhóis e portugueses. Apesar de, originalmente, a vinda dos imigrantes ser motivada pela oferta de trabalho nas lavouras de café, muitos deles perceberam condições interessantes de trabalho em São Paulo e preferiram se instalar na capital. É neste contexto

¹² Entre os signatários constavam nomes como Tobias de Aguiar, Eugênia Pereira de Albuquerque (viúva de Antônio J. L. Braga, João Otávio Nébias, João Pedro da Veiga Filho, entre outros (SCHNECK, 2016, p.65).

¹³ As plantas dos seguintes anos foram localizadas e consultadas: 1905, 1913, 1916, 1924, 1943 e 1951. Apesar da criação do distrito da Bella Vista em 1910, o nome Bexiga continuou a representar a parte “baixa” da região nas plantas da cidade até, pelo menos, 1943. As plantas a partir da década de 1950 já não apresentavam mais essa denominação.

que surgem algumas oficinas, sapatarias, alfaiatarias, padarias e cantinas administradas por imigrantes (LUCENA, 1984, p.32), que influenciariam na povoação do Bixiga e ajudariam a consolidar a ideia de bairro italiano no imaginário popular.

Para Schneck (2016, p.28) afirmar que o Bixiga era um bairro italiano “sugere certa homogeneidade, um bairro com um caráter de uniformidade social, étnica, arquitetônica e funcional”. No entanto, apesar de liderada pelos imigrantes italianos¹⁴, a composição étnica do Bixiga envolveu um grande número de outras etnias, como portugueses, espanhóis, sírios, libaneses, e principalmente brasileiros brancos e negros. Apesar disso, por conta do ideário europeizante promovido paralelamente à epidemia de urbanização em São Paulo, os brasileiros, principalmente negros, sofreram com um esquecimento sistemático ao longo da história.

Segundo Lucena (1984, p.7), trata-se de “um dos processos alienantes mais antigos, largamente usado nos dias atuais pelos países desenvolvidos em relação aos seus dependentes”, e visa desestruturá-los em suas raízes, substituir suas tradições, costumes e impor-lhes sua língua e ideias. Neste sentido, enfatiza-se a posição do mais forte e se omite o pensamento de manifestações populares de grupos minoritários, criando uma “invisibilidade” desses grupos ao longo da história.

Historicamente, a construção do Bixiga como “marca” suprimiu a participação do negro na trajetória do bairro, o que contribuiu para a criação da imagem “romantizada”, não só do local, mas também da cidade de São Paulo como uma cidade multiétnica, desde que italiana, oriental, árabe ou judaica (GONÇALVES, 2016, p.73).

Apesar de negligenciados na construção da imagem do Bixiga, os negros já ocupavam certas áreas do local, décadas antes da chegada de quaisquer outros habitantes. As matas e colinas em torno do Tanque do Reúno, Anhangabaú e Saracura serviam de esconderijo para negros fugidos, que na primeira metade do século XIX já se aquilombavam ali. Por conta da geografia e vegetação do local, o entorno do Bixiga era um lugar conveniente para esconderijos de negros escravizados. A presença desses quilombos na região pode ser identificada através do requerimento apresentado à Câmara Municipal de São Paulo, pedindo “*permissão para fecharem certos logares por onde passa o ribeiro Anhangabahu para a parte do Bexiga, em cujas margens se acoutão escravos fugidos, e ladrões*”¹⁵.

¹⁴ Em 1880, 80,22% dos imigrantes em São Paulo eram italianos. Em 1920, 15,84% de toda a população de São Paulo (577.621 habitantes) era composta por italianos (SCHNECK, 2016, p.90).

¹⁵ **O Farol Paulistano**, São Paulo, 17 mai de 1831, Câmara Municipal, p.1.

A presença de afrodescendentes no Bixiga se intensificou durante o século XIX, após o fim do tráfico negreiro e a abolição da escravidão. Além disso, reconfigurações urbanas feitas no final do século deslocaram a população negra que residia próxima à igreja original da Sé. Durante este período, segundo Schneck (2016, p.90), esse movimento de ocupação da população negra se estabeleceu em duas direções conforme pode ser observado na figura x:

Figura 7 – Regiões do Caaguaçu, Saracura e Bexiga

Fonte: Elaboração própria sobre a Planta da cidade de São Paulo de 1850. Arquivo do Estado de São Paulo.

- No Caaguaçu (região da atual Avenida Paulista / cor verde na figura x) – região em que permaneceram até por volta dos anos de 1890, quando teriam sido expulsos para dar lugar aos loteamentos da Av. Paulista e da Vila América (atual Jardim Paulista).

- Nas proximidades da várzea do córrego da Saracura (atual Avenida Nove de Julho, em seu trecho entre a Avenida Paulista e o centro da cidade / cor laranja na figura x), onde até hoje se encontra ao menos uma parcela dos descendentes dos primeiros ocupantes.

A desigualdade na disputa pela ocupação do espaço já existia desde então. Quando ocorreu um aumento no fluxo migratório, paralelamente ao início da urbanização do bairro, os novos moradores do Bixiga se instalaram nas quintas, enquanto a população negra habitava a região do vale do Saracura, que na época era uma região de difícil acesso por conta de suas condições geográficas. A inexistência de infraestrutura e serviços urbanos básicos condicionou uma ocupação mais precária em terrenos menos valorizados do que aqueles vendidos no loteamento original, agravando ainda mais as condições de vida de seus habitantes. Além das condições de habitação insalubres geradas pela urbanização tardia do vale do Saracura, os negros e pardos que habitavam a região já carregavam o ônus de um passado escravista recente, que determinava sua posição na escala social. Esses dois fatores, associados à crença generalizada na superioridade racial e cultural do estrangeiro, ratificaram a discriminação dos valores atribuídos aos negros na sociedade contemporânea, inclusive àqueles instalados no bairro do Bixiga, e criou no imaginário coletivo a representação de um perfil social igualmente precário, encobrindo a pluralidade de pessoas que ali habitavam (SCHNECK, 2016, p. 47).

Embora atualmente sua presença e importância na história de São Paulo e do Bixiga sejam reconhecidas, esse reconhecimento é limitado a questões culturais (Carnaval e Samba) e espaciais (a região do Saracura é, supostamente, a única área ocupada por esse segmento social, na época). Esse reconhecimento seletivo, teve início na década de 1930, com as políticas de reaproximação das etnias compositivas da nação para a construção de uma nova imagem do brasileiro, promovidas pelo Estado Novo. O negro, que antes era considerado coisa, violento e incivilizado, passa a ser o “mulato”, sensual, exótico e místico, em um processo de folclorização da sua etnia e criação de um “homem-espetáculo” pelo discurso hegemônico (GONÇALVES, 2016, p.74).

Além da homogeneidade étnica, outro mito a respeito do Bixiga italiano é a respeito da arquitetura do bairro. Existe uma ideia no imaginário coletivo, e frequentemente reiterada por iniciativas públicas e privadas sobre a memória do bairro, de que as casas do Bixiga eram feitas pelos *capomastri*, “arquitetos” italianos que, segundo a tradição oral, não usavam qualquer tipo de planta, e definiam a divisão dos cômodos traçando diretamente o solo com a ponta do guarda-chuva.

Segundo Schneck (2016, p.88), embora seja inegável a forte presença da comunidade italiana na composição do Bixiga, e os *capomastri*, de fato, tenham participado da construção do bairro, essa influência italiana na arquitetura local não se sustenta. A aprovação da construção de novos imóveis em São Paulo dependia do prévio preenchimento dos requisitos estabelecidos pela Diretoria de Obras do município, o que incluía plantas, e em caso de descumprimento, a obra seria embargada e até mesmo demolida. Portanto, construções exóticas dificilmente seriam aprovadas. Além disso:

[...] as fachadas de caráter eclético, que ainda hoje são possíveis de serem observadas no bairro, foram comuns a outras cidades e capitais brasileiras em que a presença do imigrante italiano não foi representativa, assim como a distribuição interna dos cômodos observáveis nos projetos arquitetônicos. Ou seja, embora proprietários e usuários sejam majoritariamente imigrantes, sobretudo italianos, os imóveis não traduzem seu modo de viver específico, mas resultam da legislação imposta pela municipalidade e de padrões de habitação há muito consolidados no Brasil – com o receber à frente, o repouso no meio e os serviços no fundo (SCHNECK, 2016, p.89)

Apesar de os imigrantes italianos não determinarem a arquitetura do Bixiga, sua presença foi determinante na construção e promoção da imagem do bairro. A partir das décadas de 1930 e 1940, a popularização das cantinas, impulsionou a vida noturna da região. Além da gastronomia, o Bixiga se tornou um reduto de artistas, músicos, boêmios, seresteiros, graças à proliferação dos teatros neste período. A popularização do teatro e as massas italianas transformaram o bairro em um ponto de encontro de famílias que buscavam uma “experiência paulistana” (GONÇALVES, 2016, p.82).

Ainda hoje, a tradicionalidade das manifestações culturais de suas etnias originais, faz grande parte da cultura do Bixiga. Festas como a de Nossa Senhora Achiropita e os ensaios da escola de samba Vai-Vai para o Carnaval de São Paulo atraem milhares de pessoas para a região anualmente (LUCENA, 1984, p.74).

O Bixiga é um bairro composto por um universo de fragmentos históricos e culturais que expressa como nenhum outro bairro a mescla étnica afro-europeia existente na sociedade paulistana. Por outro lado, apesar de sua riqueza étnica e cultural, o constante fluxo migratório presente no bairro, associado aos interesses econômicos dos proprietários locais e à inércia das autoridades, gerou grandes problemas habitacionais no bairro, já nas primeiras décadas do século XX.

Na década de 1920, mesmo com a predominância de edificações horizontais, o bairro do Bixiga já era um dos bairros mais densamente povoados de São Paulo graças as suas casas de porões altos, onde diversas famílias se instalavam. Além disso, a crise econômica de 1929 determinou o término da monocultura cafeeira e provocou um aumento da população urbana, na medida em que o trabalho no campo era substituído pelo trabalho nas fábricas da cidade. Neste contexto, a corrente migratória, o crescimento desorganizado da cidade e a escassez de moradias fizeram com que o Bixiga fosse uma opção de moradia para as camadas mais pobres, graças a sua proximidade com o centro, ao baixo valor de locação dos imóveis, e à tipologia das edificações (geralmente sobrados ou casas geminadas com máximo aproveitamento do terreno), que permitia a subdivisão de cômodos, mesmo que de forma insalubre (LUCENA, 1984, p.53).

Outro fator que contribuiu para a desvalorização do Bixiga e para o aumento do encorticiamento de seus imóveis foi o avanço da urbanização e o progresso das obras rodoviaristas em São Paulo, os quais geraram cicatrizes irreversíveis na estrutura do bairro. A abertura de avenidas como 9 de julho na década de 1930, a Radial Leste-Oeste e a avenida 23 de Maio posteriormente, mudaram completamente a configuração do bairro, promovendo a demolição de milhares de casas, criando espaços residuais difíceis de serem ocupados, e dividindo o bairro permanentemente para dar lugar aos carros.

Essa mudança de cenário isolou porções do bairro e provocou a saída de muitos moradores originais para outras áreas da cidade. A saída dos antigos moradores gerou um aumento no número de espaços vazios no bairro e abriu espaço para a chegada de migrantes, principalmente nas décadas de 1950 e 1960 (SCRIPILLITI, 2017, p.55).

Segundo Scarlato (1992, p.119), “nos anos 1960, o Bixiga já podia ser o bairro com maior densidade demográfica da cidade. Numa variação de escala crescente de 5 a 30 domicílios por hectare, sua posição era do último da escala”. Essa densidade se explicava menos pela verticalização, e mais pela enorme subdivisão de cômodos nos imóveis.

Segundo Lucena (1984, p.54-56), nas décadas de 1970 e 1980 a situação do bairro do Bixiga permanecia a mesma:

[...] o imóvel era transformado em cortiço pelo seu proprietário ou alugado para um empresário – na maioria – que toma a si o encargo de subaluga-lo (quarto por quarto, cama por cama), obtendo uma renda muito superior à da locação de imóvel comercial na área. Este lucro, proveniente da exploração de um aglomerado urbano, é tentador, dentro de um cenário terceiro-mundista. O cortiço é uma habitação miserável, porém legal e disfarçada. O migrante mora provisoriamente na casa, em

busca de outro lugar para viver, e não tem tempo de fazer ligações afetivas com o imóvel e de cuidar do visual arquitetônico.

Nesse período, os operários e empregados domésticos habitantes desses cortiços já não eram mais italianos, mas sim negros e migrantes, sobretudo da região Nordeste do país. Eram pessoas com esse perfil que passaram a habitar os sobrados das ruas Jandaia e Assembleia, entre as décadas de 1960 a 1980, período escolhido para análise neste trabalho. O capítulo a seguir apresentará um panorama mais completo a respeito da história dos Arcos do Bixiga e das ruas Jandaia e Assembleia, dentro do contexto já explicado no atual capítulo, e sobre o processo que levou esses espaços a se tornarem motivo de disputa política entre diversos grupos de atores.

3 Uma história dos Arcos do Bixiga

A historiografia dos Arcos do Bixiga, bem como das construções que por seis décadas os esconderam, é repleta de vazios, falsas crenças e imprecisões. No imaginário urbano e na memória coletiva da cidade, a versão que mais circula é a de que os Arcos seriam representativos de técnica construtiva tradicional trazida a São Paulo no século XIX por artesãos calabreses, que teriam sido responsáveis, inclusive, pela produção artesanal dos tijolos, o que justificaria seu status de patrimônio cultural paulistano. Tal versão é reforçada pelo próprio nome com que, em 1992, foi batizado oficialmente o logradouro onde eles se encontram: “Praça dos Artesãos Calabreses”, em homenagem àqueles que os teriam construído.

O objetivo deste capítulo é reconstituir, até onde possível, a história dos Arcos ao longo das cerca de oito décadas que se passaram desde seu projeto e construção até a sua “redescoberta” e monumentalização.

Do ponto de vista metodológico, o capítulo se baseia em pesquisa em fontes documentais, que incluíram a legislação municipal da cidade de São Paulo, arquivos públicos e arquivos digitalizados de jornais da cidade.

No que diz respeito à legislação, pesquisaram-se decretos, documentos e publicações da Prefeitura a respeito das obras dos Arcos, citados no texto. Quanto à pesquisa em arquivos de jornais, nos valem do fato de que, em diferentes épocas, as disputas em torno ao local onde se ergueram os arcos – e em seguida os casarões das ruas Jandaia e da Assembleia – receberam cobertura relativamente ampla da mídia impressa. O levantamento foi feito nos arquivos dos dois principais jornais da cidade – Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo – além do extinto Correio Paulistano.¹⁶

Os dados reunidos a partir dessas fontes permitiram organizar um relato histórico que em grande medida desmente as versões do imaginário urbano, e que para efeitos expositivos se encontra dividido em três fases, compondo uma periodização: a do projeto e construção dos arcos (1908-1921), a de seu “esquecimento” (1930-1987) e a da “redescoberta” e monumentalização (1987-2002).

Na organização desse relato, que é apresentado nas seções 3.1 a 3.3, a grande quantidade de documentos utilizados impôs um desafio para referenciar adequadamente as

¹⁶ Uma descrição mais detalhada dos procedimentos adotados para a identificação e seleção deste material é fornecida no capítulo 5, que compartilha com este, parte de suas fontes de dados.

fontes das diferentes informações e fatos relatados. A forma adotada para resolvê-lo foi a adoção de notas de rodapé. Apesar do grande número de notas ao longo do capítulo, por vezes podendo tornar a leitura incômoda, julgamos ter sido essa a melhor maneira de referenciar a origem das informações aqui compiladas e interpretadas.

3.1 1908-1921: projeto e construção

Conhecido pelo nome de travessa da Assembleia, nos últimos anos do século XIX, o local dos atuais Arcos do Bixiga era alvo de constantes reclamações, que podem ser encontradas em uma busca simples nos arquivos de jornais da cidade¹⁷, relacionadas a más condições de limpeza, iluminação e conservação da via, ameaçando a segurança e integridade física dos transeuntes. Alguns exemplos podem ser conferidos nas figuras 8 e 9:

Figura 8 – Reclamação a respeito de buracos na travessa da Assembleia

Fonte: Correio Paulistano, 20 mar. 1890, p.2.

¹⁷ Exemplos destas reclamações estão disponíveis em: **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 19 out. 1899, Notícias Diversas, p.2; **Correio Paulistano**, São Paulo, 12 abr. 1900, Notas e Factos, p.1; **Correio Paulistano**, São Paulo, 20 mar. 1890, p.2.

Figura 9 – Solicitação de reparos na rua da Assembleia

O SR. ADILIO SOARES fundamenta e manda á mesa uma indicação para que o prefeito mande fazer os reparos de que necessita a travessa da Assembléa e a limpeza do riacho Anhangubahú, entre aquella travessa e o aterro da rua Baroneza de Lima, e mais uma indicação que publicamos em outra secção.

Fonte: O Estado de S. Paulo, 19 out. 1899.

Datam do início do século seguinte, mais especificamente de 1904 e 1907, os primeiros melhoramentos no local, implicando a desapropriação e demolição de algumas edificações para o alargamento¹⁸ e prolongamento¹⁹ da rua.

Em 1908, a Prefeitura, então chefiada por Antônio da Silva Prado, solicitava à Câmara Municipal o aval da Comissão de Obras e de Finanças para uma despesa de 17:210\$420 (dezessete contos, duzentos e dez mil e quatrocentos e vinte réis) destinada à construção de um “muro de revestimento”²⁰ na travessa da Assembleia. Um ano depois, era aberta concorrência pública para a execução do serviço²¹. Embora muito seja dito hoje a respeito de os arcos terem sido construídos com técnicas tradicionais por imigrantes calabreses instalados na região, não foi possível encontrar qualquer informação a respeito da origem ou nacionalidade dos operários que realizaram a obra. De acordo com o arquiteto Carlos Lemos, em declaração dada em 1987, com a “redescoberta” dos arcos nos anos 1980 criou-se certa confusão acerca de sua construção, que foi nesse momento associada à comunidade italiana. Ainda que os pedreiros e demais trabalhadores empregados na construção do muro tenham eventualmente nascido na Itália, o muro não foi feito com alguma técnica especificamente italiana ou calabresa, e sim em concreto armado, com revestimento de tijolos sílico-calcários.²²

¹⁸ **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 26 fev. 1904, Notas e informações, p.1; **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 4 mar. 1904, Notas e informações, p.1.

¹⁹ **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 15 ago. 1907, Atos Oficiais, p.2.

²⁰ **Correio Paulistano**, São Paulo, 27 ago. 1908, Câmara Municipal, p.4.

²¹ **Correio Paulistano**, São Paulo, 10 mar. 1909, Câmara Municipal, p.4.

²² Agora Prefeitura quer manter arcos na Rua da Assembléia, **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 2 jul. 1987, p.A-10.

Embora o projeto original do muro – datado de 15 de julho de 1908 e assinado pelo engenheiro Adolpho Graziani, da Diretoria de Obras Municipais, por encomenda da Prefeitura – previsse a construção de um “muro de alvenaria de pedra com argamassa de cal hidráulica e areia”, dividido em cinco seções separadas por colunas, sem arcos²³, a obra acabou executada com outra técnica, outro material e outros aspectos estéticos, indicando drásticas alterações no projeto inicial ou a existência de um segundo projeto.

Figura 10 – Projeto original do muro entre as ruas da Assembleia e Jandaia

Fonte: GRAZIANI (1908).

Estudo do arquiteto Nestor Goulart Reis Filho, também professor da FAU-USP, levantou a hipótese de que os arcos tenham sido projetados por Hyppolito Gustavo Pujol Júnior, por ser este um dos pioneiros da técnica do concreto armado no Brasil, atuante no mesmo período²⁴. Entretanto, foi possível identificar outro nome na presente pesquisa: entre 1912 e 1913, o jornal *Correio Paulistano* noticiou autorizações de pagamento de quantias de 1:190\$000²⁵, 21:131\$223²⁶, 3:742\$082²⁷ e 31:362\$400²⁸, ao engenheiro Christiano Machado, da Haupt e Comp., pelo serviço de movimentação de terras e execução das obras de construção do muro de arrimo durante o segundo semestre daquele ano. Machado era um

²³ GRAZIANI, 1908.

²⁴ BERGAMIN JR., Giba. 'Arcos da discórdia' vão retomar cinza original de artistas italianos. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 30 jan 2017, p. B-4.

²⁵ *Correio Paulistano*, São Paulo, 12 jul. 1912, Prefeitura Municipal, p.7

²⁶ *Correio Paulistano*, São Paulo, 12 out. 1912, Prefeitura Municipal, p.7

²⁷ *Correio Paulistano*, São Paulo, 19 dez. 1912, Prefeitura Municipal, p.9.

²⁸ *Correio Paulistano*, São Paulo, 23 abr. 1913, Prefeitura Municipal, p.6.

conhecido engenheiro, envolvido tanto na elaboração de projetos²⁹ quanto na execução de grandes obras públicas^{30 31 32 33}, principalmente no interior de São Paulo, fato que sugere a possibilidade de a obra ter sido projetada e executada por ele. Além disto, o “Relatorio de 1911 apresentado á Camara Municipal de São Paulo”, assinado pelo prefeito Raymundo Duprat, confirma os nomes dos engenheiros Christiano Machado, responsável pela obra de construção do muro, e Mauricio Rosa, engenheiro da Diretoria de Obras Municipais, responsável pela fiscalização.³⁴

Quanto ao material utilizado na construção, apesar da crença, bastante disseminada no imaginário popular³⁵, de que os tijolos utilizados na obra foram fabricados pelos próprios mestres italianos que teriam atuado na construção dos arcos, é possível identificar pela análise de documentos oficiais e jornais da época que, na verdade, a Companhia Paulista de Tijolos Calcareos^{36 37}, a Companhia Materiaes³⁸ e a Haupt e Comp.³⁹ foram as empresas responsáveis pelo fornecimento dos materiais para a construção dos arcos.

Segundo a publicação “Melhoramentos da Capital 1911-1913”, editada pela Prefeitura, o muro é constituído por concreto de cimento e tijolo sílico-calcário, que

²⁹ **Correio Paulistano**, São Paulo, 11 nov. 1913, Notas, p.1.

³⁰ **Correio Paulistano**, São Paulo, 15 jan. 1903, Notas, p.1.

³¹ **Correio Paulistano**, São Paulo, 15 mai. 1904, Mala do Interior, p.3.

³² **Correio Paulistano**, São Paulo, 7 fev. 1911, Telegrammas, p.1.

³³ **Correio Paulistano**, São Paulo, 17 mai. 1912, Telegrammas, p.2.

³⁴ DUPRAT (1912)

³⁵ A versão circula na internet, por exemplo no Portal do Bixiga (<http://www.portaldobixiga.com.br/arcos-do-bixiga/>, acessado em 03/03/2018), onde se lê que “os tijolos da obra foram fabricados por artesãos vindos da região da Calábria” e também nos verbetes “Arcos do Bixiga” e “Praça dos Artesãos Calabreses” da enciclopédia colaborativa Wikipedia (também consultados em 03/03/2018).

³⁶ **Correio Paulistano**, São Paulo, 12 jun. 1913, Prefeitura do Município, p.6. “Determinaram-se os pagamentos: De setecentos e quarenta mil réis á Companhia Paulista de Tijolos Calcareos, pelo fornecimento de tijolos para as obras de construção do muro de arrimo da travessa da Assembléa, em abril findo”.

³⁷ FELDWICK, W. (1913): “Fundada pelo sr. Luiz Prado, em 1911, a Companhia Paulista de Tijolos Calcareos, localizada na Rua Porto Seguro, às margens do Rio Tietê, teve todo o seu maquinário importado da Inglaterra, tornando-se a pioneira no Estado a fabricar este tipo de material. O maquinário do fabricante Sutcliffe Speckman & Co. e a caldeira Babcock & Wilcox, equipados ao forno, garantiam à fábrica uma capacidade de produção de 14 mil tijolos diários.”

³⁸ **Correio Paulistano**, São Paulo, 26 jul. 1913, Prefeitura do Município, p.7: “Determinaram-se os seguintes pagamentos: [...] de 1:786\$000 á Companhia Materiaes para construcções, pelo fornecimento de materiaes á Directoria de Obras e Viação para as obras da travessa da Assembléa”.

³⁹ **Correio Paulistano**, São Paulo, 2 ago. 1913, Prefeitura do Município, p.7: “Determinaram-se os pagamentos: [...] de 4:590\$ a Haupt e Comp., pelo fornecimento de cimento á Directoria de Obras e Viação, para os serviços da travessa da Assembléa”.

“simultaneamente, serviu de cofragem ao concreto e de paramento, dispensando trabalhos de reboco, que não teria melhor aspecto e seria, seguramente, de conservação precária”.⁴⁰

Figura 11 – Cia. Paulista de Tijolos Calcários

Fonte: FELDWICK, 1913.

Longe de serem produzidos artesanalmente pelo engenho de mestres calabreses segundo sua cultura tradicional, os tijolos sílico-calcários eram uma inovação na São Paulo das primeiras décadas do século 20, surgindo como concorrentes aos tijolos de argila, comumente utilizados até então. A origem desse material não se deu na Itália, mas sim na Alemanha, como se lê em artigo publicado em revista especializada à época:

⁴⁰ **Melhoramentos da Capital 1911-1913.** São Paulo, Prefeitura do Município de São Paulo, 1913.

Não há muitos anos, surgiu para os tijolos de argila um concorrente poderoso na do sílico-calcário, que se propagou rapidamente nos Estados Unidos e principalmente na Alemanha, onde se originou. No Brasil será muito rendosa nos lugares em que o preço da cal e da areia forem pouco elevados, e, além disso, em centros de certa importância que possam dar escoamento a uma produção mínima de 6 mil tijolos diariamente. É uma indústria que oferece reais vantagens.⁴¹

Ainda segundo a publicação “Melhoramentos da Capital 1911-1913”, já mencionada, a conclusão dos arcos estaria prevista para o ano de 1913. Contudo, diversas reclamações de cidadãos em jornais indicam a ocorrência de uma série de atrasos quanto ao cumprimento dos prazos, a partir de 1914⁴². O calçamento da obra só foi concluído em 1915⁴³ e o parapeito provavelmente em algum momento de 1921, visto que a última concorrência pública aberta para sua conclusão é datada de janeiro daquele ano⁴⁴.

Figura 12 – O muro por volta de 1913, época da construção

Fonte: Prefeitura de São Paulo, *Melhoramentos da Cidade 1911-1913*.

⁴¹ Tijolos sílico calcários. **Revista de Engenharia**, São Paulo, v.1, n.10, p.19, mar. 1912.

⁴² Indicação N. 144, de 1914. **Correio Paulistano**, São Paulo, 1 mar. 1914, Câmara Municipal, p.5; Parecer N. 40 da Comissão de Obras. **Correio Paulistano**, São Paulo, 30 set. 1914, Câmara Municipal, p.5; **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 17 jan.1915, Queixas e Reclamações, p.7; Requerimento n. 84, de 1916. **Correio Paulistano**, São Paulo, 6 abr. 1916, Câmara Municipal, p.6; **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 17 mai. 1917, Queixas e Reclamações, p.5-6; Requerimento n. 86, de 1920. **Correio Paulistano**, São Paulo, 25 abr. 1920, Câmara Municipal, p.5.

⁴³ **Correio Paulistano**, São Paulo, 23 jun. 1915, Câmara Municipal, p.6.

⁴⁴ **Correio Paulistano**, São Paulo, 6 jan. 1921, Prefeitura do Município, p.7.

3.2 1930-1987: seis décadas de ocultação

Com base em fotografias e anúncios de jornais, é possível inferir que, na primeira metade da década de 1930, o terreno existente entre o muro e a rua da Assembleia já estava quase completamente ocupado por sobrados que, com seus fundos voltados para os arcos, acabaram encobrendo-os. Na figura 12 é possível ver os arcos completamente cobertos por volta do ano de 1937.

Figura 13 – Rua da Assembleia entre 1911 e 1913 / Rua da Assembleia por volta de 1937

Fonte: TOLEDO (1996); Lévi-Strauss, 1937c./AcervoIMS.

Datam de 1930 os primeiros anúncios publicados de forma sistemática em jornais da capital, oferecendo “na rua da Assembleia” casas de 3 e 4 dormitórios, novas e limpas, perto do centro” para aluguel, aparentemente voltadas a famílias de classe média⁴⁵.

⁴⁵ O Estado de S. Paulo, São Paulo, 07 fev. 1930, p.14, entre outros.

Figura 14 – Anúncio de casas de aluguel na Rua da Assembleia

Fonte: O Estado de S. Paulo, 07 fev. 1930, p.14

Depois da construção das casas e do consequente “desaparecimento” dos arcos, somente em 1965 e 1967 a região voltará a chamar a atenção. O que desencadeia este retorno ao debate público é um novo projeto elaborado pelo Departamento do Urbanismo da Prefeitura, enviado à Câmara Municipal pelo prefeito José Vicente de Faria Lima (1965-1969). O projeto propõe uma modificação parcial do plano original de abertura da avenida 23 de Maio, incluindo a construção de uma alça de ligação com a futura ligação Leste-Oeste e a formação de uma praça no leito das ruas Jandaia e Assembleia⁴⁶.

Para a execução deste projeto, iniciou-se um processo de desapropriação de vários dos imóveis localizados entre as ruas, processo este que, por volta 1970, já estava completo. Porém, apesar da desapropriação dos imóveis, o projeto não chegou a ser executado. O acesso à ligação Leste-Oeste acabou sendo feito na altura da avenida Brigadeiro Luiz Antônio, e o projeto da gestão Faria Lima foi abandonado pelas gestões municipais subsequentes. Em consequência das desapropriações, no entanto, em pouco tempo novos moradores começaram a ocupar ilegalmente os sobrados que haviam se tornado propriedade municipal e permaneciam sem uso⁴⁷.

No início da década de 1980, estimava-se que pelo menos 120 famílias residiam nos imóveis, transformados em cortiços ao longo da década de 1970. Isto incluía os imóveis que haviam sido desapropriados pela Prefeitura, e também outros, cujos moradores originais passaram a se mudar devido à nova configuração da vizinhança. Em 1981, na gestão de Antônio Salim Curiati à frente da Prefeitura (1979-1982), a Empresa Municipal de Urbanismo (Emurb) iniciava um estudo sobre a situação dos imóveis e das famílias ali instaladas⁴⁸.

⁴⁶ Novo Traçado para a avenida 23 de maio, **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 5 out. 1965, p.20; Orçamento será de 600 milhões, **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 7 set. 1967, p.15.

⁴⁷ Casas desapropriadas no centro ainda sem futuro, **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 17 mar. 1981, p.19.

⁴⁸ Emurb estuda destino dos casarões da rua Assembleia, **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 9 jun. 1981, p.14.

O noticiário da época permite inferir que havia uma grande desinformação da Prefeitura sobre os próprios imóveis desapropriados: o então secretário municipal de Vias Públicas, Otávio Camilo de Almeida, demonstrou desconhecimento quanto à existência dos antigos arcos, afirmando em entrevista⁴⁹ que os imóveis não poderiam ser demolidos, pois suas fundações serviam de arrimo para a rua Jandaia, sendo necessária a construção de um “custoso muro de arrimo” para que se pudesse executar o projeto de urbanização da região. Doze meses depois desta declaração do Secretário, já na gestão Reinaldo de Barros (1982-1983), representantes da Emurb informaram que jamais receberam qualquer solicitação de estudo e que não havia quaisquer planos para a área das ruas Jandaia e Assembleia⁵⁰, o que mostra a inconstância e descontinuidade das políticas para a região.

Figura 15 – Rua da Assembleia, 1982

Foto: Autor desconhecido, 1982⁵¹.

Dois anos depois, a área dos imóveis da rua da Assembleia volta a ser objeto de interesse político. Pela Lei Municipal 9.725, de 1984, assinada pelo prefeito Mario Covas (1983-1985), toda a área, incluindo os imóveis municipais e aqueles que não haviam sido

⁴⁹ Ibid., p.14.

⁵⁰ Casarões sem projeto, **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 10 jun. 1982, p.11.

⁵¹ Disponível em: <<http://www.acervosdacidade.prefeitura.sp.gov.br>>. Acesso em: 29/01/2019.

desapropriados – nesta altura, já quase todos ocupados por cortiços –, passou a ser considerada “Zona de Uso Especial (Z8-200), portanto sujeita a preservação. A medida garantiria a preservação dos sobrados das ruas Assembleia e Jandaia, tanto por seu interesse como patrimônio cultural e arquitetônico, como por seu interesse social para políticas de habitação, dado que o local se tornara habitado por grande número de famílias de baixa renda.

Apesar disso, em março de 1986, o prefeito Jânio Quadros (1985-1988), em conjunto com seu secretário de planejamento, Marco Antonio Mastrobuono, apresenta novo projeto de “urbanização vertical”, que prevê a remoção dos ocupantes dos imóveis, seguida da abertura de licitação para demolição e construção de novos prédios que aproveitariam de forma mais racional a área, “ainda pouco adensada”⁵². Em questão de meses, porém, o projeto é abandonado e substituído por um novo, que também prevê a demolição dos imóveis, mas agora com a finalidade de construir um anel viário de ligação entre as avenidas 23 de Maio e a Ligação Leste-Oeste. Retomava-se assim, a destinação originalmente proposta na gestão Faria Lima, na década de 1960.

No entanto, para a realização da obra, o prefeito teria que submeter um projeto de lei à aprovação da Câmara Municipal, a fim de tornar sem efeito a conversão da área em Zona de Uso Especial, promovida pela acima referida Lei nº 9.725/84, do prefeito antecessor Mario Covas.

A intenção de remoção dos moradores e demolição dos imóveis gerou manifestações tanto favoráveis ao projeto, como contrárias. O projeto ia em sentido oposto ao de estudos elaborados pelo Departamento do Patrimônio Histórico do Município (DPH), que previam a recuperação dos prédios para habitação de interesse social, em sintonia com a lei municipal assinada por Covas. Além do DPH, o Movimento Pró Mulher, liderado pela então vereadora oposicionista Irede Cardoso, em conjunto com a comunidade e a igreja de Nossa Senhora Achiropita, propunha um projeto que previa a transformação das construções em “moradias populares, autoadministradas por seus moradores, após reforma e melhoria das condições das casas”⁵³.

Por outro lado, proprietários de imóveis no entorno, bem como “especialistas” do setor imobiliário consultados pela imprensa, viam o novo projeto da gestão Quadros com bons olhos, diante da possibilidade de valorização imobiliária na área, após o despejo dos

⁵² Governo e Jânio disputam destino de bairros centrais, **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 10 mar. 1986, p.23.

⁵³ Entidade tem plano para casas da r. da Assembleia, **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 6 jan. 1987, p.A-13.

moradores e a demolição dos imóveis transformados em cortiços.⁵⁴ Os proprietários dos imóveis não desapropriados nas ruas Assembleia e Jandaia também celebraram a determinação da prefeitura⁵⁵.

Figura 16 – Construções existentes entre as ruas da Assembleia e Jandaia

Foto: Israel dos Santos Marques, 1987⁵⁶.

Em abril de 1987, finalmente, após uma série de polêmicas e manifestações na Câmara Municipal, o prefeito Jânio Quadros consegue a aprovação de projeto de lei que retirava os imóveis da área de preservação, podendo enfim dar continuidade ao seu projeto de reurbanização⁵⁷. A partir da aprovação do projeto, as desapropriações daqueles imóveis que não haviam sido desapropriados em 1965-67, e que já haviam sido feitas parcialmente no início do ano, avançaram⁵⁸. Iniciou-se processo de remoção das famílias, transferindo-as para

⁵⁴ Zoneamento pode valorizar área de cortiços no centro, **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 13 fev. 1987, p.A-1.

⁵⁵ Para proprietário, fim dos cortiços é presente de Natal, **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 2 jan. 1987, p.A-9.

⁵⁶ Disponível em: <<http://www.acervodacidade.prefeitura.sp.gov.br>>. Acesso em: 29/01/2019.

⁵⁷ Sob vaias, decurso prevalece na Câmara, **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 8 abr. 1987, p.8.

⁵⁸ Despejadas 7 famílias dos casarões, **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 14 jan. 1987, p.37.

conjuntos habitacionais nas regiões de Guaianases, no extremo leste da cidade⁵⁹ e Campo Limpo, na região sudoeste⁶⁰.

Figura 17 – Rua Jandaia: desocupação e demolição de imóveis junto aos arcos

Foto: Israel dos Santos Marques, 1987⁶¹.

Apesar de não haver registros de que tenham oferecido resistência à remoção, muitos moradores declararam sua inconformidade com o processo. Alguns, uma vez instalados em suas novas moradias na periferia paulistana, protestaram por conta do fato de serem transferidos para zonas com pouca infraestrutura urbana e muito distantes do centro. Eram comuns reclamações a respeito de moradias inacabadas, sem água, luz e esgotamento sanitário⁶². Alguns moradores transferidos para a região do Campo Limpo reclamaram que, devido a problemas no fornecimento de água⁶³ ⁶⁴, eram formadas longas filas de pessoas, inclusive crianças, em um galpão próximo, carregando baldes para enchê-los na única caixa

⁵⁹ Dia de mudança na Bela Vista, **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 6 mai. 1987, p.34.

⁶⁰ Mais famílias são removidas de cortiços, **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 7 mai. 1987, p.A-19.

⁶¹ Disponível em: <<http://www.acervosdacidade.prefeitura.sp.gov.br>>. Acesso em: 29/01/2019.

⁶² Praça rotatória substituirá sobrados da rua Jandaia, **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 9 mai. 1987, p.A-9.

⁶³ Após demolição, Assembleia ainda espera obras, **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 16 jan. 1988, p.A-14.

⁶⁴ Contra favelas e cortiços, só dúvidas, **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 8 jan. 1987, p.74.

d'água operante da região. Além disso, as ruas não eram asfaltadas, causando grandes transtornos em dias de chuvas, e não havia vagas nas escolas públicas para as crianças transferidas⁶⁵.

Figura 18 – Rua Jandaia: demolição de imóveis junto aos arcos

Foto: Israel dos Santos Marques, 1987.⁶⁶

3.3 1987-2002: redescoberta e monumentalização

Paralelamente ao processo de desocupação, iniciou-se a demolição dos imóveis das ruas da Assembleia e Jandaia, que durou de maio a dezembro, contando, inclusive, com a implosão de alguns dos casarões⁶⁷ e de um edifício de 6 andares⁶⁸. Fotografias publicadas pela imprensa mostram que desocupação e demolição se deram de forma simultânea, com algumas casas sendo demolidas enquanto outras, suas vizinhas, ainda estavam ocupadas, conforme mostra a figura 16.

⁶⁵ Moradores transferidos não têm água, **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 26 dez. 1987, p.A-11.

⁶⁶ Disponível em: <<http://www.acervosdacidade.prefeitura.sp.gov.br>>. Acesso em: 29/01/2019.

⁶⁷ Prefeitura implodirá casarões, **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 15 dez. 1987, p.14.

⁶⁸ Cai hoje último prédio da rua da Assembléia, **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 26 dez. 1987, p.A-11.

Com o decorrer do processo de demolição, os arcos do muro de arrimo, construído durante os primeiros anos da década de 1910, foram aos poucos sendo “revelados”. A “descoberta”⁶⁹ dos arcos despertou a atenção dos responsáveis pelas obras, o que geraria uma reformulação no projeto de reurbanização da área, por conta da presença dos arcos.

Figura 19 – Rua da Assembleia antes e depois da demolição

Fonte: Antonio Milena, 1987/1988.

Ao tentarem identificar a origem da estrutura, as autoridades novamente demonstraram desconhecimento e incapacidade de levantamento de dados acerca da construção. A primeira manifestação que localizamos a respeito da origem dos arcos partiu do

⁶⁹ Prefeito é proclamado o maior publicitário do Brasil, **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 1 mai. 1988, p.A-26: "Apesar de algumas autoridades afirmarem desconhecimento dos arcos antes da demolição dos arcos, o assessor do prefeito Jânio Quadros afirmou posteriormente que 'ele até poderia saber da existência dos arcos, mas não diria a ninguém'".

secretário de Vias Públicas, Walter Bodini. Em entrevista⁷⁰, o secretário afirmou que se tratava provavelmente de uma construção de alvenaria do século XIX, feita com tijolos importados da Europa, por empreiteiros estrangeiros, com a finalidade de um muro de arrimo. A mesma matéria indicava que “um exame mais cuidadoso mostrou que os tijolos haviam sido cozidos na Itália. Com a exceção da finalidade, todas as informações estavam incorretas. Tamanha era a imprecisão dos dados divulgados pela Prefeitura e pelos veículos de comunicação da época, que os arcos chegaram a ser chamados até mesmo de aqueduto⁷¹.”

Apenas posteriormente, em estudo solicitado pelo secretário municipal dos Negócios Jurídicos, Cláudio Lembo, a respeito da origem dos arcos, foi confirmada sua construção entre 1911 e 1913, e sua estrutura de concreto armado e tijolos sílico-calcários⁷².

A respeito da relação entre os arcos e a comunidade italiana, o arquiteto Carlos Alberto Cerqueira Lemos, da FAU-USP, afirmou que embora os romanos fossem os primeiros a utilizar tijolos no lugar de pedra na construção de arcos, não significava que aquele conjunto redescoberto havia sido necessariamente construído em estilo italiano, conforme divulgado na imprensa à época. Lemos concluía seu comentário dizendo que “isso até causa uma certa confusão. Talvez os pedreiros que construíram o muro tenham nascido na Itália. Mas não existe uma técnica italiana de confecção de arcos”⁷³.

Mesmo com a suposta existência do estudo feito a pedido de Cláudio Lembo, e após os comentários do arquiteto Carlos Lemos, ao final de julho de 1987, uma matéria publicada no Estado de S. Paulo⁷⁴, assinada por Luiz Roberto de Souza Queiroz, apresentou uma versão da história dos arcos que, embora sem embasamento, até hoje é difundida por diversos portais de notícias e páginas de memória. Segundo a matéria:

“As chuvas que inundaram São Paulo há pouco mais de um século, em 1873, provocaram o deslizamento dos morros, o extravasamento dos córregos da limpeza, do Anhangabaú de Cima e da Bica do Miguelzinho, ameaçando as casas da rua atrás da cadeia, que foram então protegidas por um muro de arrimo construído com arcos de alvenaria. Essa é a explicação dos historiadores para a origem dos 20 arcos de alvenaria, em parte construídos com tijolos importados, que a prefeitura descobriu ao demolir os casarões da Rua Jandaia no Bexiga” (grifo nosso).

⁷⁰ Prefeitura muda projeto para preservar arcos, **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 25 jun. 1987, p.7.

⁷¹ Beleza de volta, **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 21 jan. 1988, p.1.

⁷² Agora Prefeitura quer manter arcos na rua da Assembléia, **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 2 jul. 1987, p.A-10.

⁷³ Ibid., p.A-10.

⁷⁴ Arcos do Bexiga, proteção contra enchente, **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 30 jul. 1987, p.58.

De acordo com a mesma matéria, “quando se comprovou que os tijolos usados na obra tinham sido fabricados na Itália, o historiador [Emanuel] Massarani foi chamado a opinar”. Não se sabe ao certo quais informações fornecidas na publicação foram, de fato, apresentadas pelo historiador mencionado. Massarani afirma alguns fatos a respeito da nomeação da rua, mas eles se confundem com outros fatos a respeito de enchentes do século XIX, córregos inundados, a presença de um matadouro na região, entre outros.

Por fim, seja com base na pesquisa de Massarani ou em boatos coletados pelo jornalista Luiz Queiroz, a matéria se encerra com uma suposta explicação para o surgimento dos arcos, relacionando-a com a comunidade italiana:

“E foi outra enchente, de 1874, que fez os rios transbordarem e provocou deslizamentos, em vários morros, transformando os fundos de vale em grandes lagoas. Tudo indica que nessa época os imigrantes italianos, calabreses principalmente, que se concentravam no Bexiga, foram chamados para construir um muro de arrimo para impedir que o aluvião afetasse as ruas da casa da Assembleia. Isso explicaria os tijolos italianos, a arquitetura usada, bem como a opção pela alvenaria. É que não havia pedras para construção em São Paulo naquele tempo, o que fez surgir um testemunho preservado por trás dos cortiços da rua da Assembleia”

Embora ingênuo e muito conveniente (principalmente para a comunidade italiana), o conto promovido pela imprensa da época se perpetuou ao longo das décadas, e esta versão romantizada da origem dos Arcos, está presente no imaginário e na memória da cidade até os dias atuais.

Com certa aceitação da versão “calabresa” da origem dos arcos, após meses de polêmicas, remoção de inúmeras famílias, demolição dos imóveis e “reurbanização” da área, finalmente em março de 1988 era inaugurado o novo acesso à avenida 23 de Maio, tornando os Arcos passagem obrigatória para os motoristas que vinham da Radial Leste-Oeste e se dirigiam à 23 de Maio no sentido do Aeroporto de Congonhas, e para aqueles que, vindos da região do Ibirapuera, se dirigissem ao centro ou à zona oeste⁷⁵.

A demolição dos imóveis das ruas Jandaia e da Assembleia chamou a atenção de diversos atores sociais, entre especialistas, professores, ativistas, políticos e representantes da

⁷⁵ Inaugurado acesso à 23 de Maio para tráfego que vem da radial, **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 8 mar. 1988, p.A-17.

sociedade civil, que se manifestaram a respeito do processo. As críticas foram duras, classificando a ação da prefeitura como um retrocesso que, além de destruir patrimônio histórico e arquitetônico da cidade, também contribuiu para a marginalização dos ex-moradores daqueles prédios.

Modesto Carvalhosa, então consultor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atual IPHAN, considerou a demolição dos prédios e a transferência das pessoas uma “eliminação da pobreza através da eliminação dos moradores”⁷⁶. As arquitetas Suzanna Cruz Sampaio e Regina Meyer⁷⁷, ambas ex-diretoras do DPH, consideraram a ação um “vandalismo da memória histórica”, lamentando a inércia da diretoria do DPH no período, e o “desconhecimento demonstrado no que se refere a questões urbanas”. Para o ex-secretário estadual da Cultura, Jorge Cunha Lima, a demolição do conjunto contrariava “uma tendência mundial de reaproveitamento dos imóveis históricos nos centros metropolitanos”. Segundo ele, o conjunto “poderia ser restaurado e negociado com os moradores, para uso habitacional e para atividades artesanais e pequenos ofícios”⁷⁸.

O arquiteto e urbanista Nabil Bonduki também se manifestou a respeito do caso, afirmando na época que a ação da administração municipal visava “destruir a memória da cidade, expulsar os moradores pobres para a periferia e ‘entregar o ouro’ para os bandidos da especulação imobiliária”⁷⁹. Ex-presidente do Condephaat na época, o geógrafo e professor da USP Aziz Ab’Saber, lamentou a demolição do conjunto e criticou a falta de iniciativa da então secretária estadual da Cultura, Bete Mendes. Segundo ele, “o Condephaat poderia ter tornado os imóveis intocáveis”, evitando sua demolição⁸⁰. No mesmo sentido da opinião de Ab’Saber, o arquiteto Cândido Malta Campos Filho, ex-secretário municipal do Planejamento (gestão Reynaldo de Barros), afirmou que a demolição dos imóveis não tinha sentido diante da profunda crise habitacional que o país passava. Para ele, “a questão habitacional deveria ter preferência sobre as obras viárias”⁸¹.

⁷⁶ Prefeitura é criticada por derrubar sobrados antigos, **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 10 mai. 1987, p.A-24.

⁷⁷ Rápida demolição de casarões na rua Jandaia inutiliza material, **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 12 mai. 1987, p.A-12.

⁷⁸ Tombamento não foi um “erro”, diz Cunha Lima, **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 7 mai. 1987, p.A-19.

⁷⁹ Os responsáveis pela demolição não são apenas picaretas de Jânio, **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 10 mai. 1987, p.A-24.

⁸⁰ Ab’Saber diz que Condephaat poderia ter impedido demolição de casas na Jandaia, **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 13 mai. 1987, A-11.

⁸¹ Ibid., p.A-11.

Em respostas às críticas feitas ao Condephaat, o então presidente do órgão, Paulo de Mello Bastos, afirmou que não houvera tombamento dos imóveis, pois os mesmos estavam sob proteção da lei de zoneamento municipal – modificada, no entanto, pelo prefeito Jânio Quadros. Para Bastos, “existe um conflito porque se exige do Condephaat tombar tudo e ele não tem estrutura para isso”. Ainda segundo ele, “na verdade, por função, o Condephaat deveria preservar imóveis ou conjuntos com interesse para o Estado, como algo que represente o ciclo do café. Mas acaba atuando como verdadeiro pronto-socorro de preservação”⁸².

Também se defendendo das críticas recebidas, a então secretária estadual da Cultura, Bete Mendes, afirmou que houve divergência em estudos feitos pelo Condephaat quanto à preservação do conjunto, “existindo, inclusive, pareceres contrários ao tombamento”. Apesar disso, Mendes disse concordar que o conjunto deveria ser preservado, mas não pelo seu valor histórico, e sim por questão de moradia. Mendes também argumentou que “tombamento não é sinônimo de preservação”, e que além do tombamento, deveriam existir leis e mecanismos como em outros países, para dar financiamento para restauração ou isenção de impostos⁸³. A socióloga Eva Blay discordou da maneira com a qual as ações da prefeitura colocavam a população moradora de cortiços para “fora da cidade”, destacando que este é um problema que afeta a cidade como um todo⁸⁴.

Para o então deputado federal Fábio Feldman, em pleno final do século 20, a administração municipal estava ressuscitando projetos urbanísticos superados “com a intenção de demolir esses valiosos bens culturais, utilizando argumentos [...] totalmente ultrapassados nos dias atuais, até mesmo em países de administração marcadamente conservadora como a Inglaterra”⁸⁵.

Por outro lado, apesar da grande quantidade de críticas negativas quanto à demolição dos imóveis, alguns setores se manifestaram a favor da ação da prefeitura, como é o exemplo de Joaquim Guedes, arquiteto e especialista em planejamento urbano. Uma nota do jornal O Estado de S. Paulo em maio 1987, expressando a opinião oficial do jornal, elogiava a ação da prefeitura, classificando-a como “corajosa” merecedora do aplauso até mesmo das famílias

⁸² Condephaat não deverá agir contra demolição na Jandaia, **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 14 mai. 1987, A-14.

⁸³ Ibid., p.A-14.

⁸⁴ A Cidade é sua, **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 28 mai. 1987, p.A-20.

⁸⁵ Precisamos proteger os documentos vivos da nossa cultura, **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 7 abr. 1988, A-14.

“invasoras”, que “enfim, receberam a oportunidade de ter algo seu, por ele pagando aquilo que podem”⁸⁶.

Por fim, a escolha da Prefeitura de demolir os imóveis das ruas Jandaia e Assembleia, apesar de duramente criticada por especialistas, rapidamente deixou de ser o centro das atenções, graças à conveniente “redescoberta” dos Arcos⁸⁷. A disputa pela manutenção do conjunto de imóveis, que para muitos possuía valor histórico e/ou social, acabou cedendo lugar ao novo monumento. A associação aos Arcos da imagem trabalhadora da comunidade italiana em São Paulo, elemento importante do “espírito” e da “identidade” paulistanos, além de convencer sobre sua importância, justificou de vez, perante a opinião pública, a demolição dos imóveis que ocupavam o local.

Dada a importância histórica e urbanística do bairro da Bela Vista, em dezembro de 2002 o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (CONPRESP) tombou os “Arcos da rua Jandaia, juntamente com outros equipamentos urbanos localizados na área, destacando seu inegável valor histórico, arquitetônico, ambiental e afetivo”. Dez anos antes, em 1992, por decreto da Prefeita Luiza Erundina de Sousa (1989-1992), o logradouro público à sua frente, formado na área antes ocupada pelas construções demolidas em 1987, recebeu a denominação oficial de “Praça dos Artesãos Calabreses”⁸⁸, contribuindo para essa vocação monumental.

⁸⁶ Rua da Assembleia e parque D. Pedro, **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 9 mai. 1987, p.10.

⁸⁷ Novo Nó, **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 18 mar. 1988, Caderno 2, p.7: “Jânio Quadros conseguiu brindar a cidade com mais um engarrafamento [...] A alça tem, porém, uma vantagem: os transeuntes podem deleitar-se com os arcos da rua da Assembléia – antes escondidos pelos sobrados demolidos.”

⁸⁸ Decreto Municipal 31.502, de 4 de maio de 1992.

Figura 20 – Arcos do Bixiga em 2017

Foto: Leon Rodrigues, 2017⁸⁹.

Consolidado o processo de monumentalização dos Arcos, hoje (Figura 7) eles desempenham um papel de cartão postal do bairro do Bixiga, além de estarem incorporados ao imaginário urbano da cidade de São Paulo, sendo alvo de disputas políticas e polêmicas até os dias atuais^{90 91 92}.

Com a finalidade de sintetizar o conteúdo exposto nos capítulos 2 e 3, elaboramos uma linha do tempo (Quadro 1) que permite a visualização e comparação dos principais eventos relacionados à urbanização da cidade de São Paulo, formação do bairro do Bixiga e dos Arcos, no período estudado.

⁸⁹ Disponível em: <<http://fotospublicas.com>>. Acesso em: 29/01/2019.

⁹⁰ Tombados desde 2002, Arcos do Bixiga ganham grafites, **Veja São Paulo**, São Paulo, 13 fev. 2015. Disponível em: <https://vejasp.abril.com.br/cidades/tarcos-do-bixiga-ganham-grafites>. Acesso em 26 fev. 2018.

⁹¹ JAYO e KÖHLER (2015).

⁹² Sem grafites, gestão Doria reinaugura Arcos do Jânio, **Veja São Paulo**, São Paulo, 2 jul. 2017. Disponível em: <https://vejasp.abril.com.br/cidades/sem-grafites-gestao-doria-reinaugura-arcos-do-janio>. Acesso em: 26 fev. 2018.

Quadro 1 – Linha do tempo dos eventos relacionados à urbanização de São Paulo, formação do Bixiga e Arcos do Bixiga

	Séc. XVI- XVIII	Meados do Séc. XIX	Final do Séc. XIX	Início do Séc. XX	Décadas de 1930- 1940	Década de 1950	Década de 1960
São Paulo	Cidade Colonial	Chegada da ferrovia	Epidemia de urbanização. Expansão da cidade.	Investimentos em melhoramentos e serviços básicos	Plano de Avenidas/Obras Rodoviaristas/Nova epidemia de urbanização	Verticalização mais acentuada/ Construção da Radial Leste- Oeste	Construção da 23 de Maio/ Continuação de obras rodoviaristas
Bixiga	Arrabalde de São Paulo	Últimos proprietá- rios compram as terras da região	Loteamento e arruamento	Já apresenta configuração de bairro com casas e comércio	Já é um dos bairros mais demograficamente densos da cidade/Encortiçamen- to/Construção da Avenida 9 de Julho	Radial Leste- Oeste divide o bairro/ Desvalorização do bairro/ Intensificação do processo de encortiçamento	Aumento de espaços vazios por conta de obras viárias/ Aumento da chegada de migrantes
Arcos/ Assembleia	-	-	Trav. da Assembleia já consta nas plantas.	Obras de construção do muro de arrimo na Rua da Assembleia	Já é possível encontrar anúncios de casas no trecho onde se situam os arcos.	Arcos já estão completamente cobertos	Desapropriação dos imóveis para construção de uma alça de acesso

Fonte; Elaboração própria

4 Da história à memória dos Arcos: referencial teórico

Este capítulo tem por objetivo apresentar as referências teóricas que darão base à discussão a ser empreendida, no capítulo seguinte, sobre a memória dos Arcos do Bexiga. Para tanto, as seções 4.1, 4.2 e 4.3 propõem uma revisão dos principais conceitos e problemas sobre a memória, especialmente em sua dimensão coletiva, sua relação com a cidade e com o mundo físico, e as consequências do seu uso político, social, e até mesmo econômico, nos dias de hoje. Feito isso, a seção 4.4 justifica a escolha desse referencial, a partir de uma breve problematização dos Arcos do Bixiga enquanto política de memória.

4.1 *Memória e Memória coletiva*

A palavra memória, assim como identidade, possui muitos sentidos, podendo ser interpretada e utilizada de diferentes formas em diversos campos de estudo. Biologicamente, a memória pode ser definida como a capacidade de um indivíduo de registrar, categorizar, organizar, reutilizar e resgatar informações do meio vivido. Entretanto, apesar de essencial para o processo de rememoração de cada indivíduo, não é essa a definição mais importante para o desenvolvimento deste trabalho.

Para além desse aspecto, o que se pretende compreender através desta revisão bibliográfica é sua dimensão social e sua importância para o jogo político que se materializa em nossa sociedade. Neste sentido, nas ciências sociais, o principal autor precursor dos estudos da memória foi o francês Maurice Halbwachs (1877-1945).

A principal ideia apresentada por Halbwachs (1990) é a de que, embora a dimensão individual exista, a memória é um fenômeno, acima de tudo, coletivo e sua construção sempre é determinada pelo contexto social em que o indivíduo está inserido, de forma que pertencer a um conjunto de pessoas ou a uma totalidade que ultrapassa o sujeito, é uma condição decisiva para a construção de memória. Isso não significa que o indivíduo não tenha a capacidade de formar lembranças em condições de isolamento da sociedade, porém, memórias que não foram formadas a partir da relação com o outro costumam ser limitadas e tendem a desaparecer com maior facilidade, já que o apoio do testemunho de outras pessoas é um elemento fundamental para a manutenção e formatação dessas memórias. A respeito da importância da comunicação para o processo de rememoração, o autor afirma que:

Certamente, se nossa impressão pode apoiar-se não somente sobre nossa lembrança, mas também sobre a dos outros, a nossa confiança na exatidão de nossa evocação será maior, como se uma mesma experiência fosse recomeçada, não somente pela mesma pessoa, mas por várias. (HALBWACHS, 1990, p.25).

Ainda segundo Halbwachs (1990, p.26), mesmo em situações em que apenas o indivíduo está envolvido, isolado de seu grupo ou de outras testemunhas, a lembrança permanece coletiva, pois “em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem”. Em outras palavras, mesmo que o indivíduo esteja sozinho, sua reação aos fatos, sua percepção do ambiente, dos acontecimentos que presencia, e a construção da memória a respeito desses eventos será influenciada por instrumentos fornecidos pelo seu meio social em sua experiência prévia – em última análise, pelos outros. Da mesma forma, o apagamento ou enfraquecimento dessa memória não depende da morte ou do esquecimento de um único indivíduo, mas sim do desaparecimento do seu grupo social ou do contexto vivido socialmente (BAER, 2010, p.132).

Nesse sentido, a memória individual não se distingue completamente, mas faz parte do conjunto maior da memória coletiva, sendo uma visão parcial, mais densa, porém menos abrangente dos fatos vivenciados pelo grupo social (RIOS, 2013, p.5).

A definição da memória coletiva como fenômeno essencialmente social evidencia um caráter muito importante do seu processo de construção: seu caráter reconstutivo. O passado está em constante modificação no presente, a partir de princípios de seleção, descrição e interpretação que se alteram ao longo da vida de um indivíduo e de uma coletividade. Nesse sentido, a memória não deve ser considerada como um arquivo de informações inalteráveis, mas sim “um modelo de construção ativa em que o passado está sendo permanentemente modificado pelos valores, crenças e condicionantes do presente” (BAER, 2010, p.132).

Segundo Halbwachs (1990, p.75), este caráter reconstutivo é causado por uma condição que:

[...] é preenchida pelo fato que muito de nossas lembranças remontam a períodos onde, por falta de maturidade, de experiência ou de atenção, o sentido de mais de um fato, a natureza de mais de um objeto ou de uma pessoa nos escapavam pela metade.

O principal exemplo de Halbwachs é o processo de reconstrução de memórias da infância. Para ele, mesmo que o indivíduo pertença a um mesmo grupo social desde seu

nascimento até a fase adulta, um mesmo fato estará sujeito a reinterpretações ao passo que o indivíduo adquirir maior maturidade e aprimorar sua percepção da realidade e dos acontecimentos vividos. Além disso, a influência de outros relatos sobre este mesmo fato é determinante para a existência dessas reinterpretações. Acerca da influência externa, Halbwachs (1990, p.75-76) afirma:

Uma cena de nosso passado pode nos parecer tal que não temos nada a suprimir nem acrescentar, e que nunca haverá nada de menos nem de mais para compreender. Porém, se encontrássemos alguém que dela tivesse participado ou a tivesse assistido, que a evoque e a relate: após tê-lo ouvido, não teremos mais certeza do que antes que não poderíamos nos enganar sobre a ordem dos detalhes, a importância relativa das partes e o sentido geral do evento; porque é impossível que duas pessoas que viram o mesmo fato, quando o narram algum tempo depois, o reproduzam com traços idênticos.

Seja por conta do desenvolvimento das capacidades psicológicas e intelectuais, ou através da interação com outras fontes de informação que alimentam e remodelam uma visão sobre o mesmo acontecimento, a memória é, sobretudo, uma construção social, resultante da necessidade não só de descrever, mas dar sentido aos eventos do passado através de sistemas de referência do presente (DOLFF-BONEKÄMPER, 2017, p.63). Dar sentido ao passado e aos acontecimentos sociais torna a memória significativa não por sua representação genuína, mas por ser um instrumento do poder e influência social, política e cultural. Desta forma, entender a memória coletiva é entender como as mentes funcionam juntas em sociedade; como suas operações são estruturadas por arranjos sociais (HATUKA, 2017, p.49).

O uso da memória como instrumento de poder contribui para a manutenção e coesão de grupos sociais, na medida em que ajuda a produzir ações locais de afirmação identitária. Entretanto, seu caráter político abre espaço não só para a “criação” deliberada de novas memórias coletivas sob influência de interesses de determinados grupos, mas também para o silenciamento de outras memórias, a fim de causar o enfraquecimento de certos grupos, ao suprimir-se um dos principais elementos integrantes de sua identidade^{93 94 95}.

⁹³ Segundo Pollak (1992, p.204) identidade, entendida em seu sentido mais superficial é “sentido da imagem de si, para si e para os outros, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros”.

No entanto, antes de falar de políticas de memória, é necessário entender quais tipos de recursos são utilizados para legitimar uma memória coletiva, mantendo a coesão e garantindo poder e estabilidade de determinado grupo. Essa memória pode se valer da força de diferentes elementos de suporte que ajudam a estruturá-la e legitimá-la, por exemplo: datas, figuras históricas, tradições e costumes, regras de interação, folclore, música, culinária (POLLAK, 1989, p.3). Contudo, é o lugar de memória, um dos principais (senão o principal) elementos utilizados para se buscar a hegemonia de uma memória coletiva. A atribuição de valores a espaços físicos, como monumentos, edificações históricas, paisagens etc., tem um papel fundamental na reorganização da memória de determinados grupos, pois a solidificação da memória tende a promover um sentimento de pertencimento, de filiação e de origem às pessoas, como nenhum outro recurso é capaz.

4.2 *Os Lugares de Memória*

Elementos de suporte no mundo real são necessários para esse processo de (re) significação do passado. A memória coletiva, por natureza, requer lugares de ancoragem e tende a se espacializar (BAER, 2010, 144). Pierre Nora (1984) é um dos principais autores a trabalharem com a noção de memória coletiva, já apresentada por Halbwachs, mas estendendo a problemática da memória para o estudo da sua relação com o espaço. *Lugares de memória*, segundo Nora (1984, p.21), são os lugares no mundo físico que permitem a ancoragem e articulação da memória coletiva para seu uso político e social. Para o autor, os lugares de memória possuem três dimensões distintas, que coexistem em diversos graus. Essas dimensões são: material, simbólica e funcional.

Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual.

⁹⁴ “[...] a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si”. (POLLAK, 1992, p.204).

⁹⁵ “Um desses elementos de construção que escapa ao indivíduo ou ao grupo é o outro. A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, aos critérios de aceitabilidade, admissibilidade, credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros. Memória e identidade podem perfeitamente ser negociadas, e não são fenômenos que devam ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo”. (POLLAK, 1992, p.204).

Mesmo um minuto de silêncio, que parece o exemplo extremo de uma significação simbólica, é ao mesmo tempo o recorte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, para uma chamada concentrada da lembrança. Os três aspectos coexistem sempre. É material por seu conteúdo demográfico; funcional por hipótese, pois garante, ao mesmo tempo, a cristalização da lembrança e sua transmissão; mas simbólica por definição visto que caracteriza por um acontecimento ou uma experiência, vividos por um pequeno número uma maioria que deles não participou (NORA, 1984, p. 21-22)

Um dos principais elementos constitutivos desse processo é a relação entre *memória* e *história*. A interação dos dois fatores é o que permite a transposição das narrativas sobre o passado para o mundo material. Para compreender essa interação é preciso entender o que difere história de memória.

Nora (1984, p.9) distingue os dois termos afirmando que a memória “é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente”, enquanto a história é a “reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais; uma representação do passado”. Baseado nos conceitos estabelecidos por Nora, a diferença entre os dois conceitos pode ser visualizada com ajuda do Quadro 2:

Quadro 2 – Memória *versus* história: distinções conceituais

Memória	História
Lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, vivas, pontuais, particulares ou simbólicas instaladas no sagrado.	Operação intelectual e laicizante de vocação universal.
Sensível a todas as transferências, cenas, censura, projeções. Sujeita a constante reelaboração.	Reconstrução problemática e incompleta do que não existe mais.
Caráter espontâneo e adaptativo.	É produzida deliberadamente por um ou mais autores a fim de ser objetiva, imparcial, e reunir a totalidade dos acontecimentos independentemente do juízo dos grupos reais.
Se enraíza no concreto, no espaço no gesto, na imagem, no objeto.	Se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas.

Múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada	Demanda distância analítica e discurso crítico.
	Transforma a lembrança em algo prosaico.

Fonte: Elaboração própria, com base em Nora (1984).

Com base nessas descrições, conclui-se que a memória é ativa e espontânea, estando presente no gesto e no hábito, nos ofícios e no cotidiano dos grupos sociais. No entanto, quando esta memória é “voluntária e deliberada, vivida como um dever e não mais espontânea” (NORA, 1984, p.14), ela é, na verdade, uma memória transformada por sua passagem em história. Portanto, embora a memória esteja viva nos grupos sociais, na maioria das vezes, ao passar por um processo de institucionalização, ela assume as características da história que, como consequência alimenta e molda a própria memória coletiva do grupo, evidenciando o caráter manipulável.

Baer (2010, p.137) ao comentar as ideias de Nora (1984) sobre os lugares de memória, afirma que somente quando o desaparecimento de uma memória é iminente, passamos a falar dela, e o sentimento de possível perda é o que nos provoca uma “vontade de memória”, gerando diversos processos de preservação e cristalização dessa memória no tempo e no espaço para que ela não se perca de vez. A partir deste processo, o tempo deixa de ser apenas uma forma de registro cronológico dos acontecimentos, passando a ser usado, assim como o espaço, como elemento norteador da realização de práticas de encenação social. Este processo leva à padronização e à atribuição de significados a diferentes marcos estabelecidos no tempo (datas comemorativas, festas, rituais, celebrações, feriados etc) ou no espaço (monumentos, memoriais, museus, esculturas, edifícios etc).

Por um lado, a vinculação de uma memória a um espaço pode provocar reflexões sobre seu próprio desaparecimento, “seu potencial na educação histórico-cívica, sobre as tensões entre o lugar autêntico e as representações ou construções monumentais do passado, sobre a pertinência de retirar as anacrônicas ou mantê-las, e como contextualizá-las” (BAER, 2010, p.139). Por outro lado, dado o seu potencial de exploração turística, especialmente no caso dos monumentos – lugares de memória por excelência. Os monumentos,

[...] sintetizados sob a denominação de patrimônio, acabam por conduzir à museificação e mercantilização do patrimônio edificado e dos museus. O papel econômico do turismo vem sendo evidenciado há muitos séculos, mas hoje se agravou, atingindo escala planetária a ponto de, nos dias de hoje, a associação dos termos indústria e cultura já não chocar mais ninguém. (KÜHL, 2017, p.217-218).

A exploração turística de lugares de memória através do uso das práticas de mercado é cada vez mais comum nos dias de hoje. A própria terminologia, relacionada a estes lugares comumente denominados “patrimônios culturais”, evidencia este processo de contaminação do campo histórico-cultural pelo campo econômico. Monumentos que ao longo dos séculos XIX e XX, eram acompanhados das palavras “arte”, “história”, “cultural” e “histórico”, passaram a receber com maior frequência as palavras “herança”, “bens”, “legado” e “patrimônio”, fortemente ligadas ao âmbito da economia. (KÜHL, 2017, p.218).

Mesmo por trás desse processo de exploração turística dos lugares de memória é possível identificar um esforço por parte dos grupos dominantes em promover, legitimar, e reforçar suas memórias coletivas hegemônicas, agora valendo-se do próprio campo econômico para fazê-lo.

4.3 *As Políticas de Memória: Silenciamento e esquecimento*

Além de sua função econômica, a apropriação dos espaços de memória, seja por instituições públicas e/ou privadas funcionam como “nós de articulação entre a pequena escala comunitária e a escala citadina e metropolitana, com um protagonismo social e político relevante na estratégia de visibilização identitária territorial” (CORDEIRO, 2017, p.149). Portanto, além da expressão das identidades locais, o papel da memória, com seus suportes no mundo material, pode ser ampliado para representar cidades inteiras ou até mesmo nações.

Contudo, conforme Abreu (2001, p.86), “a cidade não é um coletivo de vivências homogêneas”. De fato, a memória de um grupo ou classe social pode ser referida a algum lugar, diante da condição de que aquele grupo ou classe tenha estabelecido relações sociais ali e atribuído significados ao local. Porém, seja em maior (memórias de cidades ou de nações inteiras) ou menor escala (um monumento, uma rua, um bairro, ou uma construção específica), nem sempre a institucionalização de uma memória oficial satisfaz todos os grupos que ali possuem relações, evidenciando uma disputa pela institucionalização de memórias no espaço físico, que pode conter relações de dominação, de cooperação ou de conflito, variando tanto no tempo como no espaço. Essa disputa traz à tona uma questão central: como definir qual é a memória de uma cidade, ou a memória de um lugar qualquer, se nem todas as memórias coletivas urbanas conseguem ser registradas?

Se nem todas as memórias podem ser registradas, então o termo “memória da cidade” ou qualquer “operação de memória” que proponha oficializar uma memória verdadeira e

absoluta, nem sempre representará a totalidade das memórias coletivas que tiveram aquele espaço como referencial. Essa prerrogativa será própria do grupo ou classe vencedora desta disputa pela memória. Historicamente, conforme lembra Abreu, fazendo referência a Le Goff (1990), o controle da memória coletiva e dos lugares de memória é também uma expressão de poder das classes dominantes.

[...] as classes mais poderosas não apenas construíram objetos mais duráveis, como foram também criadoras das próprias instituições de memória, não raro estabelecidas exatamente para guardar as lembranças que aqueles que as instituíram consideravam importantes. Por essa razão, os documentos que se encontram nessas instituições, e que são também invariavelmente utilizados como fontes ou atestados de “memória urbana”, são, eles também, **expressões de poder** (ABREU, 2001, p.86, grifo nosso).

Por conta do jogo de poder acerca de seu controle, a memória coletiva se caracteriza como flexível. Essa flexibilidade engloba uma variedade de atores (organizações, cidadãos, comunidades, autoridades estatais, empresas, coalizões, entre outros) que ao disputarem o controle da memória e dos lugares de memória, em conflitos sociais e intergrupais ao longo do tempo, fazem emergir novas histórias e relatos, modificando a memória institucionalizada no local de disputa.

A institucionalização de memórias pertencentes aos grupos vencedores é concretizada, ao final da disputa política em torno dessas, por uma *política de memória*. Instituída por entes públicos e/ou privados, este tipo de política procura criar condições para a promoção e perpetuação de uma memória oficial. Como consequência, as memórias dos grupos *vencidos*, não contemplados por esta política, podem desaparecer com o passar do tempo, por não serem amparadas por suportes materiais (lugares de memória) ou não receberem o devido reconhecimento.

Além disso, muitas dessas políticas de memória são, ao mesmo tempo, *políticas de esquecimento*, que visam, de forma implícita ou deliberada, enfraquecer grupos políticos rivais, através do silenciamento de suas memórias, ou mesmo apagar memórias “inconvenientes”, como é o caso de memórias de períodos de ditaduras ou de forte repressão política (POLLAK, 1989).

Segundo Ansara (2012, p.305), historicamente, atores que promoveram políticas de esquecimento, valeram-se de cinco estratégias principais, geralmente de caráter repressivo, que combinadas, culminaram no apagamento de memórias “indesejadas” por eles. Essas cinco estratégias são:

- Fabricação de consensos ou de memória consensual coletiva: formas de recuperação da harmonia local/nacional, utilizadas, por exemplo, pelos governos pós-ditatoriais através da ocultação de crimes cometidos por estes e apagamento da memória as lutas de resistência desenvolvidas contra essas ditaduras.
- Processos de anistia: ao buscarem a paz cívica, reconciliando os inimigos, proporcionaram uma harmonia social provocando o esquecimento institucional.
- Manipulação política e ideológica: forma de ocultar da população acontecimentos como atos violentos e repressivos. Praticada através dos meios de comunicação oficiais, da escola formal, dos esportes, da imposição pelo medo, da propaganda política e econômica e do patriotismo.
- Queima de arquivo: destruição de arquivos e registros oficiais que façam referência à memória a ser apagada
- Impunidade: a não condenação de criminosos (por exemplo, torturadores do período da ditadura) e o não reconhecimento de atos violentos por partes das autoridades oficiais.

Na atualidade, além das estratégias supracitadas, as quais possuem características majoritariamente políticas, a expulsão de moradores de regiões de interesse do setor imobiliário e desarticulação de movimentos de luta por moradia em regiões centrais, também podem ser vistas como estratégias utilizadas para silenciar memórias e enfraquecer rivais na disputa por lugares de memória com potencial turístico e/ou econômico.

Em contraposição às políticas de esquecimento, Ansara (2012, p.306-310), propõe algumas medidas que podem auxiliar grupos vencidos a fortalecerem suas memórias coletivas e lutarem por seus interesses nas disputas de memória:

- Memória de resistência construída pelos grupos vencidos: principalmente através do uso da história oral, o registro e divulgação dos discursos dos vencidos pode ressaltar a importância de sua participação política e de suas memórias, “irrompendo os subterrâneos” da história como uma memória de resistência.
- Necessidade de reparação (não à impunidade): indenizar os que foram diretamente lesados pelas políticas de silenciamento e punir os responsáveis
- Desmontar os mecanismos de institucionalização da memória social: a manipulação política e ideológica esteve presente na escola, nos meios de comunicação e, inclusive, nos monumentos, promovendo uma mentira institucionalizada. “Desideologizar” esses

meios e resgatar experiências marginalizadas são formas de conscientizar a população sobre as disputas políticas e dar acesso às informações ocultadas durante operações de silenciamento.

Além disso, garantir a preservação de lugares de memória é fundamental para que o suporte material das memórias marginalizadas não desapareça e essas memórias possam ser identificadas e contempladas por futuras políticas de memória reparadoras. Outro ponto importante é salientado por Dolff-Bonekämper (2017, p.63):

Temos que levar em conta diversas leituras, autoridades interpretativas e prerrogativas da parte de governos e outros agentes; com maiorias e minorias que querem determinar ou co-determinar o que pode ser dito ou não a respeito de seus próprios passados, no presente ou no futuro. O que é mencionado ou esquecido, encoberto ou inventado, transmitido ou ativamente omitido, dependerá da incidência do Estado, da legislação, de complexos processos de negociação que podem ser reiniciados a qualquer momento se novos fatos vierem à luz ou se novos agentes entrarem em cena.

A negociação do passado é um processo tenso, complexo e demorado, mas sua realização é indispensável para a construção ou manutenção das relações culturais e políticas produtivas.

A preservação de memórias coletivas no espaço urbano em sua totalidade, por conta da heterogeneidade dos grupos que ali habitam, é praticamente impossível, mas através da recuperação de memórias coletivas que sobraram do passado (materializadas ou registradas em documentos) e da preocupação contínua em registrar e preservar as memórias coletivas que ainda vivem no cotidiano da cidade, é possível “resgatar muito do passado, eternizar o presente, e garantir às gerações futuras um lastro de memória importante para a sua identidade” (ABREU, 2001, p.87).

Para Feldman (2017, p.225), “somente através do deslocamento do olhar generalizador para as especificidades de agentes e das formas de apropriação simbólica e econômica dos espaços urbanos é possível identificar, atribuir valor e definir estratégias ou ações relacionadas a patrimônio cultural”, dessa forma garantindo a representação dos variados grupos sociais presentes em nossa sociedade.

4.4 Os Arcos do Bixiga como um problema de memória

O referencial teórico resenhado nas seções 4.1 a 4.3 serve de embasamento para a escolha dos Arcos do Bixiga como objeto de estudo deste trabalho.

A “redescoberta” e a subsequente monumentalização dos Arcos os caracterizam, inquestionavelmente, como objetos de uma política de memória. Segundo Pollak (1989), para que uma memória possa disputar espaço com outra é necessário que ela possua credibilidade. Em 1987, ápice da disputa pelos imóveis das ruas Jandaia e Assembleia, sua demolição foi severamente criticada por diversos atores das mais variadas esferas. Moradores, políticos, representantes da sociedade civil e especialistas se manifestaram contra a demolição dos imóveis, condenando a ação da Prefeitura Municipal. Entretanto, apesar da desaprovação popular a respeito das demolições, a redescoberta dos Arcos permitiu que, por meio do uso do discurso da preservação do patrimônio histórico e arquitetônico e sua associação com a memória italiana do Bixiga, a Prefeitura obtivesse a credibilidade necessária para legitimar sua ação. Com o ressurgimento dos Arcos, o foco das atenções se volta para sua preservação, minimizando a importância das demolições ocorridas no local. A associação do lugar à memória italiana cumpre papel fundamental na legitimação das ações praticadas neste processo, transformando-o em um “lugar de memória”, segundo a definição de Nora (1984, p.21), um lugar no mundo físico que permite a ancoragem e articulação da memória coletiva para seu uso *político e social*. Dessa forma, além da reforma e monumentalização dos Arcos, “o espaço livre delimitado pelas Avenidas 23 de Maio e Radial Leste-Oeste, pelo Viaduto Jaceguai e pelas Ruas Asdrúbal do Nascimento e Jandaia”⁹⁶ passa, por meio do Decreto Nº 31.502, de 4 de maio de 1992, a ser denominado Praça dos Artesãos Calabreses. Cerca de 10 anos depois, os Arcos da Rua Jandaia são tombados pelo CONPRESP, como parte integrante do ambiente urbano do Bairro da Bela Vista⁹⁷.

Assim, como argumenta Pollak (1989, p.4), “a instituição de memórias oficiais tende a ter caráter destruidor, uniformizador e opressor”. Ao mesmo tempo que os Arcos passam a representar/materializar determinada memória (a do Bixiga italiano), eles silenciam memórias de outros grupos que coexistiam no mesmo espaço (a do Bixiga negro do século XIX, a do Bixiga encortado do século XX), que não são ressaltadas pelo monumento. Ainda segundo Pollak, quando se integram bem na memória dominante, a coexistência de outras memórias

⁹⁶ Decreto Nº 31.502, de 4 de maio de 1992.

⁹⁷ CONPRESP, Resolução nº. 22/2002.

não coloca problemas. No entanto, o Bixiga, apesar da grande variedade étnico-social presente em seu território desde antes de sua criação, sempre foi um espaço de disputas pela identidade e memórias locais, por seus habitantes. Neste contexto, as memórias do Bixiga negro e do Bixiga encortiçado acabaram marginalizadas, enquanto a memória italiana ressaltada, formalizada e cristalizada no espaço físico e no imaginário popular.

Sob a ótica de Abreu (2001), em toda disputa há grupos que possuem maior força/poder na inscrição de memória na materialidade da cidade, bairros ou monumentos.

Nesse sentido, como argumenta o autor, a memória representada nos Arcos não é a “memória de São Paulo”, nem mesmo a “memória do Bixiga”, mas parte da memória de um grupo específico, entre tantos outros que disputaram um processo de construção e inscrição de memórias coletivas “tão numerosas quando as unidades que compõem a sociedade” (POLLAK, 1989, p.12).

A existência de um processo de dominação por meio do controle das narrativas da memória oficial e do apagamento de vestígios de grupos com menor poder político e/ou marginalizados, e o enquadramento da monumentalização dos Arcos do Bixiga nesse processo, justificam sua escolha, e do referencial teórico aqui apresentado, para o desenvolvimento do capítulo subsequente.

5 Para além do mito italiano: visitando outras memórias

O presente capítulo tem por objetivo identificar e discutir, inspirado no referencial teórico no capítulo 4, quais outras memórias, que não a oficial, estão associadas aos Arcos do Bixiga, tendo sido preteridas, ou silenciadas, por ocasião da monumentalização dos Arcos e sua transformação em lugar de memória pelo poder público, em fins dos anos 1980.

A memória institucionalizada e cristalizada neste local não é a dos primeiros habitantes do Bixiga, nem a dos moradores iniciais dos sobrados ali construídos por volta da década de 1930, nem tampouco a dos moradores de baixa renda que os ocuparam por mais de 15 anos, a partir da década de 1960. A memória ali institucionalizada -- relacionada à presença italiana e/ou calabresa no bairro -- pode ser vista como o resultado de um processo de disputa política travado, em sua maior parte, na administração Jânio Quadros à frente da Prefeitura municipal. Cabe então nos perguntarmos quais eram os demais grupos com interesses sobre o local, que posições tinham no debate e, mais importante, que outros tipos de memórias associadas ao local acabaram preteridas, ou silenciadas, nesse processo.

Para tanto, o capítulo se organiza em três seções. A seção 5.1 consiste em uma nota metodológica, descrevendo os procedimentos de coleta e análise do material empírico que dá sustentação ao capítulo. A seção 5.2 ("*O que dizem os jornais*"), com base nesses procedimentos metodológicos descreve os grupos com interesses no local, trazendo à luz aqueles cujas posições foram vencidas na disputa e cujas memórias foram silenciadas em prol da memória oficial (associada à cultura italiana/calabresa). Finalmente, a seção 5.3 ("*O que lembram os atores*") completa o capítulo recolhendo, por meio de entrevistas, as memórias de dois atores, representantes de grupos cujas posições e visões sobre os Arcos acabaram preteridas no processo.

5.1 Nota metodológica

Do ponto de vista metodológico, o presente capítulo compartilha com o capítulo 2 ("*Uma história dos Arcos do Bixiga*") as mesmas fontes de pesquisa documental. O levantamento do material para análise consistiu na pesquisa dos principais acervos digitais de jornais disponíveis para consulta. As principais fontes aqui utilizadas provêm do acervo do extinto jornal Correio Paulistano (disponível na Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional) e os acervos digitais dos jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo (disponíveis em *websites* próprios dos respectivos jornais).

Os três arquivos de jornais supracitados serviram como principais fontes de informação a respeito dos Arcos do Bixiga, em especial no tocante a:

- Identificação da cronologia dos eventos (essa cronologia serviu de suporte para a composição do capítulo de contextualização histórica);
- Identificação de atores e/ou grupos sociais e suas respectivas posições no debate a respeito da manutenção *versus* demolição dos sobrados, na década de 1980;
- Identificação da “memória oficial” e de outras memórias, não hegemônicas, presentes no local.

A busca de material nesses arquivos se deu por palavras-chave, a fim de identificar notícias e demais conteúdos textuais (artigos opinativos, entrevistas, cartas de leitores, etc.) que fizessem referência aos seguintes elementos:

- Arcos do Bixiga
- Rua da Assembleia
- Rua Jandaia
- Cortiços

Ao final da pesquisa, foram selecionados para análise 108 documentos, datados de março de 1831 até fevereiro de 2018. As principais informações obtidas por meio da análise do material incluem:

- Informações históricas sobre os Arcos do Bixiga e dos imóveis ali construídos
- Informações sobre os moradores originais e moradores do período de disputa pelo local.
- Posicionamentos de membros de diferentes grupos com interesse no local.
- Dados técnicos.

Além desses textos encontrados nos acervos de jornais, também foram identificados decretos, matérias em sites de notícias, documentos e livros, que serviram de complemento à pesquisa.

Embora o recorte temporal escolhido para a seleção das notícias de jornais tenha sido amplo, cobrindo o período 1890-2018, a disputa pela manutenção *versus* demolição dos imóveis das ruas da Assembleia e Jandaia teve seu início na década de 1980, intensificando-se

no período da gestão de Jânio Quadros como prefeito de São Paulo. Dito isso, optou-se por focar o processo de identificação dos atores e grupos presentes em notícias datadas de 1981 a 1989, visto que os principais eventos no debate em questão ocorreram nesse período.

A análise das notícias e textos selecionados foi feita através do método da análise de conteúdo (MILES e HUBERMAN, 1994; MORAES, 1999) e permitiu a identificação de 94 atores (indivíduos) que se manifestaram, ou foram citados, durante a cobertura da imprensa a respeito do caso. Identificados e listados os atores envolvidos, realizou-se a categorização e agrupamento destes.

Em seguida, o conteúdo de todas as notícias foi analisado para que fosse possível identificar quais os posicionamentos dos variados atores e grupos presentes no processo. A partir desta análise, uma variedade de posicionamentos foi identificada. Por conta da complexidade do caso, não foi possível, em um primeiro momento, dividir os atores em apenas duas categorias, como “pró” ou “contra” a demolição dos sobrados, pois nem sempre as entrevistas abordavam diretamente essa questão. Além da questão “demolir ou não os sobrados”, outros temas foram abordados nas entrevistas relacionadas a este processo. Em especial, dois debates distintos se entrelaçam no material analisado: a permanência *versus* expulsão dos moradores encortçados, e a manutenção/recuperação/requalificação *versus* demolição dos imóveis.

Identificados os atores e seus respectivos posicionamentos no debate, uma planilha⁹⁸ mais complexa foi elaborada, visando a identificação de possíveis associações, órgãos, empresas, instituições etc., envolvidas no caso, ou representadas por estes. Ao final da pesquisa, o quadro contou com as seguintes categorias abaixo descritas: *data da publicação* da notícia (ou artigo, ou entrevista, etc.); *fonte* (veículo de publicação); *título*; *nome do ator*; *cargo ou título do ator*; *instituição associada (caso haja)*; *categoria da instituição*; *posicionamento do ator*; *argumentos*; *situação do ator em 2018*.

- **Data da publicação:** As notícias selecionadas para a análise dos atores compreendem o período de 17 de março de 1981 a 09 de fevereiro de 1989
- **Fonte:** Os únicos jornais que continham informações relevantes para esta etapa da pesquisa, e que estavam disponíveis para consulta online eram: Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo.

⁹⁸ A planilha pode ser conferida no ANEXO A.

- **Título da publicação:** O título de cada texto foi incluído na tabela para facilitar a identificação das notícias com base em seus temas principais.
- **Nome do ator:** Dos 94 atores identificados, apenas 4 não forneceram seu nome e se mantiveram anônimos nos textos analisados.
- **Cargo ou profissão:** As pessoas que se manifestaram acerca do debate em questão, em sua grande maioria, eram representantes de órgãos públicos ou moradores do local, conforme a lista abaixo:

- Administrador Regional da Sé
- Advogados (as)
- Arquitetos (as)
- Assessor do Prefeito
- Assistente Social
- Colunista
- Consultor
- Coordenador de recuperação
- Deputado Federal
- Diretor de Demolidora
- Empresário
- Encarregado de lavagem de ruas
- Ex-diretor do Museu da Imagem Fotográfica
- Ex-diretora do DPH
- Moradores ou ex-moradores da Rua da Assembleia e da Rua Jandaia
- Ex-presidente do Condephaat
- Ex-Secretário Estadual da Cultura
- Ex-Secretário Municipal do Planejamento
- Leitores da Folha e do Estado de S. Paulo
- Mestre em Sociologia
- Moradores das Ruas da Assembleia e Jandaia
- Presidente da Emurb
- Presidente do Condephaat
- Procuradora do Município
- Oficial de Justiça

- Prefeito
 - Membro da academia (professor universitário)
 - Proprietários (as) de casas nas ruas da Assembleia e Jandaia
 - Responsável pela Divisão de Preservação do DPH
 - Secretário (a) Estadual da Cultura
 - Secretário da Segurança Pública do Estado de São Paulo
 - Secretário da Subprefeitura
 - Secretário de Habitação e Desenvolvimento Urbano
 - Secretário de Negócios Jurídicos
 - Secretário de Vias Públicas
 - Secretário dos Negócios Extraordinários da Prefeitura
 - Secretário dos Negócios Jurídicos
 - Secretário Municipal do Planejamento
 - Socióloga
 - Sublocadora
 - Supervisor de Saúde Regional
 - Vereadora
- **Instituição associada:** Com base no título ou cargo dos atores identificados foi possível identificar as seguintes instituições, órgãos e empresas:
 - Associação de Defesa da Moradia
 - Câmara Municipal de São Paulo
 - Condephaat
 - Demolidora Santos Franco & Cia
 - DPH-SP
 - Emurb
 - FAU-USP
 - Folha de S. Paulo
 - Fundação Cásper Líbero
 - Grupo Especial de Estudos de Cortiço
 - Movimento em Defesa do Menor
 - Movimento Pró Mulher
 - O Estado de S. Paulo

- Oikos – União dos Defensores da Terra
 - Prefeitura de São Paulo
 - Prefeitura Regional da Sé
 - Secretaria Estadual da Cultura
 - Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano
 - SEMPLA
 - Secretaria Municipal dos Negócios Extraordinários
 - Secretaria Municipal dos Negócios Jurídicos
 - SPHAN
 - Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo
 - Secretaria Municipal de Vias Públicas
- **Categoria da instituição:** As instituições identificadas foram categorizadas da seguinte forma:
 - Estadual
 - Federal
 - Iniciativa Privada
 - Municipal
 - Sociedade Civil
 - Terceiro Setor
- **Posicionamento do ator:** Enquanto algumas entrevistas focavam nas pessoas e na sua permanência (ou não) no local, outras focavam nos imóveis e no debate em torno da sua demolição ou preservação. Aqueles considerados “neutros” declararam isso explicitamente em suas entrevistas, ou não se manifestaram a respeito do debate, limitando-se a depoimentos sobre a qualidade de vida no local e no entorno. Essa variedade de temas envolvidos no processo pode ser observada no quadro a seguir:

Quadro 3 – Posicionamentos obtidos a partir de matérias jornalísticas entre 1981 e 1989

Posição	Quantidade de pessoas
A favor da demolição dos sobrados	12
A favor apenas da remoção dos moradores	8
Contra a demolição dos sobrados	22
Contra a remoção dos moradores	16
Neutro/não opinou	36

Fonte: Elaboração própria

- **Argumentos:** Na coluna Argumentos, foram resumidos todos os depoimentos referentes ao debate, de forma que a consulta às entrevistas e a rápida associação destas, a cada entrevistado (a), fossem possíveis. Seguem exemplos abaixo:

Quadro 4 – Exemplo referente à coluna “Argumentos”

Ator	Argumentos
José da Silva (morador, a favor da remoção dos moradores)	<ol style="list-style-type: none">1. Se diz favorável ao plano do secretário por questão de segurança.2. “Eu gostaria de morar em um lugar tranquilo, sem tiroteios e bandidos na rua, mesmo se fosse longe do centro”,
Joana Marques dos Santos (moradora, contra a remoção dos moradores)	<ol style="list-style-type: none">1. “Se forem obrigados a sair de lá a vida ficará mais difícil”.2. “Aqui estamos no centro e não temos que gastar com condução para ir trabalhar”.

Fonte: Elaboração própria

Situação do ator em 2018: Uma vez coletadas e categorizadas todas as informações supracitadas, referentes aos atores identificados, uma nova pesquisa foi iniciada, desta vez, para identificar o paradeiro de cada ator e, se, com base em suas idades na época da notícia, existe a possibilidade de estarem vivos ou não, atualmente. As pessoas que declaram seus nomes, profissões, ou instituição associada, durante as entrevistas, foram identificadas com

maior facilidade, por meio de pesquisas em serviços de busca e redes sociais. Por outro lado, aquelas que forneceram poucas informações sobre suas vidas, em geral moradores do local, e que não possuíam qualquer vínculo com instituições conhecidas ou órgãos públicos, não foram localizadas por meio de pesquisas na internet. Embora não localizadas, por conta de sua idade declarada durante as entrevistas foi possível fazer uma estimativa sobre a possibilidade de estarem vivas ou não, nos dias atuais. Essa última etapa permitiu a criação do seguinte quadro:

Quadro 5 – Possível situação dos atores em 2018

Atores Falecidos	9
Atores Vivos	22
Atores provavelmente vivos	23
Atores provavelmente falecidos	4
Situação desconhecido	36

Fonte: Elaboração própria

5.2 *O que dizem os jornais*

Conforme já dito na seção anterior, embora estreitamente relacionados, encontramos dois debates entrelaçados na análise do material disponível em jornais a respeito do caso dos Arcos do Bixiga. O primeiro sobre a permanência *versus* expulsão dos moradores encortçados nos imóveis das ruas da Assembleia e Jandaia, e o segundo sobre a manutenção *versus* demolição dos imóveis. Dessa forma, de modo a melhor organizar os depoimentos dos atores aos jornais da época, organizamos esta seção em dois itens iniciais (5.2.1 e 5.2.2), um para cada debate. Um terceiro item (5.2.3) é destinado ao debate travado logo em seguida, sobre a destinação dos arcos, uma vez "descobertos" com a demolição dos sobrados.

5.2.1 Primeiro debate: destino dos moradores

Desde o início dos anos de 1980, discussões a respeito dos cortiços das ruas Assembleia e Jandaia já chamavam atenção da imprensa. A composição daqueles que

apoiavam a remoção dos moradores do local era em geral formada por representantes do governo na esfera municipal e moradores do entorno das ruas da Assembleia e Jandaia.

Durante o final da gestão Reynaldo de Barros (1979-1982), o Secretário Municipal de Negócios Jurídicos, Italo Zaccaro, afirmou em entrevista ao Estado de S. Paulo⁹⁹ que a situação nos cortiços era "ruim" e que caberia à Prefeitura expulsar os “invasores” para que os imóveis fossem devolvidos aos seus verdadeiros proprietários (parte deles, desapropriados em 1965, à própria Prefeitura).

Esse discurso seria reforçado, na gestão Jânio Quadros, quando, também em entrevista ao Estado de S. Paulo, o então Secretário Municipal de Negócios Jurídicos, Cláudio Lembo, afirmou que “a rua da Assembleia sempre foi um osso atravessado na garganta”¹⁰⁰ e que a atitude de Jânio Quadros em querer retirar os moradores do local era a correta, já que se tratava de imóveis de propriedade do município. Para Lembo, arquitetos e líderes de movimentos em defesa dos encortiçados e favelados eram demagogos, e lhes faltava uma visão realista da cidade de São Paulo que, segundo ele, era uma cidade "dinâmica, e não histórica".

As pessoas encortiçadas que em 1987 apoiavam o plano da Prefeitura, em geral, acreditavam que a transferência para as COHABs, mesmo localizadas longe do centro da cidade, seria benéfica e representaria uma melhora considerável em sua qualidade de vida, pois passariam a ter melhores condições sanitárias, em um lugar mais tranquilo. A assistente social Maria Inez Collado, compartilhava dessa visão e ressaltava a importância de essas pessoas, finalmente, terem a oportunidade de morar em uma casa própria¹⁰¹.

Já moradores das redondezas, não encortiçados, que opinaram sobre o caso, afirmavam que a remoção das pessoas do local era uma questão de segurança¹⁰² e que era lamentável “o estado de penúria dos forasteiros que, diariamente, chegam a esta cidade na maior pobreza, carentes de instrução e de meios de sobrevivência”¹⁰³. Para estes, a rua da Assembleia, antigamente local de residência de famílias respeitáveis, apresentava-se em estado lamentável e era “um deplorável espetáculo de uma cidade que dizemos estar entre as primeiras do mundo”.

⁹⁹ “Desapropriados, velhos casarões viram cortiços”, **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 11 mar. 1982, p.21.

¹⁰⁰ A vida nos casarões ameaçados. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 8 jan. 1987, p.74.

¹⁰¹ Despejadas 7 famílias dos casarões. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 14 jan. 1987, p.37.

¹⁰² Projeto divide moradores de cortiços do centro. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 14 mar. 1986, p.23.

¹⁰³ Os velhos casarões da rua da Assembleia. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 25 mar. 1982, p.2.

Quadro 6 – Atores a favor da remoção dos moradores encortiçados

Nome	Associação/Profissão
Cláudio Lembo	Secretário Municipal de Negócios Jurídicos (Gestão Jânio)
Italo Zaccaro	Secretário Municipal de Negócios Jurídicos (Gestão Reynaldo de Barros)
Maria Inez Collado	Assistente Social
Moradores não encortiçados do entorno	-

Fonte: Elaboração própria

Por outro lado, aqueles que eram contra a remoção das pessoas podem ser divididos em dois grupos. Um primeiro grupo era formado por intelectuais e militantes preocupados com as políticas de caráter higienista, implementadas por Jânio na cidade de São Paulo.

A então vereadora Irede Cardoso protestou contra o despejo das pessoas¹⁰⁴ e defendia a implantação de um projeto de moradia popular no local. Segundo ela, um projeto-piloto foi feito, em conjunto com a comunidade e a Igreja de Nossa Senhora de Achiropita, mas, apesar disso, não haviam sido frutíferas as tentativas de apresentar o projeto ao Prefeito Jânio Quadros. Diante da grande quantidade de vereadores aliados ao prefeito, Irede se via pessimista quanto ao caso, e acreditava que o Prefeito teria sucesso em expulsar a população e destruir as casas. Para ela, a Prefeitura desperdiçara uma oportunidade de transformar o local em uma opção de moradia central para pessoas de baixa renda¹⁰⁵.

Além de Irede, a socióloga Eva Blay também se posicionou contra as medidas da Prefeitura e afirmou que o que ocorria era uma expulsão da população favelada e encortiçada para fora da cidade¹⁰⁶.

A advogada e fundadora do Movimento em Defesa do Menor, Lia de Moraes Junqueira, completava o discurso dos defensores dos encortiçados ao afirmar que o que ocorria no local era “uma total falta de respeito humano, além de ferir o direito constitucional de ir e vir”¹⁰⁷. Para ela, as mais prejudicadas seriam as crianças, já matriculadas em escolas próximas de suas casas e, agora, arriscadas a perder o ano escolar.

¹⁰⁴ Moradores das ruas Assembleia e Jandaia são despejados. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 14 jan. 1987, p.13.

¹⁰⁵ Entidades tem plano para casas da r. da Assembleia. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 6 jan. 1987, p.13.

¹⁰⁶ A Cidade é sua. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 28 mai. 1987, p.20.

¹⁰⁷ Prefeitura é criticada por derrubar sobrados antigos. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 10 mai. 1987, p.24.

O segundo grupo era composto por moradores locais, preocupados com o futuro de suas famílias. De forma geral, vários moradores demonstravam preocupação acerca da manutenção de seus empregos, visto que, uma vez transferidos para a periferia, não teriam condições de se locomover até o trabalho. Passariam a morar em zonas extremamente afastadas do centro, sem trabalho, escolas, hospitais ou mesmo infraestrutura mínima por perto. “Em vez de a Prefeitura mandar a gente embora daqui, deveria é providenciar creches e escolas para nossas crianças. Ou você pensa que a gente gosta de morar em cortiço?”, afirmava Orlandina, moradora da rua Jandaia¹⁰⁸.

Enquanto alguns moradores se conformavam com o despejo iminente e aceitavam as propostas oferecidas pela Prefeitura, outros se recusavam a sair do centro, alegando que suas vidas estavam ligadas à região, e preferiam morar de favor na casa de conhecidos, do que se mudar para Guaianases ou Campo Limpo. Para Maria Edite, moradora da rua da Assembleia, contrária à expulsão dos encortiçados, o lugar para onde as pessoas seriam encaminhadas era pior que os próprios cortiços: “aquilo já é lugar de favelado e nós não vamos morar com este tipo de gente”¹⁰⁹. Outra moradora, Maria de Lourdes, afirmava que quem aceitava se mudar para a COHAB estava desesperado. Para ela, as casas pareciam galinheiros e não havia condições de viver em um lugar sem asfalto e transporte¹¹⁰.

Quadro 7 – Atores contra a remoção dos moradores encortiçados

Nome	Associação/Profissão
Eva Blay	Socióloga
Irede Cardoso	Vereadora / Movimento Pró Mulher
Lia de Moraes Junqueira	Advogada e fundadora do Movimento em Defesa do Menor
Moradores	-

Fonte: Elaboração própria

Em geral, com base na análise dos depoimentos referentes à permanência, ou não, dos moradores das ruas da Assembleia e Jandaia, é possível concluir que os atores que se manifestaram a favor da remoção dos moradores da rua da Assembleia se dividiam entre

¹⁰⁸ Indefinido o destino de casarões. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 11 set. 1982, p.13.

¹⁰⁹ A vida nos casarões ameaçados. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 8 jan. 1987, p.74.

¹¹⁰ Ainda há quem prefira os velhos cortiços. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 21 mai. 1987, p.66.

aqueles que tinham interesses políticos acerca da recuperação da posse do local, e aqueles que residiam no local e ansiavam melhores condições de vida. Por outro lado, os atores contrários à remoção das pessoas alegavam que a ação da Prefeitura era higienista e buscava expulsar a população pobre do centro da cidade. Os moradores que eram contra seu despejo, não queriam abandonar suas vidas no centro e, temiam passar, em suas novas moradias na periferia da cidade, dificuldades ainda maiores do que nos cortiços.

5.2.2 Segundo debate: o destino dos imóveis

Paralelamente à discussão sobre o destino das pessoas encortiçadas, outra discussão ganhava espaço rapidamente, recebendo grande cobertura por parte da imprensa. Embora, muitas vezes, ambas as discussões se confundissem, em muitos casos houve um enfoque maior em apenas uma delas. Apesar da permanência, ou não, das pessoas encortiçadas ser de extrema importância para essa pesquisa, após a análise do material coletado, foi possível constatar que, em muitos casos, o foco principal de debate estava ligado à disputa pelo espaço físico, e à destruição ou preservação dos imóveis ocupados por cortiços.

Com base na análise dos depoimentos dos principais atores, seria sensato inferir que aqueles que apoiam a destruição dos imóveis, naturalmente apoiavam a remoção das pessoas, e o mesmo se aplicaria àqueles que eram a favor da preservação dos imóveis. Entretanto, nem todos os atores se manifestaram diretamente a respeito dos dois temas, e, por isso, optou-se nessa pesquisa pela separação dos posicionamentos de acordo com aquilo que foi explicitamente declarado nas entrevistas, sem conclusões baseadas em meras deduções.

Feita a devida separação dos temas, dois novos grupos de atores puderam ser identificados. No que se refere à preservação, ou não, dos imóveis das ruas da Assembleia e Jandaia, um maior número de atores se manifestou, nos jornais pesquisados. Entre esses novos atores identificados estão aqueles com maior poder político, na época, e que tiveram atuação direta no processo de remoção das pessoas e na demolição dos imóveis.

O grupo de atores a favor da demolição dos imóveis contava com três pessoas que tiveram um papel fundamental no sucesso da política proposta pelo Prefeito Jânio Quadros. O primeiro deles era o próprio Prefeito, que em sua gestão retomou o projeto de construção de uma alça de acesso que ligaria a Avenida 23 de Maio à Ligação Leste-Oeste, já proposto por gestões anteriores, mas abandonado por seus antecessores. Jânio Quadros, com o apoio de seu Secretário dos Negócios Jurídicos, Alex Freua Neto, e o Secretário Municipal do Planejamento, Marco Antônio Mastrobuono, não mediu esforços para solucionar de vez a

questão em torno dos imóveis encortiçados. Em uma das poucas entrevistas nas quais Jânio se manifesta a respeito do caso, ele afirmou que a prioridade era absoluta para a “vergonha” que a rua da Assembleia representava para a cidade. Nas palavras do próprio Prefeito, ironizando as posições de outros atores que defendiam o tombamento e preservação dos imóveis, a rua da Assembleia deveria ser “tombada como exemplo de imundície para o mundo civilizado”¹¹¹.

O Secretário Marco Antônio Mastrobuono, quando entrevistado, declarou-se confiante na iniciativa do Prefeito Jânio Quadros, reforçando que a demolição dos imóveis da rua da Assembleia abriria espaço para um novo projeto de urbanização vertical na área. Para Mastrobuono, o destino dos moradores da região era incerto. Segundo ele, uns continuariam na região, outros se mudariam, mas ele mesmo nunca tivera a curiosidade de perguntar isso aos moradores. A respeito de possíveis interesses na preservação dos imóveis, Mastrobuono afirmou nunca ter ouvido falar de qualquer estudo do Condephaat para a região, e ironizou a questão ao dizer que “havia muitos estudiosos na cidade”, e que poucos bens seriam preservados com o projeto¹¹².

Já o Secretário Alex Freua Neto foi responsável pela negociação da saída dos moradores dos imóveis ocupados, contando com uma equipe de assistentes sociais para auxiliá-lo no processo. Sua equipe, também, acompanhou a demolição dos imóveis, à medida que os moradores os desocupavam.

Quando questionado a respeito do interesse de preservação dos imóveis, Freua afirmou que, ainda em 1966, quando das primeiras ocupações, haviam sido retiradas as portas de pinho de riga, os caixilhos das janelas, os lustres e tudo o que pudesse haver de valor, e os casarões “se transformaram num conjunto de paredes velhas, com muita infiltração de água”, portanto sem nada de interesse a ser preservado¹¹³. De acordo com os jornais, Freua foi capaz de negociar a saída dos moradores sem qualquer conflito ou grande resistência. Em entrevista ao Estado de S. Paulo, Freua, que, segundo o jornal, estava muito à vontade no local, distribuindo sorrisos, abraços e apertos de mão aos moradores que iam agradecer-lhe pela mudança, fez questão de ressaltar que não admitiu a presença de policiais militares na desocupação dos imóveis¹¹⁴. Quanto ao destino dos moradores, Freua garantiu que as famílias transferidas passariam a morar muito bem, em locais atendidos pelo metrô, e com ônibus que

¹¹¹ A desapropriação dos casarões deve demorar. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 10 jan. 1987, p.48.

¹¹² Governo e Jânio disputam destino de bairros centrais. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 14 mar. 1986, p.23.

¹¹³ Arcos do Bexiga, proteção contra enchente. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 30 jul. 1987, p.58.

¹¹⁴ Dia de mudança na Bela Vista. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 6 mai. 1987, p.34.

não demoravam mais de 40 minutos para chegar até o centro¹¹⁵, afirmação que seria contestada pelos próprios moradores, em entrevistas posteriores¹¹⁶.

O projeto de urbanização vertical proposto pelos secretários e pelo Prefeito chamou a atenção de empreendedores, interessados no alto valor dos terrenos do local, muito próximos ao centro. Em entrevista à Folha de S. Paulo, o empresário Vivaldo Curi declarou grande interesse em construir um shopping center, um hotel cinco estrelas e um centro empresarial, nos terrenos onde ficavam os imóveis encortiçados. Segundo Curi, o projeto de autoria do arquiteto Welton Nahas Curi já estava pronto¹¹⁷.

Tereza Garcia, proprietária de grande parte das casas não desapropriadas do lado ímpar da rua da Assembleia, também pretendia construir um prédio comercial no lugar dos imóveis. Contudo, com a demolição dos sobrados e a descoberta dos arcos, qualquer projeto de verticalização ou renovação da área foi frustrado¹¹⁸.

Além dos representantes da Prefeitura e de empresários interessados na área, moradores das ruas da Assembleia, Jandaia e da região também se manifestaram a favor da demolição dos imóveis. Para Olga, que havia 30 anos que morava na rua da Assembleia, a casa dela era uma das únicas "decentes", ali. Após o despejo compulsório, Olga se mudou para um apartamento alugado, na mesma região, e afirmou que o lugar ficou bom sem a presença dos cortiços¹¹⁹.

Em matéria da Folha de S. Paulo, um leitor anônimo disse não crer que os sobrados simbolizassem a época de atuação dos italianos na construção de São Paulo, justificando assim sua posição a favor da demolição. Para o leitor, a atitude do Prefeito era louvável e desafogaria o trânsito na região¹²⁰.

Outro nome que figurou em diversas matérias de jornais da época é o do Sr. Waldemar Lopes, proprietário de dez das casas nas ruas da Assembleia e Jandaia não desapropriadas na década de 1960. Para Waldemar, os imóveis chegaram àquele estado por culpa da administração municipal. Segundo ele, suas casas, recebidas como herança cinquenta anos antes, foram impedidas de receber reformas já na gestão Faria Lima, pois o lugar foi

¹¹⁵ Rápida demolição na rua Jandaia inutiliza material. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 12 mai. 1987, p.12.

¹¹⁶ O fim das remoções nos cortiços da Bela Vista. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 13 jun. 1987, p.9.

¹¹⁷ Zoneamento pode valorizar área de cortiços no centro. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 13 fev. 1987, p.13.

¹¹⁸ A desapropriação dos casarões deve demorar. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 10 jan. 1987, p.48.

¹¹⁹ Seis explosões derrubaram o último prédio da rua da Assembléia, que está interdita. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 27 dez. 1987, p.21.

¹²⁰ Rua da Assembléia e parque D. Pedro. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 9 mai. 1987, p.10.

declarado de utilidade pública¹²¹. A partir de então, a situação só piorou e seus imóveis passaram a sofrer com constantes invasões e assaltos. Quando notificado sobre a demolição dos prédios, Waldemar afirmou que o plano do secretário [Mastrobuono] era a única saída honesta para o problema da região e o decreto de desapropriação veio como um "presente de natal" para os proprietários¹²².

Quadro 8 – Atores a favor da demolição dos imóveis

Nome	Associação/Profissão
Alex Freua Neto	Secretário Municipal dos Negócios Extraordinários
Jânio Quadros	Prefeito de São Paulo
Marco Antônio Mastrobuono	Secretário Municipal do Planejamento
Tereza Cristina Vicente de Azevedo Fontes Garcia	Proprietária
Vivaldo Curi	Empresário
Waldemar Lopes	Proprietário
Welton Nahas Curi	Arquiteto

Fonte: Elaboração própria

Em contrapartida aos apoiadores da demolição dos sobrados, o grupo que defendia a preservação dos imóveis era composto por pessoas das mais diversas áreas de atuação. Professores, fotógrafos, arquitetos, advogados, servidores públicos, políticos, jornalistas e moradores e compunham esse grupo, condenando a atuação da gestão Jânio na região dos cortiços, acusando-o de favorecer o privado em detrimento do público, e de não respeitar o valor histórico dos imóveis ali presentes, bem como a população que os habitava.

Para o arquiteto e professor da FAU-USP, Carlos Alberto Cerqueira Lemos, as políticas “arrasa-quarteirão” de Jânio, ultrapassadas e de caráter higienista, não resolveriam o problema das pessoas ao transferi-las para “os confins da Terra”¹²³. Lemos, ressalta, também, que, a preservação dos arcos, após demolição das casas, era um contrassenso, visto que, em uma cidade onde faltam casas, seria de “uma burrice tremenda deixar em pé apenas os arcos e

¹²¹ Plano pode beneficiar 20 mil moradores de cortiços. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 21 out. 1984, p.11.

¹²² Para proprietário, fim dos cortiços é presente de Natal. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 2 jan. 1987, p.9.

¹²³ Os inconvenientes projetos de conveniência. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 18 fev. 1987, p.3.

construir um jardim”¹²⁴. Para o arquiteto Julio Abe Wakahara, a demolição dos imóveis configurara um crime contra a história de São Paulo, e que o conjunto de imóveis era mais importante do que a própria Vila Itooró¹²⁵. O depoimento da arquiteta Eliane Guaraldo seguia a mesma linha de pensamento dos outros arquitetos que se manifestaram contra a demolição dos sobrados, ressaltando que a casualidade da descoberta dos arcos deu mais um motivo para a destruição dos imóveis, e que o gradeamento e iluminação dos arcos, propostos pela Prefeitura, era mais uma mostra do desrespeito do Executivo Municipal pelo bem público¹²⁶.

Nabil Bonduki¹²⁷, Jorge da Cunha Lima¹²⁸, Bete Mendes e Suzanna Cruz Sampaio¹²⁹ citaram, em suas respectivas entrevistas aos jornais, a existência de um projeto do DPH para a transformação do local em moradia popular, porém, o projeto nunca recebeu a devida atenção. Para Cunha Lima, o conjunto de sobrados não foi tombado pelo Condephaat por um “erro” na avaliação de prioridades nos processos de tombamento, e a demolição dos imóveis contrariava uma tendência mundial de reaproveitamento de imóveis históricos nos centros metropolitanos¹³⁰. Já para Bete Mendes, o caráter histórico dos imóveis era questionável, e que os estudos existentes sobre o local apresentavam divergências, recebendo, inclusive, pareceres contrários ao tombamento. Para Mendes, o conjunto deveria ser preservado por questão de moradia, sem discutir seu valor histórico¹³¹.

Para o geógrafo Aziz Ab’Saber, o Condephaat poderia ter tornado os imóveis intocáveis, mas por questões internas e, também, falta de energia dos atores políticos interessados, essa iniciativa não foi tomada¹³².

Os outros atores identificados nas notícias, como o professor Antônio Saturnino¹³³, o ex-Secretário Municipal do Planejamento, o arquiteto Cândido Malta Campos Filho¹³⁴, o

¹²⁴ Agora Prefeitura quer manter arcos na rua da Assembleia. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 2 jul. 1987, p.10.

¹²⁵ Casas desapropriadas no centro ainda sem futuro. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 17 mar. 1981, p.19.

¹²⁶ Espaços livres públicos e a ação da Prefeitura. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 9 fev. 1989, p.6.

¹²⁷ Os responsáveis pela demolição não são apenas picaretas de Jânio. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 10 mai. 1987, p.24.

¹²⁸ Governo e Jânio disputam destino de bairros centrais. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 14 mar. 1986, p.23.

¹²⁹ Patrimônio Urbano. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 7 mai. 1987, p.3.

¹³⁰ Tombamento não foi um “erro”, diz Cunha Lima. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 7 mai. 1987, p.19.

¹³¹ Condephaat não deverá agir contra demolição na Jandaia. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 14 mai. 1987, p.14.

¹³² Ab’Saber diz que Condephaat poderia ter impedido demolição de casas na Jandaia. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 13 mai. 1987, p.11.

¹³³ Desditosa cidade. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo 14 mai. 1987, p.2.

¹³⁴ Ab’Saber diz que Condephaat poderia ter impedido demolição de casas na Jandaia. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 13 mai. 1987, p.11.

deputado Fábio Feldmann¹³⁵, o sociólogo Marcelo Coelho¹³⁶, o jurista Modesto Carvalhosa¹³⁷, entre outros nomes listados no Quadro 9, apresentavam um discurso alinhado ao dos principais defensores da preservação dos imóveis, condenando a ação da Prefeitura, e lamentando o ocorrido. Para Modesto Carvalhosa, a eliminação da pobreza através da eliminação dos moradores não era a solução adequada para o local, e o fato das pessoas perderem seus empregos no centro da cidade poderia, na verdade, contribuir para o aumento da criminalidade, por não terem mais um meio de sustentação lícito¹³⁸.

Apenas dois moradores identificados na pesquisa se manifestaram diretamente quanto à demolição dos imóveis. Para Graça Onofre, moradora e ex-dona de pensão na rua da Assembleia, o lugar tinha “muito ladrão, muito marginal”; apesar disso, os prédios não deveriam ser demolidos, pois eram muito bonitos e poderiam ser transformados por exemplo em escolas¹³⁹. José de Castilho, proprietário de um imóvel e último morador a deixar a rua Jandaia, considerava a região perigosa, mas ressaltava que a indenização oferecida pela Prefeitura estava muito abaixo do valor real de seu imóvel. Para José, a remoção das pessoas do local poderia ser feita sem a destruição das casas, que deveriam ser remodeladas e reaproveitadas como moradia¹⁴⁰.

Quadro 9 – Atores contra a demolição dos imóveis

Nome	Associação/Profissão
Antônio Carlos Mazzeo	Grupo Especial de Estudos de Cortiço (Gestão Covas)
Antônio Saturnino	Professor Universitário
Aziz Ab’Saber	Ex-Presidente do Condephaat
Bete Mendes	Secretária Estadual da Cultura (1987)
Cândido Malta Campos Filho	Ex-secretário municipal do Planejamento (Gestão Reinaldo de Barros)
Carlos Alberto Cerqueira Lemos	Arquiteto e Professor
Eliane Guaraldo	Arquiteta

¹³⁵ Precisamos proteger os documentos vivos da nossa cultura. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 7 abr. 1988, p.14.

¹³⁶ Mania de Limpeza. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 11 jul. 1987, p.2.

¹³⁷ Governo e Jânio disputam destino de bairros centrais. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 14 mar. 1986, p.23.

¹³⁸ Prefeitura é criticada por derrubar sobrados antigos. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 10 mai. 1987, p.24.

¹³⁹ Cai hoje último prédio da rua da Assembleia. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 26 dez. 1987, p.11.

¹⁴⁰ Entre Jandaia e Assembléia, um morador ainda resiste. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 22 jul. 1987, p.9.

Fábio Feldmann	Deputado Federal e Presidente da União dos Defensores da Terra
Jorge da Cunha Lima	Ex-secretário Estadual da Cultura/Então presidente da Fundação Cásper Líbero
Julio Abe Wakahara	Arquiteto e ex-diretor do Museu da Imagem Fotográfica de São Paulo
Marcelo Coelho	Colunista da Folha
Maria Luiza Dutra	Responsável pela Divisão de Preservação do DPH
Marilda Mazzini	Advogada, coordenadora da Associação de Defesa da Moradia
Modesto Carvalhosa	Presidente do Condephaat (1986), Consultor do SPHAN (1987)
Nabil Bonduki	Equipe de articulistas da Folha
Paulo de Mello Barros	Presidente do Condephaat (1987)
Regina Meyer	Ex-diretora do DPH
Suzanna Cruz Sampaio	Ex-diretora do DPH
Leitores da Folha de S. Paulo	-
Moradores	-

Fonte: Elaboração própria

A separação dos atores, por tema e posição, revelou um dado interessante: enquanto grande parte dos atores que defendiam a preservação dos imóveis era associada a alguma instituição, poucos moradores se manifestaram a respeito do assunto, indicando que, a maior parte dos moradores entrevistados à época estava mais preocupada com a permanência, ou não, das pessoas no local, do que com o espaço físico em si, isto é, com a sobrevivência das construções em caso de desocupação. A maior parte dos atores preocupados com a eventual demolição dos imóveis era composta por intelectuais, técnicos e representantes de órgãos de preservação. Seus discursos estavam, em geral, em sintonia, criticando o modelo urbanístico (considerado ultrapassado) adotado pela Prefeitura e acusando-a de desrespeitar o patrimônio histórico e a população da cidade de São Paulo.

A identificação dos atores e seus respectivos posicionamentos em relação aos dois debates ligados às ruas da Assembleia e Jandaia permitiu a recomposição de um “mosaico”,

que contribui para esta pesquisa de forma que nos permite compreender o contexto aqui estudado com maior riqueza de detalhes. Esse mosaico revela uma grande variedade de motivos (políticos, pessoais, sociais, financeiros etc.) que sustentavam as posições dos diferentes atores identificados, evidenciando uma série de características próprias do debate, que não deve ser visto, necessariamente, de forma dicotômica, como parece ser, a princípio.

5.2.3 Terceiro debate: o destino dos Arcos

Após o final do ano de 1987, os debates acerca das demolições e das destinações dos antigos moradores da área rapidamente cederam espaço, nos jornais de grande circulação da época, aos discursos de preservação do patrimônio histórico, pelo fato de os arcos “redescobertos” se tratarem de uma obra de interesse histórico, e, também, por sua suposta ligação com a comunidade italiana do Bixiga¹⁴¹.

Em janeiro de 1988, os arcos foram inaugurados como uma “nova atração” da região. No entanto, quatro meses depois, ocorreu uma nova intervenção no local, quando a Prefeitura decidiu cercá-los com grades, pois estavam “à disposição de pichadores e coladores de cartazes”¹⁴².

Em 1992, por indicação da Aliança Cultural Calabresa e da Câmara Municipal de São Paulo, o local em que os arcos estão localizados foi renomeado para “Praça dos Artesãos Calabreses”. Em notícia do Estado de S. Paulo¹⁴³, acerca desta homenagem, dizia-se que os arcos haviam sido construídos “no século XIX pelos primeiros imigrantes calabreses de São Paulo” e que a inauguração da praça seria acompanhada de festa com comidas típicas italianas.

Apesar dos esforços da Prefeitura para manter os arcos e seu entorno em boas condições, e da propagação de uma versão imprecisa de sua história¹⁴⁴ (versão amplamente difundida até os dias de hoje), com o intuito de valorizar a região e homenagear a memória italiana, ao longo dos anos os arcos passaram a sofrer com diversos problemas que acabaram ofuscando seu valor como monumento e o tornando um problema para a administração municipal, principalmente na década de 1990 e no início dos anos 2000. Entre os problemas

¹⁴¹ Conforme explicado no capítulo 3, não há provas de que a construção dos arcos tenha qualquer ligação com a comunidade italiana.

¹⁴² Prefeitura decide cercar os arcos da rua da Assembléia com grades, **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 20 mai. 1988, p.A.12.

¹⁴³ Prefeitura inaugura praça na Avenida 23 de Maio, **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 16 mai. 1992, p.2.

¹⁴⁴ Ruas da Capital são galeria para arte de italianos, **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 11 dez. 1996, p.Z12.

enfrentados estavam: má iluminação¹⁴⁵, pichações¹⁴⁶, acúmulo de lixo¹⁴⁷, moradores de rua¹⁴⁸, faixas e cartazes^{149 150}.

Em 2015, novamente os Arcos do Bixiga se tornaram alvo de polêmica, quando um grupo de artistas grafitou suas paredes, com a autorização da Prefeitura¹⁵¹. Apesar do caráter “revitalizador” da ação da Prefeitura, a intervenção recebeu duras críticas, principalmente de setores mais conservadores da sociedade, classificando os grafites como “vandalismo”, “desrespeito”, entre outros adjetivos negativos. Até mesmo uma petição¹⁵² a favor da retirada dos grafites foi criada em uma plataforma online. No texto da petição, as mesmas informações incorretas a respeito dos arcos, disseminadas pelos meios de comunicação desde o final da década de 1980, estavam presentes. A falsa história dos arcos ligada à comunidade italiana é usada como base para justificar a importância da preservação dos arcos em suas características originais, sem a intervenção considerada de “mau gosto”.

Já em 2017, optou-se pela remoção dos grafites e pela restauração da cor “original” dos arcos, de tom mais próximo do cinza dos tijolos sílico-calcários. Embora esta medida tenha sido adotada na gestão João Dória, e sua remoção seja comumente associada à “guerra aos pichadores” iniciada por ele, estudos realizados ainda na gestão Haddad, já sugeriam o retorno dos arcos às cores originais¹⁵³.

Apesar da restauração dos arcos às suas cores originais e o reforço na segurança com a instalação de câmeras, iluminação e a presença da Guarda Civil Metropolitana no local, para garantir sua integridade, o monumento continuou sendo alvo de pichações¹⁵⁴. Até os dias atuais, embora diversos esforços tenham sido empregados para a manutenção e valorização dos arcos, sua localização em uma praça de circulação estritamente de veículos o tem transformado em espaço ocioso e com pouca presença de pedestres e visitantes, o que pode contribuir para sua contínua degradação durante os anos desde sua redescoberta.

¹⁴⁵ Tribuna Livre, **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 29 jul. 1993, p.8.

¹⁴⁶ Secretário ameaça pichadores, **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 14 mar. 1989, p.11.

¹⁴⁷ Maluf e Erundina disputam arcos de Jânio, **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 31 mai. 1997, p.C1.

¹⁴⁸ Rapazes vão passar natal no “presépio” da 23, **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 19 dez. 1996, p.C14.

¹⁴⁹ Notas de Campanha, **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 5 set. 1998, p.A7.

¹⁵⁰ Cerco do TER não inibe propaganda irregular, **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 12 ago. 2002, p.A9.

¹⁵¹ Tombados desde 2002, Arcos do Bixiga ganham grafites, **Veja**, São Paulo, 13 fev. 2015. Acesso em: 03/12/2018.

¹⁵² **Petição Pública**, Pela limpeza, preservação e recuperação dos “Arcos do Jânio”.

<https://peticaopublica.com.br/pview.aspx?pi=BR79531> Acesso em: 03/12/2018.

¹⁵³ ‘Arcos da discórdia’ vão retomar cinza original de artistas italianos, **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 30 jan. 2017, p.B4.

¹⁵⁴ Marcos do centro de São Paulo são alvo de limpeza e pichação, **Folha de S. Paulo**, 8 mai. 2018, p.B1.

5.3 *O que lembram os atores*

Dados os atores/grupos que foram identificados e apresentados na seção 5.2, o próximo passo da pesquisa consistiu em identificar e ouvir por meio de entrevistas, aqueles atores que tinham posições no debate, diferentes da posição oficial da Prefeitura. Para isso, analisando os dados dos atores ainda vivos e disponíveis para entrevista, conseguiu-se concordância dos seguintes atores para a concessão de entrevistas:

- Edilson Mineiro – morador da rua da Assembleia à época da desocupação¹⁵⁵;
- Antônio Carlos Mazzeo – integrante do Grupo Especial de Estudos de Cortiço (gestão Covas).

Além de Edilson Mineiro e Antônio Carlos Mazzeo, também foi realizada uma entrevista com um terceiro ator social, que à época dos fatos participou do debate na condição de ex-integrante da gestão do DPH. Optou-se, no entanto, por não incluir esta entrevista na análise, pois as respostas dadas às nossas perguntas foram extremamente lacônicas, sugerindo uma falta de interesse do (a) entrevistado (a) em participar da pesquisa. Além disso, as respostas revelaram uma adesão acrítica do (a) entrevistado (a) à versão oficial a respeito dos arcos, relacionando-os à memória italiana do bairro e a artesãos calabreses, sem oferecer elementos de análise além dos já presentes na versão hegemônica da memória dos arcos. Quando muito, o que esta entrevista revelou é a ignorância dos agentes responsáveis pelas políticas patrimoniais, pelo menos à época, a respeito do seu próprio objeto de atuação.

Embora se tenha criado um roteiro, o principal objetivo das entrevistas é dar voz aos entrevistados a fim de captar memórias dos acontecimentos diferentes da memória oficial, registrada pelos jornais da época, e a identificação de elementos inexistentes, como memórias silenciadas. Dessa forma, a princípio, pediu-se simplesmente que os entrevistados falassem de forma livre sobre os acontecimentos, deixando o roteiro como um complemento a ser consultado no final, caso algum assunto importante não fosse abordado durante a entrevista.

¹⁵⁵ Contatar antigos moradores dos sobrados para a pesquisa exigiria um trabalho de prospecção nos bairros ou conjuntos habitacionais para onde as famílias foram deslocadas pela prefeitura em 1987, esforço que não caberia no escopo deste trabalho em função do exíguo prazo para conclusão do mestrado. Por outro lado, por meio de contatos sociais, conseguimos identificar Edilson Mineiro que, consultado, confirmou ser um dos habitantes do local à época dos fatos.

5.3.1 Edilson Mineiro¹⁵⁶

A primeira entrevista coletada para este trabalho foi realizada em uma padaria na zona leste de São Paulo, no dia 17 de maio de 2018, à escolha do entrevistado Edilson Henrique Mineiro, 44 anos de idade, advogado e ex-morador da rua da Assembleia. A entrevista teve duração de aproximadamente 90 minutos.

Nascido e criado em boa parte de sua infância na cidade de Guarulhos, Edilson teve seu primeiro contato com a rua da Assembleia entre os anos de 1985 e 1986, quando seu pai foi convidado a trabalhar de vigia em uma fábrica de divisórias para escritório que funcionava no andar de baixo de um sobrado, passando a morar de aluguel no piso superior do imóvel.

Apesar de habitar um espaço dominado por cortiços, Edilson lembra que sua família era uma das poucas que moravam de maneira regular na rua da Assembleia, na época. Para Edilson, mudar-se para a rua da Assembleia foi uma ruptura com o tipo da vida que levava em Guarulhos. Morar em um bairro localizado no centro da cidade o ajudou a expandir seus horizontes, graças à grande oferta de equipamentos culturais disponíveis na região central, como teatros, cinemas, escolas públicas de qualidade, que eram inexistentes na periferia da metrópole:

Ir para lá [rua da Assembleia] foi uma ruptura com aquela vida do interior que eu tinha em Guarulhos, embora fosse o caso de um pobre morando em um bairro de classe média. Eu jogava bola em umas ruas sem saída, no meio da vila dos italianos, cruzava a avenida 23 de maio para cima e pra baixo, ou seja, tive que aprender a cruzar avenida, essas coisas. Eu lembro que quando eu era garoto eu ia no cinema, ia no teatro, coisas que não tem no fundo da periferia [...]. Você andava dez minutos e estava no teatro. Lá tinha um monte de teatro. Eu me lembro de ir com a escola fazer essas coisas.

Contudo, apesar da localização privilegiada, a rua da Assembleia enfrentava sérios problemas sanitários e habitacionais na época em que Edilson a habitava. O entrevistado lembra do “jeitão de bairro” que a rua apresentava:

Eu lembro que a calçada era estreita, o esgoto a céu aberto. Eu vi as fotos e voltou aquela sensação. Eu lembro que no começo da rua tinha umas floriculturas, porque

¹⁵⁶ A transcrição completa da entrevista está disponível no ANEXO B.

tinha uma funerária ali. Tinha um sebo também, bem na esquina da rua Asdrúbal do Nascimento [...]. Mas era isso aí, era uma rua estreita, tinha calçadas estreitas, muito esgoto. Acho que talvez por isso não tenha tido tanta reação para sair de lá, porque não era tão bom morar ali. Quem morava lá não era dono, estava ali provisoriamente.

Segundo Edilson, muitas casas da rua eram escuras, malcuidadas, com escadas de madeira, sem janelas ou com vidros quebrados. Ele lembra de ter entrado uma vez ou outra em casas que abrigavam cortiços, mas afirma não ter feito muito contato com seus habitantes. Segundo ele, a maioria de seus amigos eram da escola, e não da rua, pois, a convivência era maior apenas entre os moradores dos cortiços. As condições da rua não permitiam que houvesse um maior contato entre os moradores por não dispor de praças, bares com boa estrutura e espaços de convivência.

Do ponto de vista do entrevistado, a população que habitava os cortiços era bem homogênea, porém diferente da população italiana comumente relacionada ao bairro do Bixiga, sendo composta, na verdade, em sua grande maioria, por negros nordestinos e pobres. As más condições habitacionais, somada à origem étnica e à classe social dos moradores da rua da Assembleia geravam uma espécie de segregação no bairro. A rua e sua população pobre eram vistas como um “câncer”, frequentemente culpando-os pela desvalorização e pelo aumento da violência no bairro:

Eu também lembro que nessa época, no Bixiga, tinha uma certa disputa desse Bixiga mais pobre, que é aquela parte ali da Major Diogo, do Minhocão pra baixo, com a parte do Minhocão para cima, na direção da Paulista. A gente até brincava que, do Minhocão para baixo era Bixiga, do Minhocão para cima era Bela Vista. Era aquela coisa de que queriam valorizar o bairro e tal. Eu lembro dos vizinhos lá falando isso, que aquela rua impedia que o bairro se valorizasse. Era visto como um problema, um câncer do bairro para os moradores da Bela Vista. Para a gente, era bom, a gente morava no centro, tinha acesso a tudo.

No entanto, Edilson possui uma opinião contrária à dos moradores tradicionais. Embora jovem, o entrevistado não lembra de haver uma sensação de insegurança na região, e que, na verdade, o que existia ali não passava de um preconceito contra pessoas pobres que “moravam mal”. Para ele, violência não era um problema, e não se ouvia falar de estupros, assaltos ou crimes graves. Apenas pequenos furtos, e por esse motivo seu pai conseguiu o emprego na fábrica por conta da grande quantidade de alumínio ali presente. O alto valor

comercial do material ali armazenado exigia a contratação de um vigia para o local como forma de prevenir furtos, função assumida pelo pai de Edilson. Embora hoje tenha orgulho de suas origens e do tempo em que viveu na rua da Assembleia, na época, o entrevistado lembra de sentir vergonha de morar ao lado dos cortiços, pois se sentia na pele o preconceito por parte das pessoas das áreas melhor estruturadas do bairro:

Para falar a verdade, eu tinha vergonha de morar na rua da Assembleia. Eu convivia em um mundo de classe média baixa, e morava em um lugar que era muito precário, como se fosse uma favela dentro do bairro. Na minha cabeça de criança, né? Hoje eu não teria vergonha, mas naquela época eu me sentia envergonhado. Quando você ia na igreja da Sé, tinha que pular no meio do esgoto a céu aberto, no meio da rua. Não tinha lugar para brincar, não tinha área de lazer. A nossa casa era um pouco diferente das outras porque, como eu te falei, era o segundo andar de uma fábrica, então tinha tudo regular. Mas, a lembrança que eu tenho de lá, é a de um lugar muito precário.

Quando sua família soube que seria despejada para que os imóveis da rua fossem demolidos, a princípio, o sentimento era de que uma resistência deveria ser feita. No entanto, segundo Edilson, não havia qualquer tipo de movimento pró-moradia envolvido no caso, e as pessoas eram apenas inquilinas nos cortiços, sem qualquer força para uma articulação política. Com a chegada das assistentes sociais e com a presença do secretário Alex Freua Neto, aos poucos os moradores foram cedendo às condições oferecidas pela Prefeitura e optando pela desocupação dos cortiços.

A princípio, o pai de Edilson recusou a proposta feita pela Prefeitura, por achar muito pequena a casa de 24m² oferecida a sua família no Campo Limpo. Diante da recusa, a Prefeitura, a fim de resolver a situação sempre de forma pacífica, fez uma nova proposta, oferecendo uma casa de 48m² na região de Guaianases. Dessa vez, a proposta foi aceita e enfim a família de Edilson foi realocada para um conjunto habitacional da COHAB na periferia de São Paulo.

Edilson ressalta que sua família foi a única a ser realocada em Guaianases, e que todas as outras se mudaram para o Campo Limpo, no conjunto habitacional COHAB Adventista. Em notícias de jornais já citadas neste trabalho, os moradores realocados na periferia denunciaram problemas como falta d'água, asfalto, eletricidade. A Prefeitura alegava que em poucos dias esta situação já havia sido resolvida, e os moradores já estavam morando em locais com condições adequadas dotadas de infraestrutura mínima. No entanto, a versão de Edilson difere daquela apresentada nos jornais da época:

Na época, não tinha rede água, esgotos, elétrica, então, a gente usava água e luz do canteiro de obras. Era emprestado do canteiro de obras. No começo não tinha problema nenhum, a gente usava tudo e não pagávamos nada, mas depois isso virou um problema, porque esse conjunto foi usado para tirar pessoas de várias obras que a prefeitura ia fazer. Tinha que remover uma favela? Levava o pessoal lá para o Sítio Conceição. Tinha que fazer uma avenida? Levava o pessoal para o Sítio Conceição.

Segundo Edilson, na região em que sua família foi realocada não havia água, esgotos, luz, asfalto, ônibus e escola. Para que as pessoas tivessem acesso a água, uma caixa d'água comunitária foi instalada em um canteiro de obras e era preciso enfrentar filas para poder coletá-la em baldes. Caminhões-pipa abasteciam essas caixas d'água, e o mesmo canteiro de obras era a fonte da energia utilizada no bairro por meio de “gatos”:

Chegou um momento, que já não tinha mais água e luz. E o que a prefeitura fez? A energia era gato, tinha aquele monte de fio passados todos de forma aleatória, e a água, a prefeitura tinha uns caminhões-pipa. Então, eles abasteciam umas caixas d'água coletivas e, três vezes por semana, a gente ia lá com uns baldes pegar água dessas caixas coletivas e levávamos para caixa d'água da nossa casa. Era muito precário, não tinha água para todo mundo e a gente tinha que ficar levando lata com água na cabeça em pleno final dos anos 80. Era um negócio meio tenebroso. Você saía do centro da cidade para morar em um lugar que você tinha que carregar água na cabeça. Essa foi a parte que nos coube no latifúndio.

Para chegar à escola, era preciso caminhar uma hora, inclusive em estradas de terra, que em tempos de chuva se tornavam verdadeiros lamaçais que acabavam por sujar seus uniformes escolares:

Eu já estava na sétima ou oitava série e eu tinha que estudar longe de onde eu morava, eu andava uma hora da minha casa até onde tinha escola com a série que eu estava cursando [...]. Quando a gente se mudou para lá o pessoal chamava a gente de tribo dos pés vermelhos, porque não tinha asfalto, então se fazia sol era poeira, quando chovia era barro. Então, para chegar até um lugar que tinha asfalto a gente ia com um saco de arroz cobrindo o sapato, e chegando lá a gente tirava e guardava na bolsa, senão a gente ia pra escola com o pé cheio de barro, cheio de lama.

Essa situação, segundo Edilson, durou no mínimo 2 anos, pois ele se recorda de em 1989, receber a visita do então vereador Eduardo Suplicy, na região, para avaliar as condições precárias vividas pelos moradores:

Eu não lembro exatamente quanto tempo, mas eu tenho uma ideia. Na época, como é que a gente resolveu esse problema? Um dia a gente tava na fila da caixa d'água e ficou aquele burburinho lá de gente. Aí eu fui lá ver o que era: "Ah! É aquele moço da televisão que está aqui". Aí pensei: "moço da televisão aqui no Sítio Conceição?" Era o Suplicy, que era vereador na época. Então, ele foi lá, ficou sabendo que o pessoal tava sem água e tal, e foi lá. Acho que ele virou vereador em 1989, então foi um ano e meio ou quase 2.

Apesar das condições precárias existentes na rua da Assembleia, as condições enfrentadas na periferia de São Paulo eram muito mais graves. Além da falta de infraestrutura, por conta da distância entre as COHABs e o centro da cidade, a locomoção das pessoas até seus trabalhos se tornou outro grande empecilho enfrentado por elas:

A linha vermelha do metrô só ia até o Tatuapé. Se você quisesse ir ao centro, você tinha que pegar ônibus até o Tatuapé. Do Tatuapé até Cidade Tiradentes é mais de uma hora de transporte público. Não existia corredor de ônibus, o transporte era muito ruim. Mal tinha linha de ônibus [...]. Eu cheguei lá com uns 12, 13 [anos de idade], e com 14 já comecei a trabalhar aqui no Tatuapé. Eu saía para Ferraz de Vasconcelos, porque lá no Sítio Conceição era mais fácil chegar na estação de Trem de Ferraz do que na estação de trem de Guaianases. E metrô, nem existia. Então eu ia até Ferraz para depois vir para o Tatuapé. Era bem precário, não tinha escola. Aliás, ninguém se preocupou com isso. Só jogaram a gente lá.

Mesmo com as dificuldades impostas pela realocação de sua família, graças à insistência de sua mãe, Edilson conseguiu concluir os estudos, formou-se em Direito, e passou a se envolver com movimentos de moradia ligados à igreja católica. Hoje, Edilson já não mora mais em Guaianases, mas sua família, sim. Embora já estejam estabelecidos e com suas vidas construídas em torno de outro bairro, suas memórias do período em que viveram na rua da Assembleia, foram determinantes nos rumos que suas vidas tomaram.

Para Edilson, ao lembrar do que foi feito com as pessoas e com os imóveis da rua da Assembleia, o principal sentimento que lhe vem é o de raiva:

Eu sinto muita raiva. Eu acho que foi uma puta sacanagem ter tirado minha família de lá. Não vejo todo esse valor. Claro que acho surpreendente que existam aqueles arcos lá, é uma obra imponente. Mas não acho que justifique o que foi feito [...]. Eu tenho saudade de viver lá. Não tenho idolatria pelo lugar em si. Aliás, acho o lugar, sem as famílias, muito triste. Virou um vazio, um desperdício de área. Tudo em nome dos carros. Não vejo nenhum ganho para a memória da cidade, para a história da cidade. Isso é só mais um símbolo do que hoje o pessoal chama de gentrificação. Mais um símbolo de expulsão de população pobre do centro.

Quanto aos arcos, Edilson lembra que, apesar de ser uma das últimas famílias a se mudarem de lá, não sabiam de sua existência. Somente depois, quando divulgado pela mídia, é que tomaram conhecimento do que se tornaria um monumento. Para ele, desde o início, a justificativa para a remoção dos moradores era a construção de uma alça de acesso à Avenida 23 de Maio, sem qualquer ligação com os arcos.

As memórias de Edilson, construídas a partir do contato com a extrema pobreza, ao viver na rua da Assembleia, e depois em Guaianases, foram muito importantes para sua trajetória como pessoa e como profissional, pois, a partir daquele período, ele passou a se conectar cada vez mais com questões de moradia. Já o monumento dos Arcos do Bixiga, para ele, não significa nada.

5.3.2 Antônio Carlos Mazzeo¹⁵⁷

Realizada no dia 26 de setembro de 2018, na PUC-SP, a segunda entrevista teve a participação de Antônio Carlos Mazzeo, professor do Departamento de História da FFLCH-USP, do Departamento de Metodologia e Fundamentos do Serviço Social da PUC-SP, e ex-funcionário da Prefeitura de São Paulo, alocado no extinto Grupo Especial de Estudos de Cortiços, cuja atuação ocorreu na década de 1980. A entrevista teve duração aproximada de 45 minutos.

O Grupo Especial de Estudos de Cortiços era coordenado pelo sociólogo Fernando Batistuzzo e era composto por seis pessoas de formações nas áreas de sociologia, assistência social e arquitetura. Segundo Mazzeo, a missão do grupo era realizar “negociações” com proprietários de imóveis encortiçados:

¹⁵⁷ A transcrição completa da entrevista está disponível no ANEXO C.

Era um grupo de seis pessoas: dois sociólogos, duas assistentes sociais, um arquiteto... e a gente trabalhava fazendo o quê? Obviamente, pouca coisa se podia fazer. Era uma espécie de negociação com os proprietários dos imóveis encortiçados. Nas negociações se faziam algumas obras, se dizia “olha, ou você faz essa obra, ou a gente fecha, porque sua casa é ilegal”. Então, pegamos o código sanitário, pegamos o código de obras, fizemos uma mistura dos dois e criamos alguns critérios para se ter uma casa encortiçada, o que a gente começou a chamar de habitação coletiva, pois deixava de fato de ser um cortiço e passava a ter alguma norma.

De acordo com o entrevistado, o manual originado nos estudos de seu grupo serviria, anos depois, de base para a criação da chamada Lei Moura, ou Lei de Cortiços, de 1991, que regulamenta padrões para cortiços.

Mazzeo integrou o grupo mencionado durante a gestão de Mário Covas na Prefeitura de São Paulo (1983-1985) e, durante este período, teve a oportunidade de realizar um estudo nos cortiços da rua da Assembleia. Na época, a informação que eles tinham sobre o local era que todas as casas da rua estavam encortiçadas, e que haviam sido construídas por artesãos calabreses, em torno do muro de arrimo que existe lá.

Neste estudo, sua equipe visitou e fotografou casa por casa¹⁵⁸. Além do mapeamento fotográfico, a população foi entrevistada pela equipe, com o auxílio de assistentes sociais, para que fosse traçado um perfil social a seu respeito. A respeito da origem dos moradores, Mazzeo afirma que:

[...] era uma população de migrantes que tinha ocupado as casas. O interessante é que tinha algumas [casas] onde as populações eram de origem rural e elas reproduziam a vida rural dentro de casa. Era uma loucura, tinha um moleque que tinha um galinheiro dentro de casa, as galinhas andando, cheio de cocô de galinha, portas cheias de vermes, era absurdo. Era um lugar onde as condições sanitárias eram extremamente precárias.

A presença de galinheiros, por exemplo, dentro das casas, contribuía para a degradação do espaço e para um agravamento das condições sanitárias, visto que havia presença de fezes dos animais por toda parte, gerando, inclusive, a presença de vermes nas portas dos imóveis.

¹⁵⁸ Mazzeo afirma que as fotos obtidas neste estudo estão arquivadas na Prefeitura, porém não sabe precisamente o local.

O trabalho de sua equipe tinha inspiração em outro trabalho, realizado no interior de São Paulo, na região do Tietê, em que pessoas habitavam imóveis encortiçados, porém nos arredores de um porto fluvial. Neste caso, um estudo similar foi realizado, e os imóveis foram restaurados sem a necessidade de expulsão da população do local. Seguindo este exemplo, o grupo que Mazzeo integrava buscava propor que a mesma solução fosse aplicada na rua da Assembleia:

[...] a gente ficou muito triste com a demolição, porque eram casas incríveis, a ideia era restaurar, fazer um *boulevard*, tinha várias ideias. “A ideia do *boulevard*” a gente era contra porque tirava a população. A nossa ideia era restaurar com a população morando, baseado na experiência daquela cidade do interior, se não me engano de Piracicaba.

No entanto, quando Jânio Quadros sucede a Mario Covas na Prefeitura de São Paulo, o trabalho é interrompido, e o novo prefeito mobiliza esforços para que os imóveis sejam demolidos.

Segundo Mazzeo, quando ele e Fernando Batistuzzo souberam sobre a demolição das casas, ambos se locomoveram até o local com a intenção de fazer resistência à medida do novo prefeito:

Então, quando o Jânio assume, a primeira coisa que ele manda fazer é demolir as casas da rua da Assembleia. Eu e o Batistuzzo fomos lá fazer resistência. Entramos em uma casa, e fomos os primeiros caras a serem presos pela Guarda Municipal do Jânio. Saímos de lá algemados, gritando “patrimônio histórico!”, mas aí ele botou aquilo abaixo.

Embora tenham sido presos, Mazzeo e Batistuzzo foram soltos em seguida, pois segundo ele, sua prisão culminaria em um “problema político”:

Fomos presos, saímos da casa e tiraram a algemas. Por quê? Porque o novo secretário da FABES falou “não, esses caras são da secretaria, solta eles porque vai dar problema político”. Aí soltaram a gente. Claro que a gente foi sabendo que ia acontecer isso, porque a gente foi o tempo todo das equipes, eu tinha sido chefe da habitação, então, tinha um histórico ali atrás da gente.

Mazzeo afirma que, embora houvesse muita oposição à demolição dos imóveis nos jornais da época - algo que pudemos confirmar por meio da análise documental da seção

anterior -, essa oposição não se traduziu na prática. Perguntado se, de fato, houve uma disputa pela manutenção do local e algum tipo de resistência, Mazzeo afirma:

Não. Não tinha ninguém contra a demolição, nem mesmo a população. A população era encortificada, eles só estavam lá. Demoliram, foi uma tristeza a demolição. Um crime de destruição do patrimônio histórico.

Segundo ele, a gestão de Jânio foi marcada pela sua truculência e falta de compromisso com a população pobre, favorecendo apenas lobbies de construção e grupos econômicos:

Eu diria que o Jânio foi um governo muito antipopular e tratava a população como, depois, o Dória voltou a tratar. Eu diria que depois da Erundina a coisa melhorou um pouco, vamos dizer, algum verniz de tratar com a população, mas o Dória volta com a truculência com pobre, favelado, encortificado, pessoas de condição de rua, viciados em crack e é “pau”. Então, minha posição é, hoje, a mesma daquela época, são governos que não tem o menor compromisso com a população, não tem projeto pra cidadania, não tem projeto de integração social. Tem projetos que interessam a grandes lobbies de construção, grupos econômicos, e é isso. Infelizmente, é isso.

Assim como Edilson Mineiro, Mazzeo não concorda com a destinação dada ao local após a demolição dos imóveis e a “redescoberta” dos arcos, que segundo ele não foram descobertos, pois, sabia-se de sua presença mesmo antes da demolição dos imóveis. Perguntado sobre o que pensa a respeito da Praça dos Artesãos Calabreses, o entrevistado é enfático ao dizer que “aquilo não é uma praça. A destinação foi uma alça de ligação entre a 23 de maio e o minhocão, o elevado que agora se chama João Goulart”.

Apesar de sua posição crítica em relação ao local, Mazzeo afirma que os arcos são belas construções históricas que representam parte da memória do Bixiga e devem ser preservados.

Mazzeo conclui a entrevista com uma crítica às gestões municipais que, segundo ele, não se preocupam em elaborar projetos de preservação urbana adequados para bairros como o Bixiga:

Se desmontou o Bixiga, se matou o Bixiga, por falta de um projeto de preservação urbana. Se você pegar aquela rua 13 de maio, que tinha vários bares, as casas estão caindo. Tomba-se as casas, mas não se libera o imposto. E não se diz o seguinte “se você reformar sua casa, eu não cobro imposto”, como em qualquer lugar do mundo.

Mas os governos de São Paulo são trágicos e a população de São Paulo meio que merece, porque só elege tranqueira. Infelizmente, o que ocorre é o abandono. Eu acho que o Bixiga, é um bairro tradicional que deveria ser preservado, mas ele está sendo destruído. Claro, ele foi bairro dos negros, depois dos italianos e dos negros, hoje ele é um bairro dos nordestinos, mas ele é um bairro sem características, porque não se preserva nada.

6 Considerações finais

6.1 *Caminho percorrido e discussão dos resultados*

Ao chegarmos ao final do trabalho, torna-se conveniente fazer um breve retrospecto do trajeto percorrido até aqui, a fim de discutirmos os resultados alcançados com a pesquisa. Conforme estabelecido no capítulo 1 ("Introdução"), o objetivo do trabalho consistia em investigar como se deu o processo que resultou, no final da década de 1980, na monumentalização dos Arcos do Bixiga. A consecução desse objetivo passou por dois objetivos específicos: (1) reconstituir, a partir de fontes documentais, a história dos Arcos, desde seu projeto e construção, no início do século XX, até a monumentalização, no final da década de 1980; e (2) identificar os diferentes grupos sociais envolvidos no processo de disputa que antecedeu a monumentalização, seus respectivos interesses e posicionamentos no debate e suas memórias associadas ao local.

O primeiro desses objetivos específicos foi respondido por meio do relato histórico desenvolvido capítulo 3 ("Uma história dos Arcos do Bixiga"), com auxílio da contextualização histórica fornecida pelo capítulo 2. Reunimos assim alguns elementos relevantes que podem ser úteis para a historiografia dos Arcos, em particular, a discussão do mito urbano dos Arcos como representativos de técnicas construtivas tradicionais trazidas a São Paulo por imigrantes italianos, mito este cuja origem podemos atribuir a declarações imprecisas emitidas, na década de 1980, por representantes do poder público municipal, com ampla cobertura da imprensa. Essas declarações oficiais acabaram fazendo com que se cristalizasse uma determinada memória oficial dos arcos: uma versão romanceada de seu passado, mais comprometida com os interesses políticos daquele momento do que com qualquer critério de acuracidade dos fatos ou compromisso histórico.

Os resultados obtidos pelos capítulos 2 e 3, sugerem como uma política de memória pode ser instrumentalizada com objetivos outros, que vão além da mera preservação de uma determinada memória, ou de algo que a represente no mundo físico. Embora tenham utilizado argumentos que variam desde questões relacionadas a obras viárias a questões sanitárias e habitacionais, a presente pesquisa nos permite constatar que a remoção dos moradores dos cortiços das ruas Jandaia e da Assembleia, sua consequente demolição e a redescoberta e monumentalização dos Arcos, revelam, também, elementos de caráter higienista, apoiados por empresários e atores, relacionados ao mercado imobiliário, que visavam à valorização da área ocupada pelos cortiços.

A realocação das pessoas pobres que habitavam a área disputada para áreas mais afastadas e menos acessíveis ao centro da cidade, e também desprovidas de infraestrutura adequada, como pavimentação, fornecimento regular de água e energia elétrica, saneamento básico, escolas e espaços de lazer, pode ser classificada como mais um caso de segregação socioespacial, com o agravante de, neste caso, ter como ponto de origem uma política pública promovida pela administração municipal da cidade de São Paulo, embora apoiada pelo setor privado.

A criação do discurso de preservação da memória dos Arcos do Bixiga, e sua importância para a memória italiana do bairro, serviu como instrumento para atenuar a gravidade da ação segregatória promovida pela prefeitura, desviando o foco da imprensa e daqueles interessados no processo de disputa pelo espaço. Embora o valor dos Arcos seja reconhecido, hoje, especificamente no tocante à técnica utilizada para sua construção, uma das iniciativas pioneiras na época de sua construção, sua associação à história da comunidade italiana no momento de sua redescoberta, e o uso dessa narrativa para justificar sua preservação, é um exemplo de como a memória pode ser manipulada e fabricada a fim de atender aos interesses de determinados atores em processos de disputa política que não estão necessariamente ligados à memória coletiva em si.

O segundo objetivo específico foi respondido no capítulo 5 ("Para além do mito italiano"), por meio de pesquisa documental complementada com entrevistas em que coletamos memórias de atores envolvidos. Pudemos coletar ali elementos que permitem reconhecer outras memórias possíveis, não hegemônicas, silenciadas, associadas ao local. Isso fica claro, em vários trechos da entrevista de Edilson Mineiro, quando ele menciona a composição étnica dos moradores da região em que vivia, por exemplo:

Eu lembro que era bem misturado. Muito negro e muito nordestino. Tinha mais negro do que em Guarulhos, muito mais [...]. Lá na [rua da] Assembleia tinha um pessoal que já tava [lá] faz tempo, não sei te dizer quando, nem quantos [...]. O povo de lá era bem homogêneo. Preto, pobre, nordestino.

Em outro trecho, Edilson é enfático ao dizer que o local em que vivia pouco tinha a ver com a cultura italiana:

Outra coisa que eu lembro é que essas ruas não eram italianas. Eram negras, era um povo que morava em cortiços, tinha um ou outro português que tinha casa lá, também. Mas não tinha nada desse Bixiga italiano, onde todo mundo come macarrão

e tal. Nessa época, o lugar tinha gente pobre, trabalhadora. Não me lembro de violência. Não era um lugar violento. Era gente pobre, que tava morando mal porque não tinha um outro lugar.

Na segunda entrevista, Antônio Carlos Mazzeo faz declarações, de teor similar, como a seguinte:

Eu acho que o Bixiga é um bairro tradicional que deveria ser preservado, mas ele está sendo destruído. Claro, ele foi bairro dos negros, depois dos italianos e dos negros, hoje ele é um bairro dos nordestinos, mas ele é um bairro sem características, porque não se preserva nada.

Com base nos depoimentos dos entrevistados foi possível identificar críticas à associação do bairro do Bixiga, inclusive a região da rua da Assembleia, como um local de cultura italiana, no imaginário popular, apontando que, na verdade, o bairro não contava com essas características e possuía uma composição muito mais heterogênea, contando, inclusive, com uma grande quantidade de pessoas negras migrantes do nordeste brasileiro.

Conforme apontado à frente, no item 6.3 deste capítulo, uma maior quantidade de entrevistas poderia certamente contribuir ainda mais para a confirmação de que a memória italiana não era a memória coletiva representativa da população habitante dos cortiços da rua da Assembleia e Jandaia, e sua associação aos arcos do Bixiga foi realizada de forma oportuna com fins políticos.

6.2 *Contribuição do estudo*

Assim caracterizado o processo como se deu a instituição dos Arcos do Bixiga como monumento ligado a uma memória oficial do bairro do Bixiga, a principal contribuição do estudo consistiu em constatar, de forma circunstanciada, que a monumentalização dos Arcos, se de um lado baseou-se em argumentos relacionados à preservação da memória e do patrimônio urbano, de outro ocorreu no contexto – e esteve a serviço – de uma política urbana de caráter higienista e excludente/gentrificador, sendo instrumentalizada por esta última.

Como toda política de memória, ela promoveu uma reconstrução presentista do passado: resultou numa versão do passado que atendeu a interesses presentes. As informações levantadas no artigo permitem identificar quais eram os principais grupos sociais em disputa, e quais memórias foram silenciadas como resultado do processo. O passado construído e

valorizado nesse local, e inscrito/eternizado na memória coletiva da cidade, é o dos imigrantes italianos e artesãos calabreses. Não é o dos primeiros habitantes dos sobrados, nem o da população de baixa renda que os habitou por cerca de duas décadas. As memórias desses grupos foram silenciadas, e isto ocorreu no contexto (e esteve a serviço) da implementação de uma política pública urbana com outros objetivos que não os de construção ou preservação de memória. A transformação dos Arcos do Bixiga em monumento pode, nesse sentido, ser vista como um caso de instrumentalização da política de memória por uma política de outra natureza, por meio do uso de argumentos relacionados à memória coletiva como base para justificar políticas públicas outras, voltadas para o atendimento de interesses do poder público e do setor imobiliário, em detrimento do interesse histórico e social.

Por fim, isto sugere a necessidade de novas óticas no estudo das políticas de memória, rumo à abordagens críticas que levem em conta seu entrelaçamento com outras políticas e suas relações de subordinação a estas últimas.

6.3 *Limitações da pesquisa*

Uma limitação da pesquisa decorre do fato de termos ouvido por meio de entrevistas apenas dois atores envolvidos, de alguma forma, no processo estudado nesta pesquisa. Embora os atores tenham diferentes origens e experiências de vida, ambos são contrários às ações, adotadas na década de 1980, que levaram à expulsão da população encortiçada e à demolição dos sobrados das ruas da Assembleia e Jandaia. Certamente existem atores sociais com vivências importantes no processo, até mesmo com opiniões diferentes àquelas expostas pelos entrevistados deste trabalho, e que, três décadas após os fatos, ainda estão disponíveis para fornecer entrevistas e poderiam ter sido prospectados.

O número limitado de atores ouvidos, no entanto, decorreu da dificuldade em encontrar atores dispostos a participar, no exíguo tempo disponível para a conclusão do mestrado. Caso tivéssemos tido mais tempo, poderíamos ter enriquecido os achados da pesquisa, complementando-os ou ilustrando-os com uma variedade maior de depoimentos.

6.4 *Sugestões para pesquisas futuras*

Uma primeira sugestão decorre diretamente da limitação apontada acima. Com um maior tempo para pesquisa, a realização de um trabalho de prospecção nos bairros ou conjuntos habitacionais para onde as famílias foram deslocadas pela prefeitura em 1987 nos

permitiria complementar os depoimentos/entrevistas de atores que viveram os fatos, contribuindo, por meio de história oral, para o registro de memórias não hegemônicas sobre a vida das ruas Assembleia e Jandaia que eventualmente ainda estejam presentes na cidade de São Paulo. Atores ainda vivos ligados ao poder público municipal à época dos fatos podem também ser identificados e ouvidos.

A segunda sugestão é a respeito de futuros estudos que possam, eventualmente, analisar outros casos, similares ao dos Arcos do Bixiga, em que memórias são silenciadas, em decorrência de políticas públicas que interferem em um espaço em disputa e cristalizam a memória de um grupo específico em detrimento de outras, silenciando memórias que, por vezes, são tão representativas quanto (senão mais) aquela escolhida. Dois possíveis casos passíveis de estudo em que esse tipo de ação pode ser identificada são os do Edifício Martinelli e o da Vila Itororó.

No caso do Edifício Martinelli, inaugurado em 1929, a memória cristalizada no lugar, atualmente, faz referência ao idealizador do prédio, o empresário ítalo-brasileiro Giuseppe Martinelli (1870-1946), cujo intuito de romper com os padrões das construções da época culminou na construção do então maior prédio da América do Sul¹⁵⁹. No entanto, o “auge” do edifício durou poucos anos, e já no final da década de 1940, após a morte de seu idealizador, apresentava sinais de degradação. A situação se estendeu por anos, até que em 1975 o prédio foi desapropriado e, após reforma, passou a abrigar repartições da Prefeitura.

Apesar de ter sido local de morada e trabalho de centenas de pessoas por mais de 20 anos, entre as décadas de 1940 e 1970, o fato das condições habitacionais terem se degradado durante este período acabou por “desqualificar” a memória desses habitantes como dignos de figurarem na história do prédio, sendo relegados a meros coadjuvantes, merecedores de no máximo notas de rodapé ou abordagens superficiais a seu respeito. Os poucos registros feitos sobre a vida desses moradores datam da época da desapropriação e monumentalização do prédio, reduzindo-se a algumas notícias de jornais e, principalmente, ao documentário Rua São Bento, 405 (1975) do cineasta Ugo Giorgetti, que apesar de relevante, aborda os moradores do local de forma caricata.

O caso da Vila Itororó é similar ao do Martinelli, no entanto, ainda não se pode afirmar exatamente quais memórias serão cristalizadas no local, pois o mesmo ainda está em processo de requalificação. Apesar disso, é importante ressaltar que o local abrigava diversas famílias

¹⁵⁹ Considerado o maior edifício da América do Sul entre 1934 (ano de sua conclusão) e 1935, ano em que foi ultrapassado pelo Edifício Kavanagh, em Buenos Aires.

e, também, passou por um processo de desapropriação para ser transformado em um centro cultural. O site oficial do projeto¹⁶⁰ possui uma breve descrição do local mencionando, em primeiro lugar, seu idealizador Francisco de Castro, mas também as famílias que habitaram o local por longos anos. Basta saber se, ao longo da execução do projeto as memórias das famílias terão o devido espaço. Caso recebam o tratamento adequado, os casos do Martinelli e da Vila Itororó podem ser comparados, enquanto projetos de espaços de memória, sendo o primeiro um caso de silenciamento de memórias, e o segundo um bom exemplo de preservação de memórias, caso seu projeto seja executado como prometido.

Uma última consideração/sugestão é de natureza metodológica. O que acabamos de apresentar pode também ser visto como um exemplo de como o pesquisador pode beneficiar-se do acesso cada vez mais facilitado a acervos históricos digitalizados de jornais de grande circulação, revistas e demais bases de dados em formato eletrônico. Esses recursos ainda são pouco aproveitados pela comunidade de pesquisa, mas a sua exploração facilitada pelas novas tecnologias - a exemplo do que tem sido feito por Jayo (2012), Jayo, Rodrigues e Mendes (2015), Oliveira (2014) entre outros - pode resultar em achados interessantes de análise documental, como acreditamos terem sido os apresentados aqui.

¹⁶⁰ <<http://vilaitororo.org.br>>. Acesso em: 03/02/2019.

Referências

Periódicos e revistas:

CORREIO PAULISTANO, 20 mar. 1890, p.2.

_____. Notas e Factos, 20 mar. 1900, p.1.

_____. Notas, 15 jan. 1903, p.1.

_____. Mala do Interior, 15 mai. 1904, p.3.

_____. Câmara Municipal, 27 ago. 1908, p.4.

_____. Câmara Municipal, 10 mar. 1909, p.4.

_____. Notas, 26 mar. 1909, p.1.

_____. Telegrammas, 7 fev. 1911, p.1.

_____. Telegrammas, 17 mai. 1912, p.2.

_____. Prefeitura Municipal, 12 jul. 1912, p.7.

_____. Prefeitura Municipal, 12 out. 1912, p.7.

_____. Prefeitura Municipal, 19 dez. 1912, p.9.

_____. Prefeitura Municipal, 23 abr. 1913, p.6.

_____. Prefeitura do Município, 12 jun. 1913, p.6.

_____. Prefeitura do Município, 26 jul. 1913, p.7.

_____. Prefeitura do Município, 2 ago. 1913, p.7.

_____. Notas, 11 nov. 1913, p.1.

_____. 1 mar. 1914, p.5.

_____. Câmara Municipal, 30 set. 1914, p.5.

_____. Câmara Municipal, 23 jun. 1915, p.6.

_____. Requerimento n. 84, de 1916. Câmara Municipal, 6 abr. 1916, p.6.

_____. Requerimento n. 86, de 1920. Câmara Municipal, 25 abr. 1920, p.5.

_____. Prefeitura do Município, 6 jan. 1921, p.7.

DPH. Arcos do Bixiga: passado recuperado. Prefeitura de São Paulo: Comunicação. São Paulo, 21/12/2005. Disponível em:

<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/comunicacao/noticias/?p=140151>.

Acesso em: 19/02/2018.

O ESTADO DE S. PAULO, São Paulo, Notícias Diversas, 19 out. 1889, p.2.

_____. Notas e informações, 26 fev. 1904, p. 1.

_____. Notas e informações, 4 mar. 1904. p. 1.

_____. Atos Oficiais, 15 ago. 1907. p. 2.

_____. Queixas e Reclamações, 17 jan.1915. p. 5,

_____. Queixas e Reclamações, 17 mai. 1917. p. 5-6.

_____. 7 fev. 1930. p.14.

- _____. Novo Traçado para a avenida 23 de maio, 5 out. 1965. p. 20.
- _____. Orçamento será de 600 milhões, 7 set. 1967. p. 15.
- _____. Casas desapropriadas no centro ainda sem futuro, 17 mar. 1981. p. 19.
- _____. Desapropriados, velhos casarões viram cortiços, 11 mar. 1982. p. 21.
- _____. Os velhos casarões da rua da Assembleia, 25 mar. 1982. p. 2.
- _____. A vida nos casarões ameaçados, 8 jan. 1987. p. 74.
- _____. Contra favelas e cortiços, só dúvidas, 8 jan. 1987. p. 74.
- _____. A desapropriação dos casarões deve demorar, 10 jan. 1987. p. 48.
- _____. Despejadas 7 famílias dos casarões, 14 jan. 1987. p. 37.
- _____. Sob vaias, decurso prevalece na Câmara, 8 abr. 1987. p. 8.
- _____. Dia de mudança na Bela Vista, 6 mai. 1987. p. 34.
- _____. Rua da Assembleia e parque D. Pedro, 9 mai. 1987. p. 10.
- _____. Desditosa cidade, 14 mai. 1987. p. 2.
- _____. Há quem prefira os velhos cortiços, 21 mai. 1987. p. 66.
- _____. O fim das remoções nos cortiços da Bela Vista, 13 jun. 1987. p. 9.
- _____. Prefeitura muda projeto para preservar arcos, 25 jun. 1987. p. 7.
- _____. Arcos do Bexiga, proteção contra enchente, 30 jul. 1987. p. 58.

_____. Prefeitura implodirá casarões, 15 dez. 1987. p. 14.

_____. Novo Nó, 18 mar. 1988. Caderno 2, p. 7.

_____. Beleza de volta, 21 jan. 1988. p. 1.

_____. Secretário ameaça pichadores, 14 mar. 1989. p. 11.

_____. Prefeitura inaugura praça na Avenida 23 de Maio, 16 mai. 1992. p. 2.

_____. Tribuna Livre, 29 jul. 1993. p. 8.

_____. Ruas da Capital são galeria para arte de italianos, 11 dez. 1996. p. Z12.

_____. Rapazes vão passar natal no “presépio” da 23, 19 dez. 1996. p. C14.

_____. Maluf e Erundina disputam arcos de Jânio, 11 mai. 1997. p. C1.

_____. Notas de Campanha, 5 set. 1998. p. A7.

_____. Cerco do TRE não inibe propaganda irregular, 12 ago. 2005. p. A9.

O FAROL PAULISTANO, Câmara Municipal, 17 mai. 1831. p. 1.

FOLHA DE S. PAULO, Emurb estuda destino dos casarões da rua Assembleia, 9 jun. 1981.
p. 14.

_____. Casarões sem projeto, 10 jun. 1982. p. 11.

_____. Indefinido o destino de casarões, 11 set. 1982. p.13.

_____. Plano pode beneficiar 20 mil moradores de cortiços, 21 out. 1984. p.11.

_____. Governo e Jânio disputam destino de bairros centrais, 10 mar. 1986. p.23.

- _____. Projeto divide moradores de cortiços do centro, 14 mar. 1986. p.23.
- _____. Prefeito quer demolir 22 prédios construídos no início do século, 30 dez. 1986. p.A-12.
- _____. Para proprietário, fim dos cortiços é presente de Natal, 2 jan. 1987. p.A-9.
- _____. Entidade tem plano para casas da r. da Assembleia, 6 jan. 1987. p.A-13.
- _____. Moradores das ruas Assembleia e Jandaia são despejados, 14 jan. 1987. p.13.
- _____. Zoneamento pode valorizar área de cortiços no centro, 13 fev. 1987. p.A-1.
- _____. Os inconvenientes projetos de conveniência, 18 fev. 1987, p.A-3.
- _____. Patrimônio urbano, 7 mai. 1987. p. A-3.
- _____. Mais famílias são removidas de cortiços, 7 mai. 1987. p. A-19.
- _____. Tombamento não foi um “erro”, diz Cunha Lima, 7 mai. 1987. p. A-19.
- _____. Praça rotatória substituirá sobrados da rua Jandaia, 9 mai. 1987. p. A-9.
- _____. Prefeitura é criticada por derrubar sobrados antigos, 10 mai. 1987. p. A-24.
- _____. Os responsáveis pela demolição não são apenas picaretas de Jânio, 10 mai. 1987. p. A-24.
- _____. Rápida demolição de casarões na rua Jandaia inutiliza material, 12 mai. 1987. p. A-12.
- _____. Ab’Saber diz que Condephaat poderia ter impedido demolição de casas na Jandaia, 13 mai. 1987. p. A-11.
- _____. Condephaat não deverá agir contra demolição na Jandaia, 14 mai. 1987. A-14.

- _____. A Cidade é Sua, 28 mai. 1987. p.A-20.
- _____. Agora Prefeitura quer manter arcos na rua da Assembleia, 2 jul. 1987. p.A-10.
- _____. Mania de Limpeza, 14 jul. 1987. p.2.
- _____. Entre Jandaia e Assembléia, um morador ainda resiste, 22 jul. 1987. p.9.
- _____. Moradores transferidos não têm água, 26 dez. 1987. p.A-11.
- _____. Cai hoje último prédio da rua da Assembleia, 26 dez. 1987. p.A-11.
- _____. Seis explosões derrubaram o último prédio da rua da Assembléia, que está interditada, 27 dez. 1987. p.21.
- _____. Após demolição, Assembleia ainda espera obras, 16 jan. 1988. p.A-14.
- _____. Inaugurado acesso à 23 de Maio para tráfego que vem da radial, 8 mar. 1988. p.A-17.
- _____. Precisamos proteger os documentos vivos da nossa cultura, 7 abr. 1988. A-14.
- _____. Prefeito é proclamado o maior publicitário do Brasil, 1 mai. 1988. p.A-26.
- _____. Prefeitura decide cercar os arcos da rua da Assembléia com grades, 20 mai. 1988. p.A.12.
- _____. Espaços livres públicos e a ação da Prefeitura, 9 fev.1989. p.C-6.
- _____. ‘Arcos da discórdia’ vão retomar o cinza original de artistas italianos, 30 jan. 2017. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/01/1854098-arcos-da-discordia-vao-retomar-o-cinza-original-de-artistas-italianos.shtml>. Acesso em: Fev. 2018.
- _____. Marcos do centro de São Paulo são alvos de limpeza e pichação, 8 mai. 2018. p.B1.

A PROVINCIA DE S. PAULO, São Paulo, Á municipalidade, Noticiario, 21 set. 1875. p.3.

_____. Terrenos do Bexiga, Annuncios, 10 mai. 1878. p.3.

_____. Mattas do Bexiga, Annuncios, 22 jun. 1878. p.3.

_____. Terrenos do Bexiga, Annuncios, 28 jul. 1878. p.3.

VEJA, São Paulo, Tombados desde 2002, Arcos do Bixiga ganham grafites, 13 fev. 2015. Disponível em: <https://vejasp.abril.com.br/cidades/tarcos-do-bixiga-ganham-grafites>. Acesso em 26 fev. 2018.

_____. São Paulo, Sem grafites, gestão Doria reinaugura Arcos do Jânio, 2 jul. 2017. Disponível em: <https://vejasp.abril.com.br/cidades/sem-grafites-gestao-doria-reinaugura-arcos-do-janio>. Acesso em: 26 fev. 2018.

Bibliografia:

ABREU, Maurício de Almeida. Sobre a memória das cidades. Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Geografia), Porto, Portugal, v. XIV, 2001. p. 77-97.

ANSARA, Soraia. Políticas de Memória X Políticas do Esquecimento: possibilidades de desconstrução da matriz colonial. Psicologia Política, v.12, n.24, 2012. p. 297-311.

BAER, Alejandro. La memoria social. Breve guía para perplejos. In: Sucasas, Alberto (ed.): Memoria, política, justicia. Madrid: Trotta. 2010. p. 131-148.

CAMPOS, Eudes. Edifício Guinle & Cia., o precursor dos arranha-céus de São Paulo. s/d. Disponível em: <http://www.arquiamigos.org.br/info/info11/index.html>. Acesso em: 21 fev. 2018.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A metrópole de São Paulo no contexto da urbanização contemporânea. In Estudos Avançados, v.23, n.66, 2009. p.303-314.

CORDEIRO, Graça Índias. A cidade à escala da rua. Usos e significados do passado na afirmação de ‘tradições’ locais urbanas. In CYMBALISTA, Renato; FELDMAN, Sarah; KÜHL, Beatriz Mugayar. (orgs.), Patrimônio cultural: memória e intervenções urbanas. São Paulo: Editora Annablume, 2017.

CUSTÓDIO, Vanderli. Dos surtos urbanísticos do final do século XIX ao uso das várzeas pelo Plano de Avenidas. Geosul, Florianópolis, v. 19, n. 38, 2004. p. 77-98.

DOLFF-BONEKÄMPER, Gabi. Caminhando pelo passado dos outros. In CYMBALISTA, Renato; FELDMAN, Sarah; KÜHL, Beatriz Mugayar. (orgs.), Patrimônio cultural: memória e intervenções urbanas. São Paulo: Editora Annablume, 2017.

DUPRAT, Raymundo. Relatório de 1911 apresentado à Câmara Municipal de São Paulo. São Paulo: Vanorden, 1912.

FELDMAN, Sarah. Patrimônio cultural e a dimensão metropolitana. In CYMBALISTA, Renato; FELDMAN, Sarah; KÜHL, Beatriz Mugayar. (orgs.), Patrimônio cultural: memória e intervenções urbanas. Editora Annablume, 2017.

FELDWICK, Walter. Impressões do Brasil no Século Vinte, Sua história, seu povo, comércio, indústrias e recursos. Londres: Lloyd's Greater Publishing Company, LTD., 1913. p.686.

GONÇALVES, Camila Teixeira. Intervenções contemporâneas no Bixiga: fissuras urbanas e insurgências. Dissertação (mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de São Paulo, Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos, 2016.

GRAZIANI, Adolpho. Projeto de um muro de revestimento na travessa da Assembléia (esquina Jaceguay). Prefeitura de São Paulo, Diretoria de Obras, 1908.

HATUKA, Tali. A obsessão com a memória: O que isso faz conosco e com as nossas cidades? In CYMBALISTA, Renato; FELDMAN, Sarah; KÜHL, Beatriz Mugayar. (orgs.), Patrimônio cultural: memória e intervenções urbanas. Editora Annablume, 2017.

HALBWACHS, Maurice. A Memória Coletiva. São Paulo: Vértice, Editora. Revista dos Tribunais, 1990

JAYO, Martin. A alma do negócio: desvendando João Artacho Jurado a partir de sua publicidade. Arqutextos, São Paulo, vol. 14, n.143, doc. 02, 2012.

JAYO, Martin; KOHLER, André Fontan. A batalha dos Arcos do Bixiga - Mais arte e mais cidade, mas menos arte na cidade!, Minha Cidade, São Paulo, v. 15, n.175, doc. 07, . 2015.

JAYO, Martin; RODRIGUES, Andrea Leite; MENDES, Silma Ramos Coimbra. De oprimido a bon vivant: trajetória do administrador brasileiro segundo a publicidade. Psicologia Política, São Paulo, v. 15, n. 35, p. 617-645, 2015.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Intervenções arquitetônicas: impactos urbanos. In CYMBALISTA, Renato; FELDMAN, Sarah; KÜHL, Beatriz Mugayar. (orgs.), Patrimônio cultural: memória e intervenções urbanas. Editora Annablume, 2017.

LUCENA, Celia Toledo. Bairro do Bexiga: A sobrevivência cultural. São Paulo, ed. Brasiliense, 1984.

MILES, Matther Bailey; HUBERMAN, Alan. Michael. Qualitative data analysis. 2.ed. Thousand Oaks, CA: Sage, 1994.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. Revista Educação, Porto Alegre, v.22, n. 37, p. 7-32, 1999.

NOBRE, Eduardo Alberto Cusce. A atuação do poder público na construção da cidade de São Paulo: a Influência do rodoviarismo no urbanismo paulistano. Anais. Vitória: UFES, 2010.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In. Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo, 1984. p. 7-28.

OLIVEIRA, Marília Rodrigues de. A tragédia da rua Januzzi: narrativas sensacionais, justiça, ciência e moral no Rio de Janeiro da Primeira República. Dissertação (Mestrado em História

Social da Cultura) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, 2014.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Com os olhos no passado: a cidade como palimpsesto. Esboços, Florianópolis, v. 11, n. 11, 2004. p. 25-30.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos, v. 2, 1989. p. 3-15

_____. Memória e Identidade Social. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 5. n. 10, 1992. p. 200-212

Revista de Engenharia. Tijolos sílico calcareos. São Paulo, v. 1, n. 10, mar., 1912. p.19.

RIOS, Fábio. Memória coletiva e lembranças individuais a partir das perspectivas de Maurice Halbwachs, Michael Pollak e Beatriz Sarlo. Revista Intratextos, 2013, vol 5, n. 1. p. 1-22. DOI: <http://dx.doi.org/10.12957/intratextos.2013.7102>

SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem à província de São Paulo. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1976.

SÃO PAULO (Município). Atas da Câmara Municipal de São Paulo, 29 ago. 1908.

_____. Atas da Câmara Municipal de São Paulo, 26 set. 1914.

_____. Expediente da Diretoria Geral da Prefeitura de São Paulo, 25 jul. 1913.

_____. Expediente da Diretoria Geral da Prefeitura de São Paulo, 4 jan. 1921.

_____. Melhoramentos da Capital: 1911-1913. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo, s.d.

_____. Resolução 22/2002 - CONPRES/SMC, 10 dez. 2002.

SCARLATO, Francisco Capuano. Estrutura e sobrevivência dos cortiços no bairro do Bexiga. Revista do Departamento de Geografia, São Paulo, v.9, 1992. p.117-127.

SCHNECK, Sheila. Bexiga: Cotidiano e trabalho em suas interfaces com a cidade (1906-1931). Tese (doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2016.

SCRIPILLITI, Ana Carolina Nader. Verticalização e tombamento no bairro do Bexiga: materialização em tensão. Dissertação (mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2017.

SEVCENKO, Nicolau. A cidade metastasis e o urbanismo inflacionário: Incursões na entropia Paulista. Revista USP, 63, 2004. p. 16–35.

SIMÕES JR., José Geraldo. O Setor de Obras Públicas e as origens do urbanismo na cidade de São Paulo, 1990. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 1990.

SZMRECSANYI, Maria Irene de Queiroz Ferreira. A macrometrópole paulistana: 1950-2004. In: História econômica da cidade de São Paulo. São Paulo: Globo, 2004.

SYLOS, Honório de. São Paulo e seus caminhos. McGraw-Hill do Brasil, 1976.

TAUNAY, Affonso d'Escagnolle., História da cidade de São Paulo. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004.

TOLEDO, Benedito Lima de. Prestes Maia e as origens do urbanismo moderno em São Paulo, São Paulo: Empresa das Artes, 1996.

_____. São Paulo: três cidades em um século, São Paulo: Cosac e Naify, 2004.

ANEXO A - Tabela com atores mapeados e seus respectivos posicionamentos									
Data	Fonte	Notícia	Ator	Cargo/Título	Associado (a) ao...	Esfera/Categoria	Posicionamento	Argumentos	Condição
17/03/1981	OESP	Casas desapropriadas no centro ainda sem futuro	Júlio Abe Wakahara	Arquiteto e ex-diretor do Museu da Imagem Fotográfica de SP	Prefeitura	Municipal	Contra a demolição dos sobrados	(1) A ideia de demolição deveria ser afastada definitivamente dos planos da Prefeitura. (2) Disse considerar o conjunto - um quarteirão de aproximadamente 100 metros de extensão - mais importante do que a própria Vila Itooró. (2) Demoli-lo será um crime. (3) Construído na década de 20, certamente por imigrantes europeus, ele "tem uma hegemonia construtiva e de estilo inexistente nos prédios históricos do centro da cidade. (4) A prefeitura deveria estudar a melhor forma de restaurar os imóveis, dando-lhes novo uso, mas sem ferir os interesses das famílias que neles residem.	Vivo
17/03/1981	OESP	Casas desapropriadas no centro ainda sem futuro	Maria das Graças Santana	Moradora (nº175 da Jandaia)		Civil	Contra a remoção dos moradores	(1) Quando decidiram ocupar o sobrado, ele estava abrigando marginais e ela decidiu enfrentá-los, pedindo "autorização" para as assistentes sociais. (2) Até hoje ninguém foi tirar a tranquilidade da família Santana, "se tivermos que mudar, não sei como arrumaremos, pois não temos condições de pagar aluguel nem pretendo viver em favela.	Desconhecido
09/06/1981	Folha	Emurb estuda destino dos casarões da rua Assembléia	Otávio Camilo Pereira de Almeida	Secretário de Vias Públicas	SVP-SP	Municipal	Neutro	(1) A Emurb iniciou há um mês um estudo sobre a preservação dos casarões desapropriados nas ruas Jandaia e Assembleia, hoje ocupados por dezenas de famílias carentes, mendigos e até bandidos.	Desconhecido
11/03/1982	OESP	Desapropriados, velhos casarões viram cortiços	Antônio dos Santos	Morador (nº300 da rua da Assembleia)		Civil	Fala sobre condições de vida	(1) Uma imobiliária cobra Cr\$25 mil de aluguel, apesar das precárias condições do sobrado. Preço que será reajustado em maio, passando para cerca de Cr\$47 mil. (2) Os moradores das casas vizinhas puxam nossa eletricidade clandestinamente e no fim do mês somos nós que temos de pagar a conta toda. (3) Esses moradores são todos marginais, alguns bastante perigosos, e não adianta reclamar porque nunca conseguimos que alguém tomasse uma atitude contra eles.	Desconhecido
11/03/1982	OESP	Desapropriados, velhos casarões viram cortiços	Italo Zaccaro	Secretario de Negócios Jurídicos	SNJ-SP	Municipal	A favor da remoção dos moradores	(1) Todas as casas foram desapropriadas, e algumas já com pagamento liquidado, pois eram necessárias para a implantação de um projeto de urbanização, que agora não vai mais ser executado. (2) A situação está muito ruim, com todos aqueles moradores clandestinos ocupando as casas. (3) A Prefeitura pretende devolver os imóveis a seus verdadeiros proprietários e a eles caberá expulsar os invasores.	Desconhecido
11/03/1982	OESP	Desapropriados, velhos casarões viram cortiços	Rita Santa Cruz	Sublocadora das três últimas casas do quarteirão.		Civil	Neutra	(1) Aluga 14 quartos para várias famílias e envia o dinheiro para o proprietário que mora em Belo Horizonte. (2) Não tem nenhuma reclamação a fazer dos inquilinos. Eles pagam sempre em dia e não causam transtorno.	Desconhecido

25/03/1982	OESP	Os velhos casarões da rua da Assembleia	Florivaldo Ajuricaba Vasconcellos	Leitor do Estado de SP/Morador da rua da Assembleia		Civil	A favor da remoção dos moradores	(1) Rua da assembleia, antigamente local de residência de famílias respeitáveis e hoje lamentável e deplorável espetáculo de uma cidade que dizemos estar entre as primeiras do mundo. (2) Não sei se devo criticar nossa adm. pública, se devo lamentar o estado de penúria dos forasteiros que diariamente chegam a esta cidade na maior pobreza, carentes de instrução e de meios de sobrevivência. (3) Apesar de todos os esforços, não consegui mudar-me deste ambiente, compartilhando a contragosto desta vivência. Há um ano e 3 meses inscrevi-me na Cohab para aquisição de habitação própria e, até esta data, sequer recebi qualquer confirmação da referida inscrição.	Desconhecido
10/06/1982	Folha	Casarões sem projeto - Emurb nega plano para ruas Jandaia e Assembleia	Otávio Speranzini Jr.	Presidente da Emurb e secretário de Habitação e Desenvolvimento Urbano	Emurb/SHDU	Municipal	Não fala	(1) Enviou ofício a algumas secretarias municipais pedindo informações sobre o domínio patrimonial dos imóveis, se havia algum projeto para eles e sugerindo que a Emurb poderia intervir no local	Desconhecido
11/09/1982	Folha	Indefinido o destino de casarões	Carlos Feliciano	Morador		Civil	Fala sobre condições de vida	(1) Ouve das obras há tempos, mas até agora ninguém da Prefeitura apareceu para tratar do assunto. Essa é a primeira vez que vem alguém tratar desse assunto. (2) Não soube informar quantas pessoas moram ali, mas calcula que deve haver mais de cem famílias instaladas naquelas casas antigas e em avançado estado de deterioração. Com seus cômodos subdivididos diversas vezes, numa mesma casa podem morar até dez famílias, cada uma com cinco pessoas em média, o que dá uma população de aproximadamente 50 pessoas nos imóveis maiores.	Desconhecido
11/09/1982	Folha	Indefinido o destino de casarões	Orlandina Martins	Moradora (rua Jandaia nº 41)		Civil	Contra a remoção dos moradores	(1) Não querem pensar em ter de deixar seu teto e não admitem serem chamados de ladrões, marginais ou pedintes, como são tratados por algumas pessoas. Somos apenas pobres. O pessoal trabalha o dia todo, mas o que ganha não dá para comprar casa ou pagar aluguel. (2) Seu marido ganha Cr\$15 mil trabalhando numa oficina mecânica e ela não pode trabalhar "para melhorar a vida" porque não tem onde deixar suas 3 crianças. (3) Ao invés de a Prefeitura mandar a gente embora daqui, deveria é providenciar creches e escolas para as nossas crianças. Ou você pensa que a gente gosta de morar em cortiço.	Desconhecido
11/09/1982	Folha	Indefinido o destino de casarões	Otávio Camilo Pereira de Almeida	Secretário de Vias Públicas	SVP-SP	Municipal	Neutro	(1) O trabalho no local deveria considerar a situação dos invasores. Verificar se o problema era "retirar" ou "remover" os habitantes dos casarões. (2) A segunda opção previa a transferência, para outro local, dos moradores que não tivessem condições de sair de lá.	Desconhecido
11/09/1982	Folha	Indefinido o destino de casarões	Otávio Camilo Pereira de Almeida	Secretário de Vias Públicas	SVP-SP	Municipal	Neutro	(1) O projeto está pronto há anos na SVP e deverá ser executado implicando na demolição dos imóveis. Só não se sabe quando.	Desconhecido
11/02/1984	OESP	Regional da Sé começa a limpar e a desinfetar ruas de cortiços	Eduardo Teixeira	Encarregado de lavagem de ruas	Regional da Sé	Municipal	Fala sobre condições de vida	(1) A rua da Assembleia e a rua Jandaia são lavadas com cloro diariamente, tal a falta de higiene e sujeira no local, gastando-se 25 quilos de cloro por semana no local. (2) No último domingo, como ocorre frequentemente, uma moradora ligou desesperada para a Prefeitura pedindo a limpeza da rua, pois não aguentava mais a sujeira e o mau cheiro.	Desconhecido
11/02/1984	OESP	Regional da Sé começa a limpar e a desinfetar	Lucilene França	Moradora		Civil	Fala sobre condições de vida	(1) Mora em um quatinho com outras quatro pessoas de sua família. (2) O dia inteiro tem baratas pela casa e os ratos aparecem sempre à noite, fazendo barulho.	Desconhecido

		ruas de cortiços							
11/02/1984	OESP	Regional da Sé começa a limpar e a desinfetar ruas de cortiços	Maria Benedita da Silva	Moradora		Civil	Fala sobre condições de vida	(1) Mora com nove pessoas acomodadas em dois cômodos. (2) O esgoto corre dentro da casa e já apareceram até percevejos. Pagando quase Cr\$40 mil de aluguel, ela tem esperanças de que a ação da Prefeitura melhore a situação. (3) Já que não tem jeito de tirar o cheiro de esgoto, se conseguirem pelo menos tirar os bichos está muito bom.	Desconhecido
11/02/1984	OESP	Regional da Sé começa a limpar e a desinfetar ruas de cortiços	Nicolas Villafuerte	Supervisor de Saúde Regional	Regional da Sé	Municipal	Fala sobre condições de vida	(1) Acompanhou a limpeza, mostrando as 65 autorizações, por escrito, de moradores, em que eles se comprometem a ter cuidado com as crianças, por causa do veneno, e assumem qualquer responsabilidade por descuidos seus.	Desconhecido
11/02/1984	Folha	Começa a guerra contra insetos nos cortiços do centro da cidade	Nicolau Villafuerte	Supervisor de Saúde Regional	Regional da Sé	Municipal	Fala sobre condições de vida	(1) Diariamente as ruas são lavadas com cloro a fim de acabar com os germes e micróbios que infestam a região. (2) A presença da Prefeitura no local não serviu para que os moradores deixassem de lado alguns velhos hábitos. Por volta das 10 horas da manhã (duas horas após o início da operação), já se podia ver roupas velhas, pedaços de máquinas e outras bugigangas jogadas nas calçadas, limpas minutos antes. (3) Quase me acertaram um saco de lixo na cabeça.	Desconhecido
11/02/1984	OESP	Regional da Sé começa a limpar e a desinfetar ruas de cortiços	Welson Barbosa	Administrador Regional da Sé	Regional da Sé	Municipal	Fala sobre condições de vida	(1) Todos os que não concordaram com a limpeza e desinfecção acabarão nos chamando para limpar suas casas. (2) Esta região é um submundo, mas não o único existente na área abrangida pela regional da Sé, onde há pelo menos mais dez lugares como este.	Desconhecido
11/02/1984	OESP	Regional da Sé começa a limpar e a desinfetar ruas de cortiços	Welson Barbosa	Administrador Regional da Sé	Regional da Sé	Municipal	Fala sobre condições de vida	(1) Já que não conseguimos encontrar uma solução definitiva para os moradores (um Pro-morar, por exemplo), vamos fazer o possível para deixar a área com um mínimo de salubridade (2) Das 72 casas visitadas no mês passado, 61 aceitaram a limpeza interna. Como tem muita gente em situação irregular, eles ficam com medo de serem despejados.	Desconhecido
21/10/1984	Folha	Plano pode beneficiar 20 mil moradores de cortiços	Valdemar Lopes Corvelo	Proprietário de dez casas nas ruas Jandaia e Assembleia		Civil	A favor da demolição dos sobrados	(1) Acusa a ditadura municipal pelo que acontece com os imóveis. (2) Sua mulher recebeu estas casas, construídas há mais de cinquenta anos, de herança. (2) Foi impedido de reformar as casas ou construir em seu lugar dois hotéis pois foram declaradas de utilidade pública na adm. Faria Lima. (3) As casas vizinhas foram invadidas por "marginais". (3) Agora, não tem mais jeito. Eu não vou construir um palácio no meio do lodo. (4) Já me roubaram portas, pias até a fiação elétrica. Tenho que ir lá três vezes por semana, mas só vou armado. Se tenho que despejar alguém, leva um ano e meio na Justiça e me custa Cr\$ 3 milhões. A Prefeitura precisa dar uma solução nisso. Aceito qualquer acordo, mas continuar do jeito que está não dá. (5) Dono de casas onde moram 45 famílias, pagando aluguéis de Cr\$15 mil a Cr\$40 mil por cômodo de 9 metros quadrados. (6) Com muitos aluguéis em atraso, Corvelo resolveu tomar uma providência: trocou as fechaduras das portas e só vai entrar quem pagar.	Provavelmente falecido (já tinha 60 anos).
18/08/1985	OESP	No cortiço da prefeitura há até 'aluguel'	Daliana	Moradora (rua Jandaia nº 112)		Civil	Não fala	(1) Quando o pai não está, ela dorme numa das camas do beliche, quando ele está dorme em um colchonete colocado no chão.	Provavelmente viva (3 anos na época)

18/08/1985	OESP	No cortiço da prefeitura há até 'aluguel'	Francisca Jesuína de Carvalho Lima	Moradora (rua Jandaia nº 112)	-	Civil	Fala sobre condições de vida	(1) Paga aluguel para um tal de sr. Armando. (2) Não sei bem se o sr. Armando é o dono daqui, mas, se a gente não pagar o aluguel, ele coloca todo mundo na rua. O "aluguel" inclui as contas de água e luz.	Provavelmente viva (28 anos na época)
18/08/1985	OESP	No cortiço da prefeitura há até 'aluguel'	Francisco Ferreira Lima Silva	Morador (rua Jandaia nº 112)		Civil	Fala sobre condições de vida	(1) Trabalha como porteiro e manobrista, ganhando Cr\$600 mil mensais. (2) Quando tem folga no serviço (ele trabalha à noite) o esquema para dormir é alterado.	Provavelmente vivo (30 anos na época)
18/08/1985	OESP	No cortiço da prefeitura há até 'aluguel'	Maria Amélia dos Santos	Moradora (rua Jandaia nº 41)		Civil	Fala sobre condições de vida	(1) Não pago aluguel, por que isso aqui é da Prefeitura.	Provavelmente viva (18 anos na época)
18/08/1985	OESP	No cortiço da prefeitura há até 'aluguel'	Nedino José Ramos	Morador		Civil	Fala sobre condições de vida	(1) Vendedor de espigas de milho, ganha Cs\$ 800 mil mensais. Paga Cr\$ 100 mil à dona Zezinha, que claro, não é proprietária da casa. (2) Mora em um cômodo com dois primos.	Provavelmente vivo (19 anos na época)
14/03/1986	Folha	Projeto divide moradores de cortiços do centro	José da Silva	Morador	-	Civil	A favor da remoção dos moradores	(1) Se diz favorável ao plano do secretário por questão de segurança. (2) Eu gostaria de morar em um lugar tranquilo, sem tiros e bandidos na rua, mesmo se fosse longe do centro.	Possivelmente vivo (34 anos na época)
14/03/1986	Folha	Projeto divide moradores de cortiços do centro	Maria Antônia Fragoso	Moradora	-	Civil	A favor da remoção dos moradores	(1) Mora com dois filhos em um antigo banheiro do casarão, pelo qual paga 45 cruzados de aluguel. (2) Gostaria de se mudar. (3) Aqui moramos com ratos e baratas.	Possivelmente viva (30 anos na época)
14/03/1986	Folha	Projeto divide moradores de cortiços do centro	Joana Marques dos Santos	Moradora	-	Civil	Contra a remoção dos moradores	(1) Se forem obrigados a saírem de lá a vida ficará mais difícil. (2) Aqui estamos no centro e não temos que gastar com a condução para ir trabalhar.	Possivelmente viva (26 anos na época)
14/03/1986	Folha	Governo e Jânio disputam destino de bairros centrais	Jorge da Cunha Lima	Ex-secretário estadual da Cultura. Então, presidente da Fundação Casper Líbero	SEC-SP/Casper Líbero	Estadual	Contra a demolição dos sobrados	(1) Afirma que não hesitará em assinar o tombamento dos bens culturais e arquitetônicos dos bairros, desde que ameaçados de desfiguração. (2) Cada novo governante pensa que é um Pedro Álvares Cabral e que ainda nada foi planejado ou estudado.	Vivo (86 anos)
14/03/1986	Folha	Governo e Jânio disputam destino de bairros centrais	Marco Antônio Mastrobuono	Secretário Municipal do Planejamento	SEMPA	Municipal	A favor da demolição dos sobrados	(1) Confiante no projeto de reurbanização que declararia bairros de utilidade pública, abrindo, em seguida, licitação para que a iniciativa privada proceda à demolição dos seus imóveis, cedendo lugar a projeto de urbanização vertical, Mastrobuono, informou que o prefeito somente irá revogar o decreto caso não haja interessados. (2) O melhor projeto urbanístico que vencer a licitação obedecerá a algumas exigências, como o respeito do sistema viário, áreas verdes, entre outras. Além disso, precisa cobrir o valor de todas as desapropriações, pois a Prefeitura não irá gastar nada do seu orçamento. (3) O secretário disse que desconhece o destino dos moradores. "Alguns continuarão e outros mudarão. Nunca tive curiosidade de perguntar isso a eles. (4) Nunca ouvi falar que o Condephaat tem estudos para os bairros. Aliás, há muito estudioso na cidade. (5) Para ele, apenas alguns poucos bens tombados serão preservados com o projeto.	Falecido

14/03/1986	Folha	Governo e Jânio disputam destino de bairros centrais	Modesto Carvalhosa	Presidente do Condephaat	Condephaat	Estadual	Contra a demolição dos sobrados	(1) Diante do diretor do MASP, Pietro Maria Bardi, o geógrafo Aziz Ab'Saber, o secretário estadual dos Negócios Metropolitanos, Lauro Ferraz, o professor da USP, Milton Santos e o presidente do IAB, Paulo da Rocha, Modesto afirmou que há estudos profundos sobre a preservação do centro. Com o respaldo da sociedade, ele acredita que poderá haver o tombamento e preservação dessas áreas.	
14/03/1986	Folha	Projeto divide moradores de cortiços do centro	Waldemar Lopes Convelho	Proprietário de dez casas nas ruas Jandaia e Assembleia	-	Civil	A favor da demolição dos sobrados	(1) Em 1962 planejou instalar um hotel popular no local, mas depois de ter iniciado a reforma dos imóveis, já na gestão do prefeito Faria Lima, a área foi declarada de utilidade pública, e proibidas as obras. (2) Eu acho que o plano do secretário é a única saída honesta para o problema. (3) "As casas são um verdadeiro abacaxi" já que não consegue mais do que dois mil cruzados por mês com o aluguel dos cômodos; ao mesmo tempo não consegue realizar nenhuma reforma nos casarões.	Provavelmente falecido (já tinha 60 anos).
30/12/1986	Folha	Prefeito quer demolir 22 prédios construídos no início do século	Cláudio Lembo	Secretário dos Negócios Jurídicos	SNJ-SP	Municipal	Neutro	(1) Não sei o que o prefeito pretende fazer no local, mas já encaminhei a ação de reintegração de posse de dezoito imóveis já desapropriados.	Vivo (79 anos)
30/12/1986	Folha	Prefeito quer demolir 22 prédios construídos no início do século	Manoel Ferreira da Silva	Morador	-	Civil	Contra a remoção dos moradores	(1) Não vamos sair daqui para morarmos como favelados	Possivelmente vivo (34 anos na época)
30/12/1986	Folha	Prefeito quer demolir 22 prédios construídos no início do século	Maria Luiza Dutra	Responsável pela Divisão de Preservação do DPH	DPH	Municipal	Contra a demolição dos sobrados	(1) A favor da recuperação dos prédios para habitação de interesse social.	Possivelmente viva (30 anos na época)
31/12/1986	Folha	Dropes	Jorge Yunes	Secretário estadual da Cultura	SEC-SP	Estadual	Neutro	(1) Ainda não recebeu o estudo de recuperação dos imóveis das ruas da Assembleia e Jandaia, que o prefeito pretende demolir.	Vivo
02/01/1987	Folha	Para proprietário, fim dos cortiços é presente de Natal	Waldemar Lopes Carvalho	Proprietário de dois prédios (casarões 316 e 348)	-	Civil	A favor da demolição dos sobrados	(1) O decreto para desapropriação era esperado há mais de vinte anos e veio como um presente de Papai Noel para os proprietários. (2) Waldemar disse ainda não ter sido comunicado sobre a desapropriação, mas esta foi a única medida honrosa que a Prefeitura resolveu tomar.	Provavelmente falecido (já tinha 60 anos).
06/01/1987	OESP	Despejo no cortiço terá resistência	Inácia Francisca da Conceição	Moradora	-	Civil	Contra a remoção dos moradores	(1) Antes eu trabalhava na rua e o Jânio implicou com a gente, agora eu montei o barzinho e ele quer tirar a gente daqui também. Não me mudo de jeito nenhum, tenho filho doente e mudei para cá porque não podia pagar aluguel.	Desconhecido
06/01/1987	Folha	Entidades tem plano para casas da r. da Assembleia	Irede Cardoso	Vereadora	Movimento Pró Mulher	Municipal	Contra a remoção dos moradores	(1) Chegamos a fazer até um projeto-piloto, elaboração em conjunto com a comunidade e a igreja de Nossa Senhora de Achiropita, da Bela Vista. Tentei várias vezes mostrá-lo a Jânio, em sucesso. Agora vem a desapropriação e a possibilidade de expulsão dos moradores". (2) O projeto de Jânio, derrubando a lei 9.725 - que impede a demolição das casas -, será aprovado pela Câmara Municipal. "Jânio tem muitos vereadores com ele e vai acabar por destruir casas que, com um bom projeto, poderiam se transformar em opção para pessoas de baixa renda.	Falecida

06/01/1987	OESP	Despejo no cortiço terá resistência	Marco Antônio Mastrobuono	Secretário Municipal do Planejamento	SEMPLA	Municipal	A favor da demolição dos sobrados	(1) A área está incluída num projeto de reurbanização, feito ainda na adm. Faria Lima e retomado agora pelo prefeito Jânio Quadros para a construção de um anel viário entre a 23 de maio e a ligação Leste-Oeste.	Falecido
08/01/1987	OESP	A vida nos casarões ameaçados	Benedita Soares	Moradora (nº 300 da Assembleia)		Civil	Não fala		Desconhecido
08/01/1987	OESP	A vida nos casarões ameaçados	Cláudio Lembo	Secretário dos Negócios Jurídicos	SNJ-SP	Municipal	A favor da remoção dos moradores	(1) A rua da Assembleia sempre foi "um osso atravessado na garganta", a atitude do prefeito deve ser vista como a retomada de algo que já é de propriedade do município. (2) Líderes de movimentos em defesa dos cortiçados e favelados e os arquitetos são vistos como puros demagogos por Lembo. (3) Dos coitadinhos, nós iremos cuidar, oferecendo casa e condições de higiene em Cohab. Está faltando uma visão realista da cidade de São Paulo. Concordamos com a preservação de alguns patrimônios, mas não podemos esquecer de que a Capital é dinâmica e não histórica.	Vivo (79 anos)
08/01/1987	OESP	A vida nos casarões ameaçados	Maria Edite da Silva	Moradora (nº 300 da Assembleia)		Civil	Contra a remoção dos moradores	(1) Lá (Campo Limpo) é pior do que aqui. É muito longe, não tem asfalto, escola e não há trabalho por perto. Além disso, aquilo já é lugar de favelado e nós não vamos morar com este tipo de gente. (2) Lidera um verdadeiro movimento de defesa do cortiço	Possivelmente viva (36 anos na época)
08/01/1987	OESP	A vida nos casarões ameaçados	Solange Cintra	Moradora (nº 300 da Assembleia)		Civil	Não fala		Desconhecido
10/01/1987	OESP	A desapropriação dos casarões deve demorar	Jânio Quadros	Prefeito	Prefeitura	Municipal	A favor da demolição dos sobrados	(1) Prioridade absoluta para a vergonha que é a rua da Assembleia. Penso até que deveria ser tombada, como exemplo de imundície para o mundo civilizado.	Falecido
10/01/1987	OESP	A desapropriação dos casarões deve demorar	Tereza Cristina Vicente de Azevedo Fontes Garcia	Proprietária da maioria das casas do lado ímpar da Assembleia		Civil	A favor da demolição dos sobrados	(1) Até parece que a prefeitura está nadando em dinheiro. (2) Espera há 15 anos um alvará para que possa construir um prédio comercial de 14,2 mil metros quadrados. O STF deu um parecer favorável, obrigando a prefeitura a pagar uma indenização que, no ano passado, era de Cz\$ 85 bilhões. (3) Após o ganho de causa, a prefeitura decretou o local de utilidade pública, "para não dar o alvará". (4) Além da desvalorização dos imóveis, reclama das despesas com os vigias que passaram a morar nas casas para que não fossem invadidas ou transformadas em novos cortiços.	Desconhecido
14/01/1987	Folha	Moradores das ruas Assembleia e Jandaia são despejados	Antônio Carlos Mazzeo	Integrante do Grupo Especial de Estudos de Cortiço na gestão Covas (atualmente professor da FFLCH e da PUC)	GEEC		Contra a demolição dos sobrados	(1) Protestou contra o despejo e defendia a implantação de projeto de moradia popular para as pessoas	Vivo
14/01/1987	OESP	Despejadas 7 famílias dos casarões	Ione Maria D'Ellas	Procuradora do Município		Municipal	Neutra	(1) Estamos cumprindo ordens. (2) Existem mais nove ações de despejo.	Desconhecido
14/01/1987	Folha	Moradores das ruas Assembleia e Jandaia são despejados	Irede Cardoso	Vereadora	Câmara Municipal	Municipal	Contra a remoção dos moradores	(1) Protestou contra o despejo e defendia a implantação de projeto de moradia popular para as pessoas	Falecida

14/01/1987	Folha	Moradores das ruas Assembleia e Jandaia são despejados	José Benedito Costa	Oficial de Justiça			Não fala	(1) Encarregado do despejo de famílias	Desconhecido
14/01/1987	OESP	Despejadas 7 famílias dos casarões	Maria Inez Collado	Assistente Social	Prefeitura	Municipal	A favor da remoção dos moradores	(1) Lá eles vão ter uma casa. (2) Essas casas serão adquiridas pela Secretaria de Habitação e, depois, vendidas ao pessoal que foi despejado. (3) Eles vão pagar de acordo com o que puderem.	Viva
14/01/1987	OESP	Despejadas 7 famílias dos casarões	Maria Aparecida Gonçalves	Moradora (rua Jandaia nº 41)		Civil	Contra a remoção dos moradores	(1) Não quero sair daqui. (2) Negou se mudar para a Cohab JK, em Guaianases, e preferiu mudar-se para a casa de uma amiga, em cortiço vizinho. (3) Aqui fica mais perto do trabalho dos meus filhos.	Desconhecido
14/01/1987	Folha	Moradores das ruas Assembleia e Jandaia são despejados	Maria Aparecida Mendes	Moradora		Civil	Contra a remoção dos moradores	(1) Recusou mudar-se para a Cohab. Preferiu mudar-se para a casa de uma amiga, na mesma rua da Assembleia, porque os filhos trabalham nas proximidades e não poderiam depender de transporte.	Desconhecido
14/01/1987	Folha	Moradores das ruas Assembleia e Jandaia são despejados	Maria Aparecida Silva	Moradora		Civil	Não fala	(1) Solicitou providências da parte do prefeito, pois todo mundo lá (nos cortiços) votou no Jânio.	Desconhecido
14/01/1987	Folha	Moradores das ruas Assembleia e Jandaia são despejados	Maria Inez Collado	Assistente Social	Prefeitura	Municipal	A favor da remoção dos moradores	Uma das assistentes sociais responsáveis pela remoção	Viva
06/02/1987	Folha	Fotógrafos vão registrar áreas dos projetos	Júlio Abe Wakahara	Arquiteto e ex-diretor do Museu da Imagem Fotográfica de SP. Membro da União dos Fotógrafos de São Paulo			Contra a demolição dos sobrados	(1) Participou de manifestação contra projetos de desapropriação das casas. Registrou áreas dos projetos.	Vivo
13/02/1987	Folha	Zoneamento pode valorizar área de cortiços no centro	Vivaldo Curi	Empresário		Privado	A favor da demolição dos sobrados	(1) Pretende construir um shopping center, um hotel cinco estrelas e um centro empresarial	Vivo
13/02/1987	Folha	Zoneamento pode valorizar área de cortiços no centro	Welton Nahas Curi	Arquiteto		Privado	A favor da demolição dos sobrados	(1) Autor do projeto de Vivaldo Curi	Vivo
14/02/1987	OESP	Ruas Assembléia e Jandaia	Nilcolino Barberio	Leitor do Estado de SP/Antigo morador da Assembleia		Civil	Neutro	(1) Lamenta o atual estado das ruas. (2) Cita Francisco Sales Vicente de Azevedo como construtor de um correr de casas na Assembleia na década de 1930. (3) Foi um dos primeiros moradores dessas casas.	Provavelmente falecido
18/02/1987	Folha	Os inconvenientes projetos de conveniência	Carlos Alberto Cerqueira Lemos	Arquiteto, professor da FAU	FAU-USP	Estadual	Contra a demolição dos sobrados	(1) Critica as políticas "arrasa-quarteirão" e higienistas de Jânio. (2) Não devem ser feitas intervenções pontuais alheias à totalidade da cidade. (3) O problema das pessoas não será resolvido mudando-as para os confinamentos da Terra.	Vivo (93 anos)

06/05/1987	OESP	Dia de mudança na Bela Vista	Alex Freua Neto	Secretário dos Negócios Jurídicos	SNJ-SP	Municipal	A favor da demolição dos sobrados	(1) Muito à vontade, distribuía sorrisos, abraços e apertos de mão aos moradores que iam agradecer-lhe pela mudança. Aos jornalistas ele fazia questão de ressaltar: Não admiti nenhum policial militar aqui. Pedi para o Jânio. (2) Lá no Jd. São Paulo, elas pagaram prestações que vão varias de Cz\$300,00 a Cz\$ 800,00 de acordo com a renda familiar, enquanto aqui, muitos estavam pagando mais de Cz\$1.000,00 e até luvas pelo aluguel.	Falecido
06/05/1987	OESP	Dia de mudança na Bela Vista	Aloísio de Lima	Morador (nº 55 da Jandaia)		Civil	Não fala		Desconhecido
06/05/1987	OESP	Dia de mudança na Bela Vista	Antônia dos Santos	Moradora		Civil	Neutra	(1) A gente não pode ficar no que é dos outros. (2) Desconhecia os planos da Prefeitura para o local. (3) Transferida para Guaianases (Jd. SP ou Cohab JK) Rua A, número 256.	Desconhecido
06/05/1987	OESP	Dia de mudança na Bela Vista	Clélia Maria Lourenço	Moradora (nº 55 da Jandaia)		Civil	Neutra	(1) Nervosa e sem descuidar de Robson, o filho de 3 anos, aguardava com expectativa o momento de deixar o local onde morou durante 18 anos. "Sou cria da Jandaia". (2) Morava com seu companheiro, Aloísio de Lima, Robson e o filho mais velho, Júnior, de 21 anos. (3) Dividia o casarão nº55 com mais 78 pessoas que viviam em seis cômodos e usavam um único banheiro.	Desconhecido
06/05/1987	OESP	Dia de mudança na Bela Vista	Gilda Angela do Nascimento	Moradora (nº 366 da Assembleia)		Civil	Contra a remoção dos moradores	(1) Só sinto muito por ter roubado isso aqui. Depois de 27 anos morando no casarão, já tive 2 netos nesse mesmo lugar. (2) Não sabe se vai se adaptar à nova casa. (2) Transferida para Guaianases (Jd. SP ou Cohab JK) Rua A, número 260.	Desconhecido
06/05/1987	OESP	Dia de mudança na Bela Vista	Wilma Graviski	Moradora		Civil	Não fala		Desconhecido
07/05/1987	Folha	Mais famílias são removidas de cortiços	Alex Freua Neto	Secretário dos Negócios Extraordinários	SNE-SP	Municipal	A favor da demolição dos sobrados	(1) Negociou a saída dos moradores através de sua equipe de assistentes sociais. (2) O processo irá permitir a substituição do conjunto por uma praça rotatória.	Falecido
07/05/1987	OESP	Tudo estará demolido dentro de 30 dias	Alex Freua Neto	Secretário dos Negócios Jurídicos	SNJ-SP	Municipal	A favor da demolição dos sobrados	(1) Dentro de 30 dias, se o tempo ajudar, isso aqui estará no chão. Duas horas depois que as famílias foram embora, após a vistoria do oficial de Justiça de plantão e das assistentes sociais, começamos a demolição. Por que? Porque se a gente bobear eles invadem tudo novamente.	Falecido
07/05/1987	Folha	Mais famílias são removidas de cortiços	Amauri Olegário Borges	Pedreiro, morador (transferido para a COHAB JK em Guaianazes)	-	Civil	Neutro	(1) Já começou a fazer melhoramentos na nova casa. (2) Reclama que quando chove muito o barro toma conta de tudo.	Possivelmente vivo (24 anos na época)
07/05/1987	Folha	Tombamento não foi um "erro", diz Cunha Lima	Jorge da Cunha Lima	Ex-secretário estadual da Cultura. Então, presidente da Fundação Casper Líbero	SEC-SP/Casper Líbero	Estadual	Contra a demolição dos sobrados	(1) O conjunto de sobrados não foi tombado pelo Condepheet por um "erro" na avaliação de prioridades nos processos de tombamento. (2) Sua demolição contraria uma tendência mundial de reaproveitamento dos imóveis históricos nos centros metropolitanos. (3) Em Estocolmo, por exemplo, não há sequer tombamento de imóveis, pois a lei obriga que eles sejam reaproveitados. (4) Afirma que foram feitos vários estudos pela Prefeitura e pelo IAB para a restauração dos prédios.	Vivo (86 anos)
07/05/1987	Folha	Patrimônio urbano	Suzanna Cruz Sampaio	Ex-diretora do DPH	DPH	Municipal	Contra a demolição dos sobrados	(1) Cita projeto do DPH de 1985 para transformação dos sobrados em moradia popular. (2) Lamenta que a inércia e indiferença das gestões atuais (1987) do DPH e da Sec. a Cultura.	Falecida

09/05/1987	Folha	Praça rotatória substituirá sobrados da rua Jandaia	Alex Freua Neto	Secretário dos Negócios Jurídicos	SNJ-SP	Municipal	A favor da demolição dos sobrados	(1) Afirmou que a reclamação de Maria Alice Ferreira não corresponde à realidade e que todas as providências estão sendo tomadas para dar às famílias transferidas - que pagarão de Cz\$300 a Cz\$800 - os melhoramentos necessários.	Falecido
09/05/1987	Folha	Praça rotatória substituirá sobrados da rua Jandaia	Maria Alice Ferreira	Moradora (transferida para a COHAB Adventista-Campo Limpo)		Civil	Neutra	(1) Disse que recebeu uma moradia inacabada, sem água, luz e banheiros. Mesmo assim, ela disse estar contente com a troca. "É só ajeitar isso que está faltando e estará tudo bem.	Possivelmente viva (24 anos na época)
09/05/1987	Folha	Patrimônio urbano	Paulo R. Kiyoto	Leitor da Folha	-	Civil	Contra a demolição dos sobrados	(1) Parabeniza o depoimento de Suzanna C. Sampaio, ex-diretora do DPH e pela coluna "Memória Paulistana". (2) [...] dando ao homem urbano a desalienação através da consciência histórica, contra a tendência da sociedade industrial de tudo desmanchar e banalizar.	Provavelmente vivo
09/05/1987	OESP	Rua da Assembléia e parque D. Pedro	Sem assinatura	Noticiário Geral - OESP	OESP	Privado	A favor da demolição dos sobrados	(1) Não crê que os sobrados simbolizem a época de atuação dos italianos na construção de São Paulo. (2) Critica os pretensos defensores dos sobrados, que por mais de 10 anos ficaram calados. (3) Louva a atitude da Prefeitura de remoção das pessoas para a Zona Leste e da construção da alça de acesso para desafogar o trânsito. (4) Incentiva mais iniciativas como esta.	-
09/05/1987	OESP	Prefeitura encerra a demolição de sobrados	Victor David	Secretário da Subprefeitura	Prefeitura	Municipal	Não fala	(1) Forneceu informações acerca da remoção dos entulhos.	Desconhecido
10/05/1987	Folha	Prefeitura é criticada por derrubar sobrados antigos	Lia de Moraes Junqueira	Advogada e fundadora do Movimento em Defesa do Menor	Movimento em Defesa do Menor	Terceiro Setor	Contra a remoção dos moradores	(1) Uma total falta de desrespeito humano, além de ferir o direito constitucional de ir e vir. Além disso, todas aquelas crianças estavam matriculadas em escolas próximas de suas casas e, agora, estão arriscadas a perder o ano escolar.	Viva
10/05/1987	Folha	Prefeitura é criticada por derrubar sobrados antigos	Modesto Carvalhosa	Consultor do SPHAN	SPHAN	Federal	Contra a demolição dos sobrados	(1) Eliminação da pobreza através da eliminação dos moradores. As pessoas perderão o emprego e poderão vir a aumentar a criminalidade, por não ter mais um meio de sustentação lícito.	Vivo (86 anos)

10/05/1987	Folha	Os responsáveis pela demolição não são apenas picaretas de Jânio	Nabil Bonduki	Equipe de articulistas da Folha	Folha	Privado	Contra a demolição dos sobrados	(1) Administração municipal autoritária e uma sociedade civil incapaz de se unir em torno de um movimento amplo e forte de defesa da cidade. (2) Usa o argumento da memória do patrimônio ambiental urbano para justificar a preservação dos prédios. (3) A administração municipal quer expulsar os pobres para a periferia e "entregar o ouro" para os bandidos da especulação imobiliária. (4) No caso das Assembleia/Jandaia, as entidades da sociedade civil e órgãos de preservação foram coniventes com a destruição. (5) Condephaat sabia do risco e cruzou os braços. (6) O local reunia as condições básicas para a implantação de um projeto-piloto de habitação popular em áreas centrais deterioradas, implicando na manutenção da população em melhor situação habitacional. Esta proposta foi elaborada na adm. Mário Covas e não foi levada adiante pela oposição de auxiliares do ex-prefeito, como o ex-secretário da habitação. (7) Numa outra linha, teria sido possível e totalmente viável, do ponto de vista financeiro, reciclar o uso dos prédios para instalar atividades terciárias (comércio, serviços de lazer e cultura), como se faz em todo o mundo civilizado em áreas de valor histórico. (8) Moradores desorganizados e desorientados pela conversa das assistentes sociais e pelo autoritarismo dos chefetes do prefeito, sozinhas protestando contra a demolição, sendo que os responsáveis não eram apenas Jânio e sua administração.	Vivo (63 anos)
11/05/1987	Folha	Renovação sem demolição	Sem assinatura	Leitor(a) da Folha			Contra a demolição dos sobrados	(1) Critica a brutalidade demolição das casas, em um momento de violenta crise habitacional que o país vive. (2) Sugere criação de programa de habitação pública em áreas centrais. (3) Sugere incorporar as áreas históricas à dinâmica urbana sem alterar características arquitetônicas essenciais. (4) Oportunidade de mostrar que preservação não é sinônimo de tombamento, nem renovação sinônimo de demolição.	Desconhecido
12/05/1987	Folha	Rápida demolição na rua Jandaia inutiliza material	Alex Freua Neto	Secretário dos Negócios Extraordinários	SNE-SP	Municipal	A favor da demolição dos sobrados	(1) Os antigos moradores são os principais responsáveis pelo inaproveitamento do material de construção. (2) Há muitos anos, eles depredam tudo. Venderam pias, grades de ferro e até vasos sanitários. (3) A reutilização dos tijolos não o entusiasmava muito. "Tijolos para que? O que puderem ser reaproveitados serão entregues ao Centro de Voluntários da D. ^a Eloá Quadros". (4) Os paulistanos verão surgir uma praça linda, que a cidade não possui há muito tempo. (5) Além disso, as famílias transferidas estarão morando muito bem, em locais atendidos pelo Metrô. (6) Tenho até uma lista de 1005 funcionários da Prefeitura interessados em adquirir aqueles imóveis, caso aquelas famílias não aceitassem.	Falecido
12/05/1987	Folha	Rápida demolição na rua Jandaia inutiliza material	Marilda Mazzini	Advogada, coordenadora da Associação de Defesa da Moradia	Associação de Defesa da Moradia	Terceiro Setor	Contra a demolição dos sobrados	(1) Além de ter removido os moradores dos cortiços sem uma consulta prévia, a Prefeitura errou em demolir os aproximadamente sessenta sobrados construídos na década de 20 por imigrantes italianos. (2) Os imóveis poderiam ser reaproveitados, em benefício da comunidade. Não precisariam se tornar moradia de cortiçados novamente.	Viva

12/05/1987	Folha	Arquiteta afirma que tinha uma proposta para manter os moradores	Regina Meyer	Ex-diretora do DPH	DPH	Municipal	Contra a demolição dos sobrados	(1) A demolição dos casarões para a construção de uma praça rotatória foi um ato lamentável do prefeito, que não consultou qualquer órgão ligado à preservação do meio ambiente ou patrimônio público. (2) Havia uma proposta anterior à demolição, que previa a fixação de níveis de insalubridade para o local como forma de preservar seus antigos moradores. (3) Com um pouco de esforço da Prefeitura essas pessoas poderiam continuar vivendo lá". (4) Serviria como uma nova experiência em termos de habitação coletiva para as pessoas de baixa renda.	Viva
12/05/1987	Folha	Rápida demolição na rua Jandaia inutiliza material	Renê Franco	Diretor da demolidora Santos Franco & Cia	Demolidora Santos Franco & Cia	Privado	Neutro	(1) Um trabalho de demolição feito na velocidade normal permite o reaproveitamento de aproximadamente 80% do material. Do jeito que a Prefeitura está fazendo, bastante rápido e usando muito as máquinas, apenas uns 15% poderão ser reutilizados.	Possivelmente vivo, mas idoso
13/05/1987	Folha	Ab'Saber diz que Condephaat poderia ter impedido demolição de casas na Jandaia	Aziz Ab'Saber	Ex-presidente do Condephaat	Condephaat	Estadual	Contra a demolição dos sobrados	(1) Lamenta a demolição dos prédios. (2) O Condephaat poderia ter tornado os imóveis intocáveis, mas ainda está sem diretorias nomeada e a secretária da Cultura não teve energia para tomar essa iniciativa.	Falecido
13/05/1987	Folha	Ab'Saber diz que Condephaat poderia ter impedido demolição de casas na Jandaia	Cândido Malta Campos Filho	Ex-secretário municipal do Planejamento (Gestão Reinaldo de Barros)	SEMPA	Municipal	Contra a demolição dos sobrados	(1) Não tem sentido a demolição de casas em um momento de profunda crise habitacional no país. A questão da habitação deveria ter preferência sobre as obras viárias.	Vivo
13/05/1987	OESP	Vamos imitar os ingleses	Sem assinatura	Noticiário Geral - OESP	OESP	Privado	Neutro	Não se manifesta contra a demolição dos sobrados, mas espera que o resultado seja um novo espaço humanizado, e não mais monumentos em homenagem ao cimento armado.	-
14/05/1987	OESP	Desditosa cidade	Antônio Saturnino	Doutor em Filosofia e professor da UERJ (a verificar)	OESP	Privado	Contra a demolição dos sobrados	Crítica o favorecimento do privado em detrimento do público na gestão Jânio.	Vivo
14/05/1987	Folha	Condephaat não deverá agir contra demolição na Jandaia	Paulo de Mello Bastos	Presidente do Condephaat	Condephaat	Estadual	Contra a demolição dos sobrados	(1) Afirma que apesar de ser contra a demolição, não há o que fazer para impedi-la. (2) Segundo ele, a região é de interesse local e sua defesa cabe ao município. (3) O órgão não tombo os imóveis pois estavam sob proteção da lei de zoneamento municipal, modificada pelo prefeito Jânio Quadros. (4) Condephaat não teria estrutura para tombar tudo e deveria preservar imóveis ou conjuntos de interesse para o Estado, como algo que represente o ciclo do café.	Falecido
15/05/1987	Folha	Condephaat não deverá agir contra demolição na Jandaia	Aziz Ab'Saber	Ex-presidente do Condephaat	Condephaat	Estadual	Contra a demolição dos sobrados	Afirma que o órgão poderia impedir a demolição, com abertura imediata de processo de tombamento.	Falecido
15/05/1987	Folha	Condephaat não deverá agir contra demolição na Jandaia	Bete Mendes	Secretária estadual da Cultura	SEC-SP	Estadual	Contra a demolição dos sobrados	(1) O conjunto deveria ser preservado "por questão de moradia", sem discutir seu valor histórico. (2) Houve divergência em estudos feitos pelo Condephaat, existindo, inclusive, pareceres contrários ao tombamento.	Viva (69 anos)

21/05/1987	OESP	Ainda há quem prefira os velhos cortiços	Alex Freua Neto	Secretário dos Negócios Jurídicos	SNJ-SP	Municipal	A favor da demolição dos sobrados	(1) Dentro de 90 dias o local será um canteiro de obras da praça rotatória a ser construída para dar acesso aos bairros da região (2) Parte deles será levada para o Conjunto JK, em Guaianases. As casas têm quatro cômodos bem divididos, que certamente darão um conforto que nunca tiveram. Outros irão para o Jardim dos Adventistas em Campo Limpo. São casas-embriões que possibilitam a construção de outros cômodos, em forma de sobrados, já que todas contam com laje para isso. Há também muito espaço em volta da casa, para quem, preferir manter a construção térrea. (3) Alex garante que os ônibus que servem os dois conjuntos habitacionais não demoram mais de 40 minutos para chegar até o centro. Os moradores despejados pagarão Cz\$500,00 em média pela casa própria.	Falecido
21/05/1987	OESP	Ainda há quem prefira os velhos cortiços	Maria de Lourdes Pereira de Moraes	Moradora		Civil	Contra a remoção dos moradores	(1) O pessoal que foi pra lá está desesperado. Não há a mínima segurança e os marginais convivem com as crianças pelas ruas. Minha mãe, velhinha de quase 80 anos, escorregou na lama em frente de sua casa e quebrou as duas pernas. Lá não tem asfalto, transporte, escolas ou hospitais por perto. Não tem como comprar comida. As casinhas parecem galinheiros. (2) A promiscuidade aqui (na rua da Assembleia) é grande. Terça-feira, recebi meu salário e fui até o supermercado fazer as compras do mês. Quando cheguei em casa, fui assaltada pela minha vizinha, que mora no quarto ao lado do meu. Os bandidos daqui cobram aluguel da gente e, se não pagarmos, somos mortos. As meninas de 12 anos são estupradas nos corredores dos cortiços e nem podemos abrir a boca sobre isso, porque os malvados voltam e matam as garotas. (3) Apesar disso, prefere continuar morando no Centro. É o único jeito de continuar a trabalhar para comer.	Desconhecido
28/05/1987	Folha	A Cidade é sua	Eva Blay	Socióloga	-	Civil	Contra a remoção dos moradores	Discorda da maneira como o prefeito está pondo para fora da cidade a população favelada e os moradores de cortiços.	Viva (80 anos)
10/06/1987	Folha	Prefeitura volta a retirar famílias da rua da Assembléia	Alex Freua Neto	Secretário dos Negócios Jurídicos	SNJ-SP	Municipal	A favor da demolição dos sobrados	(1) Já foram transferidas de endereço cerca de 45 famílias, excluindo as removidas ontem de manhã. Outras vinte famílias teriam voltado a seus Estados de origem.	Falecido
10/06/1987	Folha	Prefeitura volta a retirar famílias da rua da Assembléia	Maria Edite da Silva	Moradora (nº 300 da Assembleia)		Civil	A favor da remoção dos moradores	(1) Muito contente, porque, depois de dez anos em São Paulo, vou poder sair daqui para uma casa própria.	Possivelmente viva (36 anos na época)
10/06/1987	Folha	Prefeitura volta a retirar famílias da rua da Assembléia	Quitéria Maria da Silva	Moradora		Civil	Contra a remoção dos moradores	(1) A mudança trará o inconveniente de seus filhos perderem o ano escolar. Ela também abandonou o emprego de doméstica na Vila Mariana, onde ganhava Cz\$2.800 mensais, por não haver condições de se deslocar da nova casa para o trabalho.	Possivelmente viva (28 anos na época)
13/06/1987	OESP	O fim das remoções nos cortiços da Bela Vista	Edna Gomes Ribeiro	Moradora		Civil	Contra a remoção dos moradores	(1) Aqui pelo menos estamos próximos do trabalho. (2) Auxiliar de lavanderia do Hospital Bandeirantes, onde chegava depois de caminhar durante 20 minutos. Agora terá de acordar mais cedo e sair de casa duas horas antes de entrar no serviço. Tomará dois ônibus, sempre em horários de muito movimento. (3) Eu preferia continuar aqui, onde estava há 18 anos, mas o aluguel é tão caro; estão pedindo Cr\$7 mil por um quarto e cozinha. Não teve outro jeito de concordar em ir para o Campo Limpo.	Desconhecido

13/06/1987	OESP	O fim das remoções nos cortiços da Bela Vista	Maria Edite da Silva	Moradora (nº 300 da Assembleia)		Civil	A favor da remoção dos moradores	(1) Transferida para Cohab Adventista. (2) Foi a primeira a mudar, juntamente com seus quatro filhos e o marido Manoel Ferreira da Silva. (3) Graças a Deus que vou sair daqui. Estava ficando louca de tanto gritar com as crianças, com medo que fossem atropeladas nesta rua movimentada. (4) A sua satisfação aumentou quando chegou a Cohab Adventista, uma verdadeira favela de alvenaria. (5) Daqui não mudo mais, nem para a minha terra.	Possivelmente viva (36 anos na época)
17/06/1987	Folha	Arquiteto condena ação do Estado no planejamento urbano	Joaquim Guedes	Arquiteto e especialista em planejamento urbano	-	Civil	Neutro	(1) Não viu nas opiniões contrárias às demolições nenhuma proposta razoável. (2) A única coisa que interessa preservar é a vida humana. (3) As mudanças da cidade fazem parte do metabolismo da gente urbana. (4) Se alguém quisesse manter e fosse compensador, alguém já teria comprado e preservado os sobrados.	Falecido
25/06/1987	OESP	Prefeitura muda projeto para preservar arcos	Cláudio Lembo	Respondendo pelo expediente da Prefeitura	Prefeitura	Municipal	A favor da preservação dos arcos	(1) Determinou que a secretaria da Cultura faça um estudo para identificar a origem dos arcos, que estão muito bem conservados nas partes expostas.	Vivo (79 anos)
25/06/1987	OESP	Prefeitura muda projeto para preservar arcos	Walter Bodini	Secretário de Vias Públicas	SVP-SP	Municipal	A favor da preservação dos arcos	(1) Já mandou modificar o projeto de reurbanização da área, para garantir a preservação dos arcos, uma herança deixada pela Prefeitura de São Paulo do século XIX ou talvez XVIII, especulam os engenheiros. (2) A ideia de Bodini era aproveitar a demolição das casas para melhorar o acesso da avenida 23 de maio à ligação Leste-Oeste. E sobraria espaço para construir uma série de jardins sobrepostos em escada sob os quais haveria um auditório, um pequeno teatro, área de exposições e finalmente uma garagem no nível mais baixo.	Falecido
28/06/1987	OESP	A São Paulo dos arcos	Sem assinatura	Seção Cidade - OESP	OESP	Privado	Neutro	(1) Causa até emoção observar arcos de alvenaria primorosamente conservados pelo tempo nas ruas Jandaia e Assembleia. (2) As ruas parecem cenário de guerra por conta das demolições. (3) Culpa os cortiços pela degradação da área. (4) Preservar os arcos é demonstrar que ainda há um pouco de sensibilidade em São Paulo. (5) São Paulo que foi da garoa pode ser agora a São Paulo dos arcos, São Paulo de um passado que não pode e não deve morrer.	-
02/07/1987	Folha	Agora Prefeitura quer manter arcos na rua da Assembleia	Carlos Alberto Cerqueira Lemos	Arquiteto Professor da FAU	FAU-USP	Estadual	Contra a demolição dos sobrados	(1) Acha que é um contrassenso preservarem-se os arcos após a demolição das casas, com o conjunto já descaracterizado: "Numa cidade onde faltam casas, é de uma burrice tremenda deixar em pé apenas os arcos e construir um jardim. Lemos acha também que, se os arcos forem preservados, podem atrapalhar a construção de uma alça viária, pretexto utilizado pela Prefeitura para a demolição das casas.	Vivo (93 anos)
02/07/1987	Folha	Agora Prefeitura quer manter arcos na rua da Assembleia	Edgard Dias de Couto	Arquiteto do DPH	DPH	Municipal	A favor da preservação dos arcos	(1) O objetivo dos trabalhos é tirar propostas de ambientação, valorização e preservação dos arcos.	Provavelmente vivo (32 anos na época)
11/07/1987	Folha	Mania de Limpeza	Marcelo Coelho	Colunista da Folha. Mestre em Sociologia pela USP.	Folha	Privado	Contra a demolição dos sobrados	(1) Crítica política de Jânio. "resolver problemas é, antes de tudo, varrê-los". (2) Compara política higienista de Jânio à "limpeza" da sociedade soviética.	Vivo (59 anos)

22/07/1987	Folha	Entre Jandaia e Assembléia, um morador ainda resiste	José Cesário de Castilho	Morador (rua Jandaia nº 111)		Civil	Contra a demolição dos sobrados	(1) Considera que seu sobrado valha pelo menos Cz\$ 6 milhões e critica o projeto de reurbanização de Jânio, que demoliu todos os sobrados situados em seu quarteirão e ainda derrubará os localizados no outro lado da rua da Assembleia, com fundos para a avenida 23 de maio. (2) Eu era o único proprietário a morar neste quarteirão, e sei muito bem como as pessoas que moravam por aqui eram coisa perigosa. Mas eles poderiam ter retirado o pessoal para outros lugares sem destruir as casas, que seriam então remodeladas e reaproveitadas como moradia. (3) Não queria sair, mas fazer o que? Sou o último dos moicanos	Provavelmente falecido (já tinha 77 anos)
23/07/1987	Folha	Último morador do quarteirão demolido já admite sair	Dario Afonso	Morador		Civil	Contra a remoção dos moradores	(1) Aposentado, reside com sua irmã doente e não sabe para onde ir se a casa for demolida. "Acho que a indenização que eles vão pagar não vai dar para nada, mas vou tentar comprar uma casa para morar."	Provavelmente falecido (já tinha 72 anos)
23/07/1987	Folha	Último morador do quarteirão demolido já admite sair	José Cesário de Castilho	Morador (rua Jandaia nº 111)		Civil	Contra a demolição dos sobrados	(1) Havia anunciado que pretendia permanecer no sobrado em que vivia há 45 anos. (2) Informado da impossibilidade de legalmente evitar a ação - por sua advogada e cunhada Esther Figueiredo Ferraz, ex-ministra da Educação de 1982 a 1985, durante o governo Figueiredo, ele disse que poderá abandonar o imóvel.	Provavelmente falecido (já tinha 77 anos)
28/07/1987	Folha	Último morador sai da Jandaia	José Cesário de Castilho	Morador (rua Jandaia nº 111)		Civil	Contra a demolição dos sobrados	(1) Embolsou uma indenização de Cz\$ 1.061.500,00 e ontem de manhã foi viajar.	Provavelmente falecido (já tinha 77 anos)
30/07/1987	OESP	Arcos do Bexiga, proteção contra enchente	Alex Freua Neto	Secretário dos Negócios Jurídicos	SNJ-SP	Municipal	A favor da demolição dos sobrados	(1) Enfrentou críticas do Conselho de Arquitetos, dos políticos carcomidos e dos pais da Pátria que pregavam a preservação dos pardieiros por seu valor histórico. (2) Esclareceu que já na primeira invasão dos prédios, em 1966, foram retiradas as portas de pinho de riga, os caixilhos da janela, os lustres e tudo o que havia de valor, e os casarões se transformaram num conjunto de paredes velhas, com muita infiltração de água.	Falecido
26/09/1987	OESP	Remoção no Centro continua	Alex Freua Neto	Secretário dos Negócios Jurídicos	SNJ-SP	Municipal	A favor da demolição dos sobrados	(1) Disse que está esvaziando e derrubando os imóveis à medida que consegue os mandados de imissão de posse concedidos pela Justiça. Mas nem todos os casarões desocupados estão sendo demolidos: três imóveis geminados, de números 287, 289 e 291, vão ser preservados para a instalação de um museu que a Prefeitura promete entregar ainda no final deste ano, em homenagem aos imigrantes italianos.	Falecido
26/12/1987	Folha	Cai hoje último prédio da rua da Assembleia	Graça Onofre	Moradora e ex-dona de pensão na rua da Assembleia		Civil	Contra a demolição dos sobrados	(1) Tinha muito ladrão, muito marginal por aqui. (2) Os prédios não deveriam ser demolidos, eram muito bonitos, podiam ter feito escolas.	Desconhecido
26/12/1987	Folha	Moradores transfridos não têm água	Ariston da Silva Santos	Morador (transferido para a COHAB 2 do Vale Velho)		Civil	A favor da remoção dos moradores	(1) A gente chega a passar sede aqui e tem dias que ninguém toma banho. O dr. Alex disse para nós que tinha água no conjunto. (2) Não reclama da distância que separa o bairro do centro da capital e considera a nova moradia "bem melhor" que os quartos da rua da Assembleia. (3) Só que quando chove, o pessoal tem que trabalhar com dois sapatos, porque um fica cheio de barro.	Possivelmente vivo (36 anos na época)
27/12/1987	Folha	Seis explosões derrubaram o último prédio da rua da Assembléia, que	Emanuel Massarani	Coordenador de Recuperação do Patrimônio Histórico do Gabinete do Prefeito	Prefeitura	Municipal	-	(1) Responsável pelas obras de recuperação dos arcos	Possivelmente vivo (49 anos na época)

		está interdita							
27/12/1987	Folha	Seis explosões derrubaram o último prédio da rua da Assembléia, que está interdita	Olga Ribeiro Baptista	Ex-moradora da rua da Assembleia		Civil	A favor da demolição dos sobrados	(1) Minha casa era uma das únicas decentes ali. (2) Hoje vive em um apartamento alugado no mesmo bairro e não reclama do despejo compulsório. (3) Até que ficou bom sem os cortiços. (4) Durante quase 30 anos foi moradora da rua da Assembleia.	Desconhecido
01/01/1988	Folha	Prefeitura Lamentável	Possivelmente Marcelo Coelho	Editorial da Folha	Folha	Privado	Contra a demolição dos sobrados	(1) Crítica duramente o desempenho da adm. municipal em 1987, incapaz de responder aos desafios e exigências da cidade, abandonando-a à própria sorte. (2) Demolição de 264 imóveis nas ruas da Assembleia e Jandaia, para dar lugar ao nada.	Vivo
16/01/1988	Folha	Após demolição, Assembléia ainda espera obras	Alex Freua Neto	Secretário dos Negócios Extraordinários	SNE-SP	Municipal	A favor da demolição dos sobrados	(1) O objetivo do secretário é transformar a área em um "cartão de visitas" para a cidade. (2) Obras de grande porte não serão possíveis no local, pois sua interdição "pararia a cidade".	Falecido
16/01/1988	Folha	Após demolição, Assembléia ainda espera obras	Antônio Albi Felix	Morador (transferido para a COHAB Adventista-Campo Limpo)	-	Civil	Neutro	(1) Feliz com a mudança, planeja construir mais quartos.	Possivelmente vivo (26 anos na época)
16/01/1988	Folha	Após demolição, Assembléia ainda espera obras	Maria Aparecida da Silva	Moradora (transferida para a COHAB Adventista-Campo Limpo)	-	Civil	Neutro	(1) Gosta da COHAB pois as crianças brincam na rua à vontade, o que não acontecia antes.	Possivelmente viva (26 anos na época)
16/01/1988	Folha	Após demolição, Assembléia ainda espera obras	Maria dos Santos Coutinho Rodrigues	Moradora (transferida para a COHAB Adventista-Campo Limpo)	-	Civil	Neutro	(1) Prefere a nova casa, mas se preocupa com a diarreia que a água da bica está causando em seus filhos e até em adultos.	Possivelmente viva (24 anos na época)
16/01/1988	Folha	Após demolição, Assembléia ainda espera obras	Zilma Viana	Moradora (transferida para a COHAB Adventista-Campo Limpo)	-	Civil	Neutro	(1) Contenta com a transferência, porém receosa pela falta de luz e água em sua nova moradia.	Possivelmente viva (23 anos na época)
14/03/1988	OESP	Secretário ameaça pichadores	Luiz Antonio Fleury Filho	Secretário da Segurança Pública do Estado de São Paulo	SSP-SP	Estadual	Contra a pichação dos arcos	-	Vivo (79 anos)
07/04/1988	Folha	Precisamos proteger os documentos vivos da nossa cultura	Fábio Feldmann	Deputado Federal (PMDB-SP) e presidente da Oikos - União dos defensores da Terra	Oikos - União dos Defensores da Terra	Estadual/Terceiro Setor	Contra a demolição dos sobrados	(1) Crítica ao modelo urbanístico ultrapassado de Jânio. (2) Sugere que a sociedade civil defenda o patrimônio histórico. (3) Cita Lei 734/85, pela qual o Ministério Público ou uma entidade civil regularmente organizada há um ano e que tenha entre seus objetivos sociais a defesa do patrimônio histórico podem exigir do poder público a cessação da prática de atos danosos à memória e ao patrimônio cultural da nação brasileira.	Vivo (63 anos)
01/05/1988	Folha	Prefeito é proclamado o maior publicitário do Brasil	Assessor do Jânio	Assessor do Prefeito	Prefeitura	Municipal	A favor da demolição dos sobrados	(1) O Jânio até poderia saber da existência dos arcos, mas não diria a ninguém.	Desconhecido

09/02/1989	Folha	Espaços livres públicos e ação da Prefeitura	Eliane Guaraldo	Arquiteta pela FAU e bolsista do CNPQ	-	Civil	Contra a demolição dos sobrados	(1) Critica a demolição dos sobrados sob pretexto de reforma viária no local. (2) Ressalta que a casualidade da descoberta dos arcos deu mais um motivo para a destruição e então, iluminados e gradeados dão mais uma mostra do desrespeito do Executivo municipal pelo bem público.	Viva
------------	-------	--	-----------------	---------------------------------------	---	-------	---------------------------------	--	------

Anexo B – Entrevista com Edilson Henrique Mineiro

Entrevista realizada em 17 de maio de 2018¹⁶¹

Entrevistado: Edilson Henrique Mineiro¹⁶²

Entrevistador: Diego Vasconcellos Vargas

EDILSON: Meu nome é Edilson Henrique Mineiro, nasci em 1974 no município de Guarulhos. Morei em Guarulhos de 1974 até mais ou menos 1985, ou seja, na minha infância.

Minha família meio que acompanhou a saga do café. Meu avô era de uma região na divisa de Minas Gerais com o Rio de Janeiro, onde tinha muita produção de café, lá em Santa Isabel do Rio Preto. Quando o café “deu ruim”, não “tava” mais produzindo, ele foi para o norte do Paraná, lá pela região de Cafelândia.

Minha tia dizia que meu avô era muito briguento, ele era meeiro de terras e, na hora da divisão, sempre brigava com o dono da terra porque o cara não queria dar o que ele achava que era justo. Então, ele costumava sair de onde morava para trabalhar em outras cidades.

Ele veio para São Paulo, para a cidade de Itapira, aqui perto de Campinas, e depois de Itapira, foi parar lá em Guarulhos, que é um lugar que tinha muitos loteamentos da periferia, e ele comprou um loteamento para pagar à prestação. Então, eu nasci nessa casa, que era a casa do meu avô, e meu pai era um dos catorze filhos que esse meu avô teve.

Esse bairro lá em Guarulhos era um bairro que tinha uma cara de interior, todo mundo se conhecia e tal... quem era vizinho, era amigo, frequentava a casa... e tinha aquela coisa bem católica do interior que era a madrinha e o padrinho. Lá nesse bairro tinha uma senhora, a Dona Rosa, que era madrinha de um dos meus irmãos. A filha dessa Dona Rosa tinha uma empresa que tinha um escritório que ficava na rua da Assembleia. Então, foi assim que eu saí de Guarulhos e fui morar na rua da Assembleia.

Essa filha da madrinha do meu irmão tinha um escritório lá e, na verdade, era o escritório e a fábrica, também. Então, ela tinha essa fabrica lá, e chamou meu pai para ser vigia da fábrica. Isso era uma forma - e agora mais velho isso, porque na época eu não pensava nessas coisas – do meu pai cuidar da firma durante a semana e no final de semana. Então ela alugou a parte de cima dessa fábrica

¹⁶¹ Visando manter a espontaneidade e pessoalidade do relato, a fala do entrevistado foi transcrita exatamente como falada, sem quaisquer alterações ou correções.

¹⁶² Edilson Henrique Mineiro foi localizado por meio de contatos sociais (conhecidos em comum) e concordou em ceder entrevista em local e data estipulados pelo mesmo. A entrevista ocorreu em uma padaria, próxima ao metrô Belém, na zona leste da cidade de São Paulo. O entrevistador pediu para que o entrevistado se apresentasse e, em seguida, falasse livremente a respeito do caso dos Arcos do Bixiga.

e minha família mudou de Guarulhos para a Bela Vista para que meu pai pudesse ser vigia da fábrica dessa moça.

Esse foi o início da minha caminhada. Eu era criança, saí de Guarulhos, fiz da primeira até a quarta série na escola de Guarulhos, e depois estudei a quinta e a sexta série – os dois anos em que morei lá no Bixiga na rua da Assembleia – em uma escola chamada Maria Augusta Saraiva, que fica ali na rua onde tem o TBC [Teatro Brasileiro de Comédia]... na rua Major Diogo, na Bela Vista. Eu lembro que na época tinha o primário e o ginásio, que era essa segunda parte da quinta a oitava série. E não tinha muitas escolas que tinham o ginásio.

Depois, quando a gente se mudou do Bixiga, quer dizer, na verdade a gente foi “removido” de lá no momento que eles fizeram a demolição das casas, eu fui morar no extremo da zona leste, em uma COHAB chamada Sítio Conceição, que foi a alternativa de moradia que a prefeitura ofereceu. Uma curiosidade: a prefeitura desapropriou os lotes que tinham lá na rua da Assembleia, mas quem recebeu o recurso da desapropriação foram os proprietários dos terrenos, e não os inquilinos. Os inquilinos não tinham direito à indenização e esse era o caso da minha família. Minha família, na verdade, nem inquilina era. Na verdade, a casa era da patroa do meu pai, e ela alugou a casa e a cedeu para que a família do meu pai morasse.

A gente ia sair de lá sem nada. Só que a gente ia resistir, não ia aceitar a proposta da prefeitura. Então, a prefeitura, como não tinha ação judicial para tirar as pessoas de lá, ofereceu uma casa para a gente, pois assim a gente saía de lá amigavelmente. Ou seja, não precisou usar ação judicial e conseguiu tirar mais depressa. E por isso eu fui para lá com a minha família.

Lá na rua da Assembleia tinha muita gente morando em cortiços, lembrando mais ou menos da época, a maior parte das pessoas lá morava em cortiços, naqueles sobrados e tal, e outros alugavam umas casas. Minha família era uma das poucas que não morava em cortiço, porque a gente morava no segundo andar da fábrica. A fábrica era no primeiro andar e tinha um prédio do lado da casa que a gente morava [Edifício Grimaldi], que era um predinho de 6, 7 andares.

DIEGO: Esse é o prédio que foi implodido?

EDILSON: Isso, implodiram, a casa onde eu morava era exatamente a casa do lado desse predinho. Não lembro mais o número, mas era a casa do lado.

DIEGO: Isso lá em cima na rua da Assembleia?

EDILSON: Lá em cima, já perto do minhocão. Então eu saí de lá e fui pra Cidade Tiradentes. Ah, isso que eu ia falar: a maior parte das pessoas foi para a COHAB Adventista, que fica lá no extremo da zona sul.

DIEGO: Na região do Campo Limpo?

EDILSON: Lá no Campo Limpo, exatamente. No distrito do Campo Limpo, mas o Campo Limpo “tá” aqui, e o Adventista tá lá no fundão. Campo Limpo é só uma referência. Essa COHAB Adventista fica na divisa com o município de Itapecerica da Serra. Porque Morumbi é Campo Limpo, e aí é um Campo Limpos “Fundos”, bem longe.

Na época, assim como meu avô era briguento, meu pai era igual. Então, meu pai foi ver essa casinha lá no Adventista e era uma casinha, se não me engano, de uns 20m². Eles chamavam de embrião habitacional. E eu lembro que meu pai falou o seguinte: aqui cabem ou os móveis ou a minha família. Os dois não cabem e eu não venho para cá.

Então, ele não aceitou a oferta da prefeitura e aí eles fizeram uma malandragem. Ofereceram duas casas para o meu pai no Sítio Conceição, que é esse conjunto lá na Zona Leste. Por que eram duas casas? Na verdade, eles pegaram dois embriões, que eram geminados em um lote, e fizeram um só. Aí nós saímos dos 20m² que seria lá no Adventista, para duas casas de 24m² cada uma. Dá 48m², o que era uma bosta, mas era uma bosta melhor do que aquela do Adventista.

Aí eu fui para essa região do extremo da zona leste, que faz parte do distrito da Cidade Tiradentes, para um conjunto de COHAB da região, e acho que para mim isso foi importante porque eu tive contato com a extrema pobreza, com a periferia, e também com a Igreja Católica Progressista. Nessa época eu tinha doze, treze anos e comecei a participar de grupos de jovens na igreja católica, e comecei a ver as coisas de uma forma mais crítica, ou seja, a ver a vida de uma forma mais crítica.

Eu continuei estudando, e foi muito difícil porque lá no Sítio Conceição não tinha escola. Eu já “tava” na sétima ou oitava série e eu tinha que estudar longe de onde eu morava, eu andava 1 hora da minha casa até onde tinha escola com a série que eu estava cursando.

Tudo isso foi fazendo com que eu fosse uma pessoa mais crítica. Na época do Bixiga, eu era moleque que andava com meus amigos lá, que era um pessoal que morava lá no bairro e não necessariamente eram pessoas pobres. Os meus amigos eram da escola, mais do que o pessoal da rua. Lá na rua da Assembleia não tinha uma vida social. Todo mundo morava nos cortiços, mas quem morava nos cortiços não socializava muito com os outros, e não tinha muito esse negócio de brincar na rua. Então, eu brincava com os amigos da escola. Era outro pessoal, um pessoal, digamos, de classe média baixa.

Eu fico pensando... se eu tivesse ficado lá no Bixiga, eu ia ser um cara de classe média baixa, auxiliar administrativo de algum lugar, coxinha, ia viver achando que eu era parte daquela coisa ali. Aquela coisa que o pessoal falava que tinha que chamar de Bela Vista, não podia chamar de Bixiga porque Bixiga era um nome feio, desvalorizava o bairro. Desvalorizava o que? Eu morava de aluguel, não tinha nada, o que ia valorizar lá? Mas as pessoas pensavam um pouco isso.

Bom, aí eu fui lá para o fundo da Cidade Tiradentes e passei a ajudar a organizar o bairro, porque era um bairro que não tinha nada. Não tinha água, não tinha luz, não tinha asfalto, não tinha ônibus, não tinha escola, não tinha porra nenhuma. Com isso eu fui estudar, virei militante de esquerda, e aí passei a conhecer outras pessoas, pessoas que vão estimulando você a buscar outros desafios. Depois eu fiz um ano do curso de História, depois fiz um curso de Direito e estive sempre próximo do movimento social onde estou até hoje. Resumindo minha trajetória é isso, virei advogado e minha família mora até hoje lá no conjunto habitacional. Eu me mudei de lá, mas minha família ainda mora lá.

Enfim, tive essa passagem na minha vida, que foram esses dois anos na rua da Assembleia, em uma situação que era muito diferente da situação lá de Guarulhos, porque era muito perto do centro. Eu fiz catequese, porque minha família é muito católica, lá na Catedral da Sé. Eu lembro que quando eu era garoto eu ia no cinema, ia no teatro, coisas que não tem no fundo da periferia. Imagina que na zona leste você tem acesso a essas coisas. Ainda hoje não tem, imagina trinta anos atrás quando mudei para o Sítio Conceição. Mas eu tinha um pouco essa coisa porque lá no Bixiga você tinha acesso a tudo isso. Você andava dez minutos e estava no teatro. Lá tinha um monte de teatro. Eu me lembro de ir com a escola fazer essas coisas. A Maria Augusta Saraiva era uma escola que estava há uns cinquenta anos no Bixiga, então era uma escola bastante respeitada.

Ir para lá [rua da Assembleia] foi uma ruptura com aquela vida do interior que eu tinha em Guarulhos, embora fosse o caso de um pobre morando em um bairro de classe média. Eu jogava bola em umas ruas sem saída, no meio da vila dos italianos; cruzava a avenida 23 de maio para cima e para baixo, ou seja, tive que aprender a cruzar avenida, essas coisas. Morar lá no centro com acesso a tudo abriu um pouco os meus horizontes. Depois, o fato de ter encontrado uma turma progressista lá no fundo da zona leste foi me definindo como uma pessoa mais inquieta, uma pessoa mais crítica, sempre buscando questionar e mobilizar as coisas. Pessoalmente, é isso, minha vida profissional está muito vinculada a essa trajetória da questão da moradia.

Eu lembro que quando a gente se mudou de lá, a gente foi em um caminhão de mudanças, um caminhão da prefeitura, provavelmente. E lembro que tinha um ônibus chamado Prestes Maia e eu ficava olhando aquilo. Aí o pessoal da prefeitura, para convencer meu pai, falou o seguinte: esse bairro, Sítio Conceição, era um bairro que “tava” bombando, o futuro da zona leste era o Sítio

Conceição, e o metrô já “tava” chegando lá, na porta, ia ter metrô na porta. E aí eu lembro que enquanto eu estava no caminhão de mudança eu vi Prestes Maia escrito no ônibus atrás. Aí eu pensava: pô, Prestes Maia é aquela avenida que tem lá no Anhangabaú, então não é tão longe. Bom, Prestes Maia do ônibus era o Conjunto Habitacional Prestes Maia, que fica lá no fundão da zona leste, a 40 km do centro da cidade. Então, eu saí do lado da avenida Prestes Maia para morar do lado do conjunto Prestes Maia, que fica a 40 km do centro, e é um outro mundo.

DIEGO: Os jornais da época falavam de Campo Limpo e Guaianases. Não falavam em Adventista ou Conceição. Esse lugar para onde você mudou era próximo a Guaianases?

EDILSON: É porque não existia ainda a divisão atual por subprefeituras. A divisão atual por subprefeituras é de 1992, foi uma lei municipal que “redividiu” a cidade, vamos dizer assim. Na época era a divisão das chamadas administrações regionais, e lá fazia parte da administração regional de Guaianases. Ainda não existia o que é hoje a subprefeitura da Cidade Tiradentes. Mas pelo que eu me lembro, só a minha família foi pra Guaianases. Todas as outras foram para o Campo Limpo. Mais precisamente pra COHAB Adventista, porque é onde a COHAB tinha terra. Não sei se foi a Secretaria de Assistência Social ou a de Habitação que fez o processo.

Esse conjunto que eu fui morar era um conjunto do FUNAPS, um fundo que eles chamavam de Fundo de Atendimento à População Subnormal. Por que a população era subnormal eu não sei, eu me considerava uma pessoa “super” normal. E era um fundo que bastante subsidiado, você pagava 10% do salário mínimo, e para nossa família isso era viável. O salário mínimo era bem baixinho – não que hoje ele seja alto – mas, na época era bem baixinho, então, pagar 10% do salário mínimo era bastante razoável. Então, meu pai também aceitou por isso. A gente não tinha casa própria, e ia passar a ter uma casa própria pagando 10% do salário mínimo.

Era uma coisa interessante, e fazia parte da região de Guaianases, mas era um conjunto que ainda estava em obra. Minha família foi lá na época que ainda tinha canteiro de obra. Éramos a única família que morava lá. Na época, não tinha rede água, esgotos, elétrica, então, a gente usava água e luz do canteiro de obras. Era emprestado do canteiro de obras. No começo não tinha problema nenhum, a gente usava tudo e não pagávamos nada, mas depois isso virou um problema, porque esse conjunto foi usado para tirar pessoas de várias obras que a prefeitura ia fazer. Tinha que remover uma favela? Levava o pessoal lá para o Sítio Conceição. Tinha que fazer uma avenida? Levava o pessoal para o Sítio Conceição.

E aí como não tinha rede, a água e energia que era levada lá para o canteiro de obras não dava conta de atender o pessoal que eles estavam jogando lá. Chegou um momento, que já não tinha mais

água e luz. E o que a prefeitura fez? A energia era gato, tinha aquele monte de fio passados todos de forma aleatória, e a água, a prefeitura tinha uns caminhões-pipa. Então, eles abasteciam umas caixas d'água coletivas e, três vezes por semana, a gente ia lá com uns baldes pegar água dessas caixas coletivas e levávamos para caixa d'água da nossa casa. Era muito precário, não tinha água para todo mundo e a gente tinha que ficar levando lata com água na cabeça em pleno final dos anos [19]80. Era um negócio meio tenebroso. Você saía do centro da cidade para morar em um lugar que você tinha que carregar água na cabeça. Essa foi a parte que nos coube no latifúndio.

Eu tenho quase certeza que nós éramos a única família da rua da Assembleia que se mudou para lá. Como fomos a primeira família a morar lá, depois da gente, as primeiras famílias que se mudaram para a rua em que morávamos eram pessoas de uma ocupação em Pirituba. Então, não tem nada a ver com a rua da Assembleia. Eles tinham feito uma ocupação, foram removidos e, no processo de negociação, a prefeitura ofereceu para eles algumas casinhas no Sítio Conceição.

DIEGO: Você se lembra se alguma associação, seja religiosa, ou de luta por moradia, algo do tipo, entrou em contato com vocês durante a época da desapropriação das casas da rua da Assembleia?

EDILSON: Não, eu não lembro. Pode ser que existia alguma, mas eu não lembro. Eu tinha 12, 13 anos e não participava de absolutamente nada de vida comunitária e a única coisa que eu participava era da igreja. A Catedral da Sé nunca foi progressista, nunca foi da teologia da libertação, embora na época o bispo era o Dom Paulo, que era bastante progressista, mas eles eram bastante tradicionalistas. Então, eles respeitavam todas as manifestações que aconteciam por lá. E não era, também, uma igreja reacionária, que perseguia etc. E aí eu lembro de coisas que tinha na igreja. A igreja fazia visitas, mas coisas tradicionais, não necessariamente organização comunitária, eram mais coisas assistenciais. Iam lá levar comida etc., mas nada de organização comunitária.

Agora mais velho eu conheci pessoas que trabalhavam na prefeitura naquela época, assistentes sociais, e eu conheço uma assistente social que trabalhou lá na remoção, então se você quiser, depois eu te passo o contato dela. Ela provavelmente vai ter essa memória aí, eu que não tenho. Na época eu só jogava bola e quebrava vidraça dos vizinhos.

DIEGO: Certo. E sua família foi a primeira a sair da rua da Assembleia?

EDILSON: Não. Foi mais ou menos todo mundo junto, mas minha família foi uma das últimas. Pelo que eu me lembro, a remoção começou da parte de baixo da rua para cima. Pelo que eu me lembro, foi

uma das últimas. Eu lembro que a gente foi ficando mais tempo lá porque tinha que demolir o prédio, e enquanto não demolisse o prédio não ia demolir nossa casa, então a gente foi ficando mais.

DIEGO: Então, você chegou a ver as outras demolições?

EDILSON: Cheguei. Não tenho muitas lembranças. Não lembro exatamente como é que foi o dia, só sei que foi isso. A gente saiu da casa, colocaram nossas coisas no caminhão, e a gente foi morar no extremo da periferia, e assim que a gente saiu o trator entrou e começou a demolir a casa. A gente brinca que ficou coisa nossa lá na casa. Não que a gente tenha saído correndo, mas lembro que não sabiam onde foi parar o gato, sei lá, acho que o gato se perdeu por lá. Gato saiu e ninguém conseguiu pegar, perdemos o gato. Mas não lembro muito bem dessas coisas.

DIEGO: Em geral a desocupação foi pacífica? Não teve nenhuma resistência?

EDILSON: É, foi pacífica. Eu lembro que meu pai era chamado pelos assistentes sociais, pelo pessoal da prefeitura. Tinha um cara chamado Alex Freua Neto, que era Secretário dos Negócios Extraordinários da prefeitura, ele que comandava essa negociação, levava proposta, o pessoal não aceitava, aí voltava, levavam uma outra proposta, o que eu tenho de impressão é isso. Como eles não tinham ação judicial para tirar as pessoas, eles investiam na negociação como uma forma de tirar sem criar problemas.

DIEGO: Sei que você era muito jovem na época, mas como você acabou se envolvendo com movimento de moradia depois, você sabe dizer se as pessoas que estavam lá eram de ocupações ou elas tinham contrato com os proprietários das casas?

EDILSON: Pelo que eu me lembro, era tudo cortiço. Não tinha ocupação. Todo mundo pagava aluguel para os donos dos cortiços. Conversando com as pessoas e tal, minha lembrança é essa. Ou a pessoa já morava lá há muito tempo, mas eram cortiços, a maior parte era cortiço. Essa que eu morava era aluguel mesmo. Eu disse porque de vez em quando eu ia pagar o aluguel lá para a dona da empresa. Era uma empresinha, né? Não era uma empresa!! Era uma empresinha que fabricava divisória, daquelas divisórias de escritório. E a dona Rose que era a dona da empresa, de vez em quando ela me mandava ir pagar o aluguel para ela. E o dono da casa tinha um depósito de material de construção ali na avenida Liberdade. Esse é o cara que recebeu a indenização. Ela era inquilina dele. A maior parte das pessoas lá tinha relação de locação, eram inquilinos. Ou morava em uma casa, ou

pagava aluguel para o dono do cortiço. Pelo que eu me lembro é isso. Eu não me lembro dessa lógica de ocupação por lá. Até porque esse negócio de ocupação de área central é coisa dos anos 1990. Posso estar errado, eu tinha 12 anos, então eu realmente não sabia, mas a impressão que eu tinha era a de que eles pagavam aluguel.

Morava muita gente dentro das casas, quatro, cinco famílias dentro de cada casa. É bem a lógica de cortiço que tinha muito no Bixiga nessa época e até hoje.

DIEGO: Você chegou a entrar nas outras casas?

EDILSON: Sim, eu tinha algum amigo ou alguma coisa assim lá. Era uma coisa muito precária. Eu lembro que as escadas eram de madeira, casas muito escuras, esgoto a céu aberto, tinha esgoto estourado na rua. Para falar a verdade, eu tinha vergonha de morar na rua da Assembleia. Eu convivía em um mundo de classe média baixa, e morava em um lugar que era muito precário, como se fosse uma favela dentro do bairro. Na minha cabeça de criança, né? Hoje eu não teria vergonha, mas naquela época eu me sentia envergonhado. Quando você ia na igreja da Sé tinha que pular no meio do esgoto a céu aberto, no meio da rua. Não tinha lugar para brincar, não tinha área de lazer. A nossa casa era um pouco diferente das outras porque, como eu te falei, era o segundo andar de uma fábrica, então tinha tudo regular. Mas, a lembrança que eu tenho de lá, é a de um lugar muito precário.

Era nossa casa e esse prédio [Edifício Grimaldi], onde cada família tinha o seu apartamento, não estavam encortiçados. Mas o grosso, a maioria vivia em situações precárias. As casas não tinham janelas, vidros quebrados, era bem pobre.

DIEGO: Há boatos de que, na verdade, sabia-se da existência dos arcos mesmo antes das demolições, porque algumas pessoas usavam a parede dos arcos como fundo das casas, parede de cômodos etc. Você sabe de algo sobre isso? Chegou a ver o fundo das casas?

EDILSON: Eu só conheci os arcos depois que derrubaram as casas. Porque assim, a rua da Assembleia tá aqui. A minha casa, olhando para quem tá subindo a rua da Assembleia, ficava do lado esquerdo. Do lado direito tinha um renque de casas e atrás dessas casas é que estavam os arcos, e a rua Jandaia em um nível acima. Então, o que eu lembro é que a gente só veio saber dos arcos depois que derrubaram esse renque de casas que se via. Possivelmente, os arcos estavam até acima do nível de algumas casas, mas a gente não via do nível da rua, ou eu não tenho lembrança disso.

Para minha família, o que se falava é que estavam removendo a gente para fazer a alça da 23 de maio. Essa história de arcos surgiu bem depois.

DIEGO: E que tipo de informações sobre os arcos você ficou sabendo depois?

EDILSON: Não sei muita coisa, só sei dizer que era patrimônio histórico. Eu lembro que tinha algum questionamento do porquê tirar as pessoas de lá. Depois eu lembro, não sei se é dessa época, mas da prefeitura falando que tinha que remover para recuperar os arcos. Mas eu que morava lá, sabia que não esse negócio de arcos coisa nenhuma. Esses arcos só surgiram depois. A primeira história é a da alça da 23 de maio.

Eu também lembro que nessa época, no Bixiga, tinha uma certa disputa desse Bixiga mais pobre que é aquela parte ali da Major Diogo, do Minhocão pra baixo, com a parte do Minhocão para cima, na direção da Paulista. A gente até brincava que, do Minhocão pra baixo era Bixiga, do Minhocão para cima era Bela Vista. Era aquela coisa de que queriam valorizar o bairro e tal. Eu lembro dos vizinhos lá falando isso, que aquela rua impedia que o bairro se valorizasse. Era visto como um problema, um câncer do bairro para os moradores da Bela Vista. Para a gente, era bom, a gente morava no centro, tinha acesso a tudo. Eu morei pouco tempo lá, morei só dois anos. Imagina quem morou lá quarenta anos.

Outra coisa que eu lembro é que essas ruas não eram italianas. Eram negras, era um povo que morava em cortiços, tinha um ou outro português que tinha casa lá também. Mas não tinha nada desse Bixiga italiano, onde todo mundo come macarrão e tal. Nessa época, o lugar tinha gente pobre, trabalhadora.

Não me lembro de violência. Não era um lugar violento. Era gente pobre, que “tava” morando mal porque não tinha um outro lugar para morar.

DIEGO: Em algumas entrevistas da época, alguns moradores da região reclamavam das condições de higiene e segurança da rua da Assembleia, dizendo que isso prejudicava o bairro como um todo, atraindo bandido etc. pra região.

EDILSON: Olha, meu pai acordava cinco horas da manhã. Trabalhava de Segunda a Domingo, como você pode ver. Ele trabalhava firma de Segunda à Sexta, e depois cuidava da fábrica no final de semana. Eu lembro que meu pai foi lá para ser vigia da firma. Mas é porque lá tinha muito alumínio na fábrica, então o pessoal, a molecada entrava para roubar o resto de alumínio para vender no ferro velho. Mas não era um problema de violência. Tanto que só tinha meu pai lá, não tinha arma, não tinha nada. Essa história de lugar violento, para mim, nunca foi uma questão. Tinha um preconceito do bairro. Isso eu sentia na pele. A gente tinha vergonha de falar que morava lá. Porque o pessoal morava

nos prédios da Bela Vista, essas coisas assim. O que hoje eu olho e vejo um pessoal de classe média baixa, nada de elite ali. Mas roubo, estupro, não tinha nada disso. Era só gente pobre, trabalhadora que morava e trabalhava ali.

Tem um livro chamado Sonata da Última Cidade, depois você lê, é um romance muito legal. É um romance, mas o autor pesquisou tudo, então ele vai contando a história desses bairros, vai contando a história do Bixiga, dos portugueses, depois os negros, depois os italianos, mas que no final das contas era uma grande bagunça, uma confusão. Cortiços, pessoal falando alto na rua, Adoniran Barbosa, essas coisas. Mas acho que o pessoal tem vergonha dessa história. Mesmo os italianos, eles não querem ser associados com o Adoniran Barbosa, com essa coisa do boêmio, do cachaceiro do cortiço, do cara que tinha 3, 4 famílias. Ele quer ser um empreendedor, um industrial. Coisas do nosso tempo.

DIEGO: Muita gente que não conhece a história dos arcos, quando passa lá acha muito bonito o paredão com os arcos. Você, que morou lá, sente o mesmo em relação a esse monumento?

EDILSON: Eu sinto muita raiva. Eu acho que foi uma puta sacanagem ter tirado minha família de lá. Não vejo todo esse valor. Claro que acho surpreendente que existam aqueles arcos lá, é uma obra imponente. Mas não acho que justifique o que foi feito. Talvez essa seja minha opinião pela minha formação, pela minha militância, mas eu acho uma puta de uma sacanagem tirar todo mundo de lá da forma como fizeram. Eu tenho saudade de viver lá. Não tenho idolatria pelo lugar em si. Aliás, acho o lugar, sem as famílias, muito triste. Virou um vazio, um desperdício de área. Tudo em nome dos carros. Não vejo nenhum ganho para a memória da cidade, para a história da cidade. Isso é só mais um símbolo do que hoje o pessoal chama de gentrificação. Mais um símbolo de expulsão de população pobre do centro. Então, desde sempre, desde garoto, quando eu passo na rua da Assembleia eu até brinco com o pessoal: olha minha casa ali. E teve uma época que tinha uma escultura de passarinho lá, aí eu falava: onde tinha minha casa, agora tem um passarinho morando. Mas não vejo sentido, nada que justifique. Além de eu lembrar, precisamente, que ninguém sabia de arco nenhum, e que só quando derrubaram as casas que isso aí surgiu, no tempo que a gente ficou lá, só se falava da obra da alça. Além de eu saber disso, hoje, quando passo lá e vejo o uso que deram praquilo, eu acho um grande desperdício de dinheiro público, um monumento à gentrificação, monumento à expulsão dos pobres. O monumento em si, para mim, não significa nada.

DIEGO: Você manteve contato com algum amigo de lá ou da região depois da mudança?

EDILSON: Não tenho nenhum contato. Entre as pessoas que estavam lá há mais tempo, certamente havia maior convivência, e minha família tinha pouca convivência com os demais, porque a gente não morava nos cortiços, lá não tinha uma praça, não lembro de bar. Tinha uns “botequinhos”, mas nada bem frequentado. Então, não tenho nenhum contato. Eu só falei desse assunto uns 20 anos depois, quando eu comecei a trabalhar com uma das assistentes sociais que trabalharam lá na época da remoção e ela me perguntou. Acho que até dá para achar as pessoas, porque elas estão lá na COHAB Adventista, provavelmente muitas delas estão lá até hoje. Os filhos, os netos. Meu pai hoje teria 74 anos de idade, então você provavelmente vai encontrar pessoas lá nessa faixa de idade, e que devem ter mais história para contar e mais lembranças. Eu até conheço pessoas que podem te ajudar a localizar as pessoas de lá.

Enfim, o que eu tinha lá no Bixiga? Eu não tinha nada, mas eu jogava bola, e isso era o que bastava para mim. Para mim não precisava valorizar o bairro. Valoriza o bairro e expulsa as pessoas? Ninguém ganhou porra nenhuma com isso, inclusive, se hoje você for lá, o mercado já abandonou essa região e não tem valorização nenhuma. Tá tudo abandonado lá.

O que era legal de lá eram aquelas coisas tipo padarias antigas, tinha coisa de boa qualidade, até hoje tem lá a 14 de julho, a São Domingos, que são duas padarias “antigas” que ainda estão lá. Isso era legal, coisas boas. Agora essas coisas do modismo, são coisas que passam rápido e ninguém lembra.

DIEGO: Você acha que os museus e iniciativas de memória existentes no Bixiga são suficientes para preservar todas as memórias que existiram e existem lá?

EDILSON: Não. Minha visão do Bixiga é outra. Ele tinha essa formação toda misturada e depois teve esse processo de expulsão da cultura negra de lá. A cultura negra não tem representação lá. Ninguém associa o Bixiga a bairro negro, ninguém entende o que a Vai-Vai está fazendo lá. Não conseguem entender.

Na época eu não entendia muito bem o que estava acontecendo, mas eu convivia com essas pessoas lá. Tinha nordestino, tinha negro, e essa memória, essa história não é contada. Ninguém fala dos nordestinos do Bixiga.

DIEGO: Falando nisso, você tem uma noção da origem das pessoas que moravam lá na época?

EDILSON: Eu lembro que era bem misturado. Muito negro e muito nordestino. Tinha mais negro do que em Guarulhos, muito mais. Guarulhos tinha uns caipiras, um pessoal que veio do interior pra

morar perto de São Paulo. Lá na Assembleia tinha um pessoal que já tava faz tempo, não sei te dizer desde quando, nem quantos. Talvez o pessoal da prefeitura tenha essas informações. Eu só lembro da convivência na rua da Assembleia. O povo de lá era bem homogêneo. Preto, pobre, nordestino. A gente fazia catequese junto e tal. Já o povo da escola Maria Augusta Saraiva era um pessoal que estava mais assentado, já estava lá há mais tempo, em condições melhores. Também pobres... tem um condomínio ali em frente à Câmara Municipal. Será que é o Japurá? Mas é um conjunto famoso de habitação popular dos anos 1940. Então era gente pobre também. Não era gente rica. Mas era gente branca, que trabalhavam no “serviço”, em escritório. O sonho do pobre era trabalhar em escritório, era o ideal de sucesso.

DIEGO: Quantas pessoas foram removidas de lá mais ou menos? As notícias apresentam informações muito diferentes, números que vão de oitocentas a nove mil pessoas. Você acha que esses números são próximos da realidade de lá?

EDILSON: Não, é muita coisa. Não tinha tanta gente assim. Acho que se juntar todas as casas talvez chegue próximo de duas mil, mas não sei, mesmo.

DIEGO: Você tem alguma lembrança de lá que gostaria de compartilhar? Algo que você não disse.

EDILSON: Tem uma história que eu gosto de contar. Naquele negócio de deixar as coisas para trás, acabei deixando meu pacote de bolacha para trás. Eu comprava pão em uma padaria chamada Padaria Java. Ficava ali na rua Santo Amaro. Ali na rua da Assembleia, a gente andava por baixo da Praça Pérola Byington, e lá tinha uma cerca de ferro que foi quebrada. Alguém cortou ela. Então, a gente passava por dentro do túnel ali, subia e saía na rua Jaceguai, onde o Silvio Santos tem aquele terreno, do teatro etc. E na esquina tinha a Padaria Java, onde todo mundo da rua da Assembleia comprava pão. Também não existe mais. Agora é uma casa do norte. E aí minha mãe me dava dinheiro pra comprar pão e eu pegava as moedinhas do troco e ia juntando. Quando eu juntava um certo volume de dinheiro, eu comprava um pacote de bolacha, que era um pacote de bolacha de café, que era caro na época. E eu tinha 4 irmãos, nós somos em cinco. Então, o que eu fazia: chegava em casa e escondia a bolacha para não dividir com os irmãos. Porque pegar um pacote de bolacha pra dividir em cinco, para um adolescente em fase de crescimento, não dava. Aí no dia da remoção, não deu tempo de pegar meu pacote de bolacha e os caras derrubaram a casa com meu pacote de bolacha. Vou entrar com uma ação indenizatória para recuperar meu pacote de bolacha.

Outra coisa é que quando a gente se mudou pro Sítio Conceição era o acesso. A linha vermelha do metrô só ia até o Tatuapé, se você quisesse ir ao centro, você tinha que pegar ônibus até o Tatuapé, e do Tatuapé até Cidade Tiradentes é mais de uma hora de transporte público. Não existia corredor de ônibus, o transporte era muito ruim. Mal tinha linha de ônibus. Quando eu fui para lá, alguns anos depois eu comecei a trabalhar. Eu cheguei lá com uns doze, treze e com catorze já comecei a trabalhar aqui no Tatuapé. Eu saía para Ferraz de Vasconcelos, porque lá no Sítio Conceição era mais fácil chegar na estação de Trem de Ferraz do que na estação de trem de Guaianases. E metrô, nem existia. Então eu ia até Ferraz para depois vir para o Tatuapé. Era bem precário, não tinha escola. Aliás, ninguém se preocupou com isso. Só jogaram a gente lá.

É que minha mãe era muito preocupada para que os filhos estudassem. Ela tinha um arrependimento de não ter conseguido estudar muito, então queria que os filhos fizessem o que ela não conseguiu fazer. Ela foi batendo de escola em escola até achar uma escola que ficava a quarenta minutos de casa e que tinha a oitava série, que eu precisava fazer. Não tinha ônibus para ir para a escola. Quando a gente se mudou para lá o pessoal chamava a gente de tribo dos pés vermelhos, porque não tinha asfalto, então se fazia sol era poeira, quando chovia era barro. Então pra chegar até um lugar que tinha asfalto a gente ia com um saco de arroz cobrindo o sapato, e chegando lá a gente tirava e guardava na bolsa, senão a gente ia pra escola com o pé cheio de barro, cheio de lama.

DIEGO: Você lembra mais ou menos quanto tempo vocês ficaram nessas condições de falta d'água, luz e infraestrutura em geral? Nas notícias as informações é de que isso durou 13 dias, outras dizem que foi um mês.

EDILSON: Imagina! Isso durou anos. Eu não lembro exatamente quanto tempo, mas eu tenho uma ideia. Na época, como é que a gente resolveu esse problema? Um dia a gente “tava” na fila da caixa d'água e ficou aquele burburinho lá de gente. Aí eu fui lá ver o que era: ah, é aquele moço da televisão que está aqui. Aí pensei: moço da televisão aqui no Sítio Conceição? Era o Suplicy, que era vereador na época. Então ele foi lá, ficou sabendo que o pessoal “tava” sem água e tal e foi lá. Acho que ele virou vereador em 1989, então foi um ano e meio ou quase dois. No começo não tinha tanto problema, porque era só a gente lá usando água do canteiro de obras. O problema começou quando levaram pra lá o pessoal, se não me engano, da Tiquatira, aí que complicou. Mas imagina que durou treze dias. Tinha dois lugares onde eles distribuía água. Primeiro fizeram um, aí não dava conta fizeram outro em outro ponto.

[Mostrei um vídeo e algumas fotos de autoria de Paulino Tarraf para Edilson]

DIEGO: Vendo essas fotos e esse vídeo, você se lembra de mais alguma coisa? Reconhece alguém?

EDILSON: Eu lembro daquele ambiente, aquele jeitão do bairro. Eu lembro que a calçada era estreita, o esgoto a céu aberto. Eu vi as fotos e voltou aquela sensação. Eu lembro que no começo da rua tinha umas floriculturas, porque tinha uma funerária ali. Tinha um sebo também, bem na esquina da rua Asdrúbal do Nascimento, que é aquela ponta e chamava livraria Leia, aí tinha um outro sebo do lado que não lembro o nome, e aí começava a rua da Assembleia. Mas era isso aí, era uma rua estreita, tinha calçadas estreitas, muito esgoto. Acho que talvez por isso não tenha tido tanta reação para sair de lá, porque não era tão bom morar ali. Quem morava lá não era dono, “tava” ali provisoriamente. Então, alguém chegar e oferecer uma casa própria era algo que fazia mais sentido.

A rua da Assembleia era segregada, porque tinha o Minhocão, a 23 no fundo, então pro Bixiga mesmo você só ia passando por dentro do túnel ali, e como tinha a grade da avenida, só passando pelo buraco da grade. Não tinha ligação. Pra baixo você ia para Sé, pro Anhangabaú. Mas para ir pro Bixiga, só ali por dentro. Ou você atravessava a Ligação Leste-Oeste e subia pela praça Perola Byington, ou você ia por dentro do túnel e passava pelo buraco da cerca. Eu passo de carro lá e continua o buraco na cerca. Tá vendo? Derrubaram as casas, mas não conseguiram consertar o buraco da cerca. O buraco da cerca resiste. Isso sim é memória do bairro.

Anexo C – Entrevista com Antônio Carlos Mazzeo

Entrevista realizada em 26 de setembro de 2018¹⁶³

Entrevistado: Antônio Carlos Mazzeo¹⁶⁴

Entrevistador: Diego Vasconcellos Vargas

MAZZEO: Bom, eu sou Antônio Carlos Mazzeo. Hoje, eu sou professor no Departamento de História da USP e aqui do Departamento de Metodologia e de Fundamentos do Serviço Social da PUC. Já fui professor da UNESP, mas, antes de ser professor da UNESP, eu trabalhei na PUC, por três anos e meio, mais ou menos, e depois, de 1982 a 1986, eu trabalhei na Prefeitura de São Paulo.

Eu entrei lá para trabalhar em um grupo chamado Grupo Especial de Estudos de Cortiços. Lá eu trabalhei com o Fernando Batistuzzo, que era o coordenador do grupo, um funcionário público que tinha mais tempo que eu, eu tinha acabado de entrar na prefeitura. Eu sou sociólogo, ele também é sociólogo. Havia também uma outra professora, que também dá aula na PUC, hoje. Não lembro o nome dela.

Era um grupo de seis pessoas, dois sociólogos, duas assistentes sociais, um arquiteto... e a gente trabalhava fazendo o quê? Obviamente, pouca coisa se podia fazer. Era uma espécie de negociação com os proprietários dos imóveis encortiçados. Nas negociações se faziam algumas obras, se dizia “olha, ou você faz essa obra, ou a gente fecha, porque sua casa é ilegal”. Então, pegamos o código sanitário, pegamos o código de obras, fizemos uma mistura dos dois e criamos alguns critérios para se ter uma casa encortiçada, o que a gente começou a chamar de habitação coletiva, pois deixava de fato de ser um cortiço e passava a ter alguma norma. Tem toda uma normatização especializada por uma lei dos cortiços feita por um vereador... esqueço o nome do vereador, mas era um vereador do Partido Comunista Brasileiro, do PCB, e que vai fazer essa lei de cortiços nos anos 1980. Então, é a partir dessa experiência, e do material que a gente tem na prefeitura, que são as normatizações e normalizações que nós fizemos da população encortiçada de São Paulo. Depois disso, fui trabalhar como Chefe de Habitação na Freguesia do Ó, aí eu trabalhei com favelas e foi outro tipo de trabalho.

DIEGO: Qual foi o seu envolvimento no caso da desapropriação dos imóveis da rua da Assembleia?

¹⁶³ Visando manter a espontaneidade e pessoalidade do relato, a fala do entrevistado foi transcrita exatamente como falada, sem quaisquer alterações ou correções.

¹⁶⁴ Antônio Carlos Mazzeo foi localizado por meio de redes sociais e concordou em ceder entrevista em local e data estipulados pelo mesmo. A entrevista aconteceu nas dependências da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), no bairro de Perdizes, São Paulo. O entrevistador pediu para que o entrevistado se apresentasse e, em seguida, falasse livremente a respeito do caso dos Arcos do Bixiga.

MAZZEO: Nós fizemos um estudo. Na rua da Assembleia todas as casas eram encortiçadas, dos dois lados da rua. Todas as casas haviam sido construídas, se não me engano, por artesãos calabreses, que as fizeram em torno do muro de arrimo que existe lá. A gente fez um trabalho legal. Primeiramente, visitamos e fotografamos casa por casa, essas fotografias estão na prefeitura, nesse grupo de trabalho de cortiços. Também entrevistamos a população e chegamos a algumas conclusões: ali eram casas que eram encortiçadas, ou às vezes não, mas era uma população de migrantes que tinham ocupado as casas. O interessante é que tinha algumas onde as populações eram de origem rural e elas reproduziam a vida rural dentro de casa. Era uma loucura, tinha um moleque que tinha um galinheiro dentro de casa, as galinhas andando, cheio de cocô de galinha, portas cheias de vermes, era absurdo. Era um lugar onde as condições sanitárias eram extremamente precárias.

Nós entrevistamos praticamente todas as famílias de todas as casas, e fizemos um mapeamento fotográfico, um perfil social, as assistentes sociais entraram lá etc. O que nos inspirou a fazer esse trabalho foi uma experiência de uma cidade aqui perto de São Paulo, no Tietê, não lembro o nome agora... é uma das cidades aqui. Nessa cidade tem um porto, um porto fluvial que tem casas onde foi feita a restauração e a população ficou no lugar. Não é um caso em que a restauração foi feita e a população retirada de lá, ali foi feita a restauração e eles ficaram lá. Então, nos inspiramos nessa experiência para tentar restaurar as casas da rua da Assembleia e deixar a população morando. Mas não deu. Isso foi no meio do governo Covas, mas iria ser trabalhado depois.

A nossa equipe de cortiços também criava muito conflito com a própria secretária, que era a Marta Godinho, secretária da FABES, antiga Secretaria da Família e Bem-Estar Social. Nós criávamos muito confronto com ela. Teve um dia que ela demitiu todo mundo e readmitiu no mesmo dia... essas coisas. Depois, eu saí desse grupo, me ofereceram o cargo de chefe da habitação, foi um desafio novo para fazer um trabalho de campo. Eu vinha de uma formação muito teórica, de professor, então foi muito bom.

Aí nas eleições em que o Fernando Henrique se candidata, e vinha como continuidade de um projeto democrático popular, na época do velho MDB, ele perde as eleições e ganha o Jânio. O Jânio me chama, chama todos os chefes para pedir para a gente continuar como chefe, e eu disse que não, pois eu era chefe dentro de um projeto político, e eu “tava” lá como técnico, mas estava indicado por um dos partidos políticos da coligação, e no caso pelo PCB, no qual eu era militante e dirigente estadual. Então, expliquei pro Prefeito e ele falou que não ia me demitir, que não ia me dar um tostão, porque se ele me demitisse ia ter que me pagar uma multa. Eu disse que tudo bem, e voltei para a equipe técnica. Nisso, eu prestei um concurso na UNESP e fiquei lá até 2014. Depois eu me aposentei e vim aqui pra PUC e pra USP.

Então, quando o Jânio assume, a primeira coisa que ele manda fazer é demolir as casas da rua da Assembleia. Eu e o Batistuzzo fomos lá fazer resistência. Entramos em uma casa, e fomos os primeiros caras a serem presos pela Guarda Municipal do Jânio. Saímos de lá algemados, gritando “patrimônio histórico!”, mas aí ele botou aquilo abaixo.

DIEGO: Houve de fato uma disputa pela manutenção do local? Algum tipo de resistência?

MAZZEO: Só nós dois. Que soubemos que estavam demolindo, fomos correndo para lá, entramos na casa e saímos presos. Fomos presos, saímos da casa e tiraram a algemas. Por quê? Porque o novo secretário da FABES falou “não, esses caras são da secretaria, solta eles porque vai dar problema político”. Aí soltaram a gente. Claro que a gente foi sabendo que ia acontecer isso, porque a gente foi o tempo todo das equipes, eu tinha sido chefe da habitação, então, tinha um histórico ali atrás da gente. Mas, a gente ficou muito triste com a demolição, porque eram casas incríveis, a ideia era restaurar, fazer um *boulevard*, tinha várias ideias. A ideia do boulevard a gente era contra porque tirava a população. A nossa ideia era restaurar com a população morando, baseado na experiência daquela cidade do interior, se não me engano de Piracicaba.

DIEGO: Pela análise das notícias da época, eu pude constatar que muita gente se opunha à demolição, muita gente parecia a favor da manutenção das casas. Essa oposição se traduziu na prática?

MAZZEO: Não. Não tinha ninguém contra a demolição, nem mesmo a população. A população era encortçada, eles só estavam lá. Demoliram, foi uma tristeza a demolição. Um crime de destruição do patrimônio histórico.

DIEGO: Qual a sua posição, na época e hoje, em relação à destinação que foi dada às pessoas?

MAZZEO: Eu não acompanhei, pois eu não estava mais nesse projeto. Eu não estava mais na prefeitura. Eu fui lá porque eu tinha uma experiência lá, mas eu não fazia mais parte da equipe. A minha posição é: esses governos municipais de São Paulo, até a Erundina, tinham sido governos de classe dominante, mesmo o Covas que tinha feito um bom governo e tinha um diálogo com a população. Eu diria que o Jânio foi um governo muito antipopular e tratava a população como depois o Dória voltou a tratar. Eu diria que depois da Erundina a coisa melhorou um pouco, vamos dizer, algum verniz de tratar com a população, mas o Dória volta com a truculência com pobre, favelado, encortçado, pessoas de condição de rua, viciados em crack e é pau. Então, minha posição é, hoje, a

mesma daquela época, são governos que não tem o menor compromisso com a população, não tem projeto pra cidadania, não tem projeto de integração social. Tem projetos que interessam a grandes lobbies de construção, grupos econômicos, e é isso. Infelizmente, é isso.

DIEGO: Qual a sua opinião sobre a destinação que foi dada ao local após a demolição? A Praça dos Artesãos Calabreses.

MAZZEO: Aquilo não é uma praça. A destinação foi uma alça de ligação entre a 23 de maio e o minhocão, o elevado que agora se chama João Goulart.

DIEGO: A respeito dos arcos. Qual a relevância dos arcos para a cidade de São Paulo?

MAZZEO: Os arcos são belos, históricos, então eles têm que ser preservados. Eu acho que ali deveria ser pensado um outro destino praquele pedaço. A ideia, o que eu acho que se destruiu ali, era as casas, manter a população morando lá. Tem uma rua de cima, a Jandaia, que ainda sobraram algumas casas, e se poderia integrar a Assembleia e a Jandaia, de algum jeito, uma ponte de conexão sem alterar algum aspecto da construção original, e fazer de fato uma praça ali. Para isso aquilo ali teria que deixar de ser um elo de comunicação entre a via elevada e a 23 de maio. Então, teria que transformar aquilo de fato em uma praça, conectada com a rua Jandaia, que ainda tem prédios dos artesãos calabreses.

DIEGO: Você acha que os arcos representam adequadamente a memória ou história da região do Bixiga?

MAZZEO: Sim, o próprio Bixiga representa. Mas tanto o Bixiga, quanto aquela região estão abandonados. Porque os prefeitos, inclusive o Sr. Haddad, não tiveram o capricho em preservar o patrimônio histórico de São Paulo. Então, obviamente, o Haddad preferiu fazer ciclovia na Paulista do que ciclovia em duas ruas marginais que poderiam receber as bicicletas sem interromper o trânsito em uma avenida fundamental, como é a Alameda Santos e a São Carlos do Pinhal. Faria o mesmo efeito, mas não faria o efeito eleitoral. Então, eu acho que o Haddad “tava” muito mais preocupado em se reeleger, em maquiar a cidade e fazer ciclovias sem planejamento, do que cuidar de fato do patrimônio histórico. Essa é minha opinião muito sincera sobre esses prefeitos que, simplesmente, desprezam a cidade.

DIEGO: A respeito da preservação do Bixiga, você acha que a promoção da memória de um Bixiga italiano, representa adequadamente as memórias daquele bairro?

MAZZEO: Não. Primeiro porque ela está absolutamente descaracterizada. Se desmontou o Bixiga, se matou o Bixiga, por falta de um projeto de preservação urbana. Se você pegar aquela rua 13 de maio, que tinha vários bares, as casas estão caindo. Tomba-se as casas, mas não se libera o imposto. E não se diz o seguinte “se você reformar sua casa, eu não cobro imposto”, como em qualquer lugar do mundo. Mas os governos de São Paulo são trágicos e a população de São Paulo meio que merece, porque só elege tranqueira. Infelizmente, o que ocorre é o abandono. Eu acho que o Bixiga, é um bairro tradicional que deveria ser preservado, mas ele está sendo destruído. Claro, ele foi bairro dos negros, depois dos italianos e dos negros, hoje ele é um bairro dos nordestinos, mas ele é um bairro sem características, porque não se preserva nada.

DIEGO: No seu entender, qual era o principal objetivo da prefeitura ao demolir os sobrados, retirar os moradores e monumentalizar os arcos?

MAZZEO: Era o mais medíocre possível: fazer uma alça de ligação, o que já era, mas dar uma incrementada, entre a 23 de maio e o elevado.

DIEGO: Antes da demolição, a maioria dos posicionamentos na mídia era contra a demolição das casas. Após a descoberta dos arcos, esse discurso sumiu da mídia dando espaço para um novo discurso, sobre a preservação dos arcos. Você acha que a descoberta dos arcos serviu como uma justificativa para a demolição das casas?

MAZZEO: Sabia-se da existência dos arcos, mas as casas estavam encostadas neles. Era muito mais interessante que se preservasse as casas e a população que morava lá, morando nas casas restauradas, do que a destruição do patrimônio histórico feita pelo prefeito Jânio Quadros.

DIEGO: Tem alguma coisa que não foi mencionada e você gostaria de falar?

MAZZEO: Olha, a equipe de cortiços fez um trabalho muito interessante. Primeiro se mostrou que era uma utopia você fazer qualquer intervenção. O que a gente fez foi o seguinte: primeiro fizemos um código de cortiços baseado no código sanitário e no código de obras, fizemos uma fusão dos dois. Número de habitantes, banheiros, areação. Então, tinha que ter espaço para circular ar, som, que em geral o cortiço não tem. Mas muitos lugares em que a gente fez o trabalho, dois, três meses depois, o

cara deixava de alugar, vendia, demolia e acabava tudo. Então, habitação coletiva tem que estar subordinada a essa lei, que foi feita em função da nossa experiência de ação e de intervenção. Foi uma bela experiência para a cidade de São Paulo. Pena que o grupo acabou, porque era um grupo institucional para estudos de intervenção em cortiços. Fizemos a recuperação de uma bibliografia de cortiços etc. Foi um período muito legal da minha vida, estudar cortiços foi um aprendizado, porque eu vinha de uma família de classe média, tipicamente paulistana, de origem italiana, estudei em escola privada, fui pra universidade, aquela trajetória típica. E o meu contato com o povo, o povo brasileiro do jeito que ele é, foi na Prefeitura. Foi uma experiência incrível, foi muito bom, aprendi pra caramba. E criei alguns amigos que dão aula, inclusive aqui no Serviço Social. Se eu lembrar do nome da professora que também fazia parte do grupo eu te mando depois.